

SEGUNDO CICLO DE ESTUDOS
CRIMINOLOGIA

As Experiências de Vitimação: Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Joana Carlota António Sousa

M

2025



FACULDADE DE DIREITO

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, para obtenção do grau de
Mestre em Criminologia, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Inês
Sousa Guedes e co-orientação do Professor Doutor Samuel Moreira



RESUMO

O tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual constitui uma das mais graves e persistentes violações dos direitos humanos a nível global, exigindo uma compreensão aprofundada das suas dinâmicas para a formulação de respostas eficazes. A presente dissertação incide sobre o tráfico de seres humanos para fins sexuais, privilegiando a análise das experiências de vitimação das pessoas traficadas a partir da perspetiva dos profissionais que lhes prestam apoio direto. Partindo de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com técnicos de organizações não governamentais especializadas no apoio a vítimas, procurando aceder, através do seu olhar, ao significado, impactos e desafios associados à experiência de exploração sexual. Através da análise temática, foi possível identificar um conjunto de dinâmicas recorrentes dos processos de exploração. O processo de vitimação assenta frequentemente em estratégias de recrutamento baseadas na confiança, sedução ou manipulação emocional, como o modelo do *Lover Boy*, com crescente recurso às redes sociais, sendo raros os casos de coação física direta. A exploração sexual ocorre num contexto de controlo psicológico e emocional, sustentado por fatores como a dependência económica, o isolamento, a ameaça de violência e o medo de retaliações. O estudo evidencia ainda os impactos profundos da vitimação, ao nível físico, psicológico, social e identitário, bem como as múltiplas barreiras enfrentadas pelas vítimas no processo de saída, entre as quais se destacam o estigma, a desconfiança institucional, a instabilidade legal e os vínculos afetivos com os traficantes. Os resultados reforçam a necessidade de uma abordagem mais informada e humanizada, sensível às trajetórias das vítimas e às dinâmicas complexas que sustentam a sua exploração.

Este estudo contribui para uma maior visibilidade das vítimas de TFS e oferece pistas relevantes para o desenvolvimento de respostas mais eficazes e alinhadas com os direitos humanos, tanto na prevenção como no combate ao tráfico de seres humanos.

Palavras-chave: Tráfico para Fins Sexuais; Experiências de Vitimação; Exploração Sexual.

ABSTRACT

Sex trafficking constitutes one of the most serious and persistent human rights violations worldwide, demanding a deep understanding of its dynamics to develop effective responses. This dissertation focuses on sex trafficking, with particular emphasis on the victimisation experiences of trafficked individuals, as interpreted by professionals who provide them with direct support. Adopting a qualitative approach, semi-structured interviews were conducted with practitioners from non-governmental organisations specialising in victim support, in order to access, through their perspective, the meanings, impacts, and challenges associated with the experience of sexual exploitation. Through thematic analysis, a set of recurring dynamics within exploitation processes was identified. Victimisation often relies on recruitment strategies based on trust, seduction, or emotional manipulation, such as the *Lover Boy* model, with increasing use of social media, while direct physical coercion is rare. Sexual exploitation occurs in a context of psychological and emotional control, sustained by factors such as economic dependence, isolation, threats of violence, and fear of retaliation. The study also highlights the profound impacts of victimisation, physical, psychological, social, and identity-related, as well as the multiple barriers victims face in the exit process, including stigma, institutional mistrust, legal instability, and emotional ties to traffickers. The findings reinforce the need for a more informed and humanised approach, sensitive to victims' trajectories and to the complex dynamics sustaining their exploitation.

This study contributes to the visibility of sex trafficking victims and offers relevant insights for the development of more effective and human rights-based responses to the prevention and combat of human trafficking.

Key-words: Sex Trafficking; Victimization Experiences; Sexual Exploitation

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, Professora Doutora Inês Sousa Guedes e Professor Doutor Samuel Moreira, pela orientação, apoio e dedicação. Agradeço não só as sugestões e o conhecimento partilhado, mas também as palavras de encorajamento nos momentos mais difíceis. Encontrei no vosso acompanhamento um ponto de referência e, sobretudo, um espaço seguro para pensar, questionar e construir com liberdade. A vossa complementaridade revelou-se uma escolha acertada para este caminho.

À minha família, e em especial aos meus pais, agradeço por todo o apoio, carinho e presença constante. Mesmo sem saberem exatamente o que é uma dissertação, souberam sempre estar, com palavras de encorajamento, preocupação genuína e amor silencioso. Fizeram de tudo para que eu pudesse voar, e é por isso que esta conquista também é vossa.

Ao João Francisco, obrigada por estares sempre. A tua presença, foi abrigo, impulso e alívio nos momentos em que tudo parecia mais difícil. Obrigada por ouvires, por cuidares e por acreditares, mesmo quando eu própria duvidava. À Elfie e ao Kakashi, que são casa em forma de presença felina, obrigada por estarem sempre por perto (até nas entrevistas). A vossa companhia calorosa e atenta tornou este processo mais leve e menos solitário do que poderia ter sido. E a todos os meus outros patudos.

Aos meus amigos, continentais e madeirenses, gatos de Crimi + Mariana, e aos Trolhas, Castro e Brazão, obrigada por ouvirem, acolherem as crises de última hora e por celebrarem comigo até as vitórias mais silenciosas. Obrigada por transformarem os meus sonhos em lugar seguro e por se fazerem presentes, mesmo à distância.

Aos colegas de mestrado, obrigada por estarem sempre presente, nas dúvidas, nos dramas e nas conquistas. Partilhar este caminho convosco tornou tudo menos confuso e menos solitário.

Por fim, a todas as pessoas que participaram e contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, deixo o meu mais sincero agradecimento. Em particular, agradeço às técnicas que generosamente partilharam o seu tempo, conhecimento e experiência profissional. A vossa disponibilidade, honestidade e compromisso foram fundamentais para que este trabalho pudesse ser construído com rigor, respeito e sentido crítico.

A concretização desta dissertação não seria possível sem a presença e intervenção de várias pessoas que, de formas distintas, me acompanharam ao longo deste percurso. A todas elas, o meu profundo obrigado.

ÍNDICE	
RESUMO	i
ABSTRAT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
INTRODUÇÃO	viii
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	1
1. O tráfico de seres humanos.....	1
1.1 Evolução histórica do tráfico de seres humanos.....	1
1.2 Conceptualização e definições legais do tráfico de seres humanos.....	2
1.3 O ciclo do tráfico de seres humanos	4
1.4 Tipologias do tráfico de seres humanos.....	6
1.5 Distinção entre tráfico de seres humanos e crimes conexos.....	8
1.6 Panorama atual do Tráfico de seres humanos em Portugal	9
2. Tráfico de seres humanos para fins sexuais	12
2.1 Perfil da vítima e fatores de risco para a vitimação.....	13
2.2 Estratégias de recrutamento e suas implicações	15
3. Experiências de vitimação no tráfico para fins sexuais	17
3.1 Experiências durante a exploração sexual.....	17
3.1.1. <i>Condições de vida e trabalho no contexto da exploração</i>	17
3.1.2. <i>Sentimentos e percepções das vítimas durante a exploração</i>	18
3.1.3. <i>Estratégias e métodos de controlo dos traficantes</i>	19
3.2 Experiências após a exploração sexual.....	21
3.2.1 <i>Experiências físicas, psicológicas e emocionais</i>	21
3.2.2. <i>Experiências em sociedade e família</i>	23
4. Resposta ao tráfico de seres humanos: intervenção e apoio às Vítimas.....	25
4.1. Intervenção e acompanhamento a vítimas de tráfico para fins sexuais.....	26
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	28
1. Objetivos gerais e específicos	28
2. Metodologia.....	29

2.1	Desenho de investigação	29
3.	Amostra	29
4.	Instrumento: a entrevista semiestruturada.....	31
5.	Procedimentos éticos e metodológicos	35
CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO		38
1.	Resultados.....	38
1.2	Características e condições associadas às vítimas de tráfico para fins de exploração sexual.....	41
1.3	A experiências de vitimação de tráfico para fins sexuais	43
1.4	Métodos de controlo	56
1.5	Impactos nas vítimas de tráfico para fins sexuais	62
2.	Discussão dos resultados	65
CONCLUSÃO		73
BIBLIOGRAFIA		75
ANEXOS.....		85
Anexo I – Corpo do Email do Pedido de Colaboração e Apresentação do Estudo..		85
Anexo II – Pedido de Colaboração e Apresentação do Estudo.....		86
Anexo III – Guião de Entrevista		88
Anexo IV – Parecer da Comissão de Ética		91

ABREVIATURAS E SIGLAS

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APF - Associação para o Planeamento da Família

CAP - Centro de Acolhimento e Proteção

EME - Equipa Multidisciplinar Especializada

ILO - International Labour Organization

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OTSH - Observatório do Tráfico de Seres Humanos

PSPT - Perturbação de Stress Pós-Traumático

TFS - Tráfico para Fins Sexuais

TSH - Tráfico de Seres Humanos

ANEXOS

Anexo I – Corpo do Email do Pedido de Colaboração e Apresentação do Estudo

Anexo II – Pedido de Colaboração e Apresentação do Estudo

Anexo III – Guião de Entrevista

Anexo IV – Parecer da Comissão de Ética

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, incide sobre o fenómeno do Tráfico de Seres Humanos para Fins Sexuais (TFS), procurando compreender as experiências de vitimação dos indivíduos traficados. Importa esclarecer, desde já, que, apesar de o título da dissertação referir-se genericamente ao Tráfico de Seres Humanos (TSH), o estudo desenvolvido, com base em entrevistas semiestruturadas, centra-se exclusivamente no TFS, não abordando outras formas de exploração.

O TSH constitui, atualmente, uma das mais graves violações dos direitos humanos, afetando milhões de pessoas em todo o mundo (Hodge, 2008; Sukach et al., 2018). De acordo com dados referentes ao período 2020–2023, foram detetadas mais de 200 mil vítimas de tráfico a nível global, sendo a exploração laboral a finalidade mais reportada (42%), seguida da exploração sexual (36%) (UNODC, 2024). Nos últimos anos, eventos como a pandemia do COVID-19 e a intensificação de conflitos armados vieram agravar as vulnerabilidades sociais e económicas de diversas populações, dificultando a deteção do fenómeno e contribuindo para uma redução do número de vítimas identificadas e de condenações por tráfico (UNODC, 2022; UNODC, 2024).

Enquanto fenómeno global, o TSH, e mais concretamente o TFS, assume contornos particularmente complexos e frequentemente invisibilizados (Hodge, 2008; Sukach et al., 2018). Caracteriza-se pela instrumentalização de pessoas com fins de exploração, sustentada por desigualdades estruturais de ordem económica, social, de género e racial, bem como por dinâmicas migratórias forçadas ou desreguladas (Cook, 2019; Zimmerman et al., 2003). A sua natureza clandestina e estigmatizante dificulta o acesso direto às vítimas, comprometendo a recolha de dados empíricos e a produção de conhecimento aprofundado sobre as suas vivências (Sukach et al., 2018).

Neste contexto, o fenómeno permanece marcado por elevadas cifras negras, que limitam a compreensão da sua real dimensão (Zhang, 2009). Esta opacidade resulta de múltiplos fatores, como a inexistência de uma definição internacional unificada, a sobreposição com outros crimes, a escassez de denúncias motivada pelo medo ou desconhecimento, e as dificuldades de identificação por parte dos profissionais (Zhang, 2009; Zimmerman et al., 2003). Acresce ainda a heterogeneidade das metodologias estatísticas utilizadas entre países e a frequência com que as redes de tráfico operam em contextos de proximidade familiar ou comunitária, o que dificulta a deteção e o registo do fenómeno (Zhang, 2009; Nichols et al., 2022).

Embora exista um corpo crescente de investigação sobre o TFS, o conhecimento disponível permanece limitado, dada a complexidade do fenómeno, a constante evolução das suas dinâmicas e os desafios metodológicos associados ao seu estudo. A presente investigação procura contribuir para o aprofundamento desta realidade, explorando as vivências das vítimas a partir da perspectiva de profissionais que lhes prestam apoio direto, nomeadamente técnicos de Organizações Não Governamentais (ONG). Estes profissionais ocupam uma posição privilegiada para interpretar e relatar as narrativas, necessidades e desafios enfrentados por estas vítimas. Por esse motivo, optou-se por uma abordagem qualitativa, baseada na realização de entrevistas semiestruturadas a profissionais de instituições especializadas no apoio a vítimas de TFS.

A presente dissertação encontra-se estruturada em três capítulos principais. O primeiro capítulo corresponde à revisão da literatura e apresenta o enquadramento teórico do estudo. São exploradas a evolução histórica e jurídica do TSH, bem como as suas principais tipologias e distinções face a fenómenos criminais conexos. Analisa-se também o ciclo do tráfico, mais especificamente do TFS, incluindo as etapas de recrutamento, transporte e exploração, assim como as dinâmicas que caracterizam este processo de vitimação, e os fatores de risco que o potenciam. Por fim, discute-se o papel das instituições e dos profissionais na intervenção junto das vítimas.

O segundo capítulo descreve a metodologia adotada, especificando os objetivos da investigação, as questões de partida, os critérios de seleção dos participantes, o instrumento de recolha de dados e os procedimentos de análise utilizados. Apresenta-se a fundamentação da abordagem qualitativa e os princípios éticos que sustentaram o estudo.

O terceiro capítulo apresenta e analisa os principais resultados do trabalho empírico, com base na análise temática das entrevistas realizadas. São discutidas as vivências das vítimas de TFS, com destaque para as etapas do processo de exploração e os fatores de risco que a iniciam, os métodos de aliciamento e controlo, as condições impostas nesse contexto e os impactos duradouros dessa experiência nas suas trajetórias pessoais.

Com este estudo, pretende-se contribuir para uma maior visibilidade às vítimas de TFS, ampliando o conhecimento sobre os mecanismos que sustentam a sua exploração e promovendo uma reflexão crítica que possa fundamentar respostas mais eficazes e humanizadas no combate a este fenómeno.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1. O tráfico de seres humanos

1.1 Evolução histórica do tráfico de seres humanos

O TSH, tal como hoje é compreendido, não constitui um fenómeno recente, sendo antes a continuação de práticas históricas de exploração e coerção, intimamente ligadas à evolução da escravidão. O comércio transatlântico de escravos, entre os séculos XVI e XIX, representou uma das formas mais sistemáticas de exploração laboral, com milhões de indivíduos capturados e forçados a trabalhar nas Américas, em benefício das economias coloniais (Bravo, 2007; Chapdelaine, 2015; Eltis & Woodruff, 2023, cit. in Vieira & de Oliveira, 2025). Apesar da abolição formal da escravatura, através de marcos como o *Slave Trade Abolition Act* (1807) ou a declaração do Congresso de Viena (1815), persistiram práticas coercivas sob novas formas, como o trabalho contratado, que manteve populações racializadas sob domínio económico e social (Walvin, 2009).

No final do século XIX, o foco internacional voltou-se para o combate ao tráfico de mulheres e raparigas europeias para fins de exploração sexual, fenómeno então designado como “*white slavery*”¹ (Bryant-Davis & Tummala-Narra, 2017; Farrior, 1997). Esta abordagem moralista levou à adoção de convenções como o Acordo Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravas Brancas (1904) e a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Escravas Brancas (1910), focadas na criminalização do recrutamento enganoso. Contudo, estas medidas apresentavam definições vagas, centrando-se quase exclusivamente na dimensão moral e transnacional do fenómeno, excluindo sistematicamente outras vítimas, como homens, crianças ou populações não brancas (Allain, 2018, cit. in Usman, 2020; Wharton, 2009).

A Convenção de Genebra de 1926 assinalou um avanço fundamental ao definir formalmente a escravidão como “*o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou quaisquer atributos do direito de propriedade*” (Art. 1). Essa definição ampliou a compreensão internacional sobre a exploração humana e estabeleceu bases legais essenciais para instrumentos posteriores. A Convenção Suplementar de 1956 aprofundou esta abordagem, ao incluir práticas como a servidão por dívidas, casamentos forçados, servos, e a entrega de menores para fins de exploração, ou seja, práticas análogas à escravidão (Comissão Nacional para as Comemorações, 2008).

¹ Expressão traduzida como “escravatura branca”.

A partir dos anos 2000, o TSH passou a ser enquadrado por uma perspetiva abolicionista centrada na exploração sexual, em parte impulsionada pelo *Trafficking Victims Protection Act* (TVPA) nos EUA e pelo ativismo de organizações que equipararam tráfico à prostituição forçada (DeStefano, 2007, cit. in Wharton, 2010). Esta centralidade do tráfico sexual nos discursos políticos e mediáticos reforçou uma narrativa simplificada do fenómeno, obscurecendo a sua complexidade, causas estruturais e a diversidade de vítimas envolvidas (Kempadoo, 2003). Com a globalização, o TSH tornou-se mais complexo e abrangente, refletindo desigualdades estruturais, desvalorização do trabalho feminino e fluxos migratórios associados à procura global de mão de obra (Kligman & Limoncelli, 2005).

Portugal desempenhou um papel central no tráfico transatlântico de escravos entre os séculos XV a XVII, durante a época dos Descobrimentos e expansão marítima. Este sistema representou uma das expressões mais sistemáticas e lucrativas de exploração laboral da história. Contudo, ao longo dos séculos seguintes, com o declínio da escravatura e as mudanças sociais e políticas, o TSH assumiu novas formas, adaptando-se aos contextos históricos e económicos. Foi apenas a partir da década de 1990 que o TSH começou a ser amplamente reconhecido como uma questão preocupante em Portugal, impulsionado pelo aumento dos fluxos migratórios e pela adoção de orientações políticas e legislativas (Peixoto et al., 2005; Pereira & Vasconcelos, 2007; Santos et al., 2008).

1.2 Conceptualização e definições legais do tráfico de seres humanos

O TSH é amplamente reconhecido como um crime internacional, cujas ações frequentemente transcendem fronteiras geográficas e jurisdicionais. A complexidade resultante da diversidade de interpretações e abordagens legislativas adotadas por diferentes países dificulta a formulação de um conceito universalmente aceite, contribuindo para a fragmentação nas respostas internacionais e perpetuando lacunas no combate a este crime multifacetado (Hernandez & Rudolph, 2015)

Historicamente, o TSH esteve associado à escravatura e à exploração sexual, temáticas que dominaram os primeiros esforços de regulamentação e cooperação internacional. A abolição da escravatura, ao longo do século XIX, trouxe a necessidade de abordar práticas de exploração sustentadas por desigualdades estruturais, como a pobreza, o género e as hierarquias raciais. Neste contexto, a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, assinada a 1921, emergiu como fundamental ao reconhecer formalmente a gravidade do tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual. Complementando este esforço, a Convenção sobre a Escravatura de 1926, introduziu uma definição abrangente de escravatura, englobando práticas como a captura, o transporte

e a comercialização de pessoas para fins de subjugação. Já em 1956, a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura viria a expandir este conceito, incluindo formas contemporâneas de exploração como a servidão por dívida, o casamento forçado e o trabalho infantil (Comissão Nacional para as Comemorações, 2008), reforçando o compromisso internacional com o combate a novas manifestações de exploração humana.

O início do século XXI consolidou uma definição mais abrangente e amplamente consensual do TSH. A adoção do Protocolo das Nações Unidas para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, também conhecido como Protocolo de Palermo (Organização das Nações Unidas (ONU), 2000), constituiu um marco fundamental neste processo. Anexo à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, este instrumento jurídico introduziu uma definição amplamente aceita, consolidando o tráfico como um problema de crime organizado transnacional, visando promover a cooperação entre os Estados na sua prevenção e combate.

De acordo com o Artigo nº3 alínea a), do Protocolo, o tráfico de pessoas consiste no:

“O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a extracção de órgãos;” (ONU, 2000)

Esta definição, permitiu identificar três elementos constitutivos essenciais do crime de TSH.

- 1) Ação², envolvendo pelo menos uma das seguintes condutas: recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas;
- 2) Meios³, incluindo o uso da força, ameaça, coação, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de uma situação de vulnerabilidade, ou a entrega/receção de benefícios para obtenção de consentimento de alguém que detenha autoridade sobre outrem;
- 3) Finalidade⁴, correspondendo à intenção de exploração, não sendo necessária a concretização efetiva do ato exploratório para que o crime se configure. Esta pode incluir exploração sexual, trabalho forçado, escravidão ou práticas similares, servidão ou remoção de órgãos (UNODC, 2015).

² O que é feito.

³ Como é feito.

⁴ Por que é feito.

O protocolo enfatizou que o consentimento da vítima é irrelevante quando obtido mediante meios fraudulentos ou coercivos, e determinou que qualquer ato de tráfico envolvendo crianças é automaticamente considerado crime, independentemente do método utilizado. Além disso, reforçou a necessidade de os Estados criminalizarem todas as formas de tráfico, garantindo que as legislações nacionais reflitam a amplitude da definição apresentada (ONU, 2000).

Embora o Protocolo de Palermo (ONU, 2000) tenha estabelecido uma definição inovadora e amplamente aceita, a sua aplicação prática evidenciou limitações e ambiguidades, sobretudo na compreensão dos elementos de “coerção” e “exploração” (Chang & Kim, 2007; Chibba, 2013). Como sublinha Heinrich (2010), a realidade do tráfico revelou-se mais complexa do que a visão inicial refletida no Protocolo, sendo necessário ultrapassar estereótipos simplistas sobre as vítimas e reconhecer que o crime de tráfico pode ocorrer mesmo sem movimentação geográfica. Esta evolução aponta para a necessidade de uma interpretação dinâmica e contextualizada do conceito de tráfico.

Nos anos seguintes à adoção do Protocolo de Palermo, tornou-se evidente que uma abordagem exclusivamente criminal não era suficiente para erradicar o TSH. Desenvolveu-se, assim, uma perspetiva centrada nos direitos humanos, que privilegia não apenas a punição dos responsáveis, mas também a proteção, assistência e reintegração das vítimas (Demeke, 2024; Jovanovic, 2023). Exemplos incluem a Convenção do Conselho da Europa, de 2005, que promoveu a proteção dos direitos das vítimas, reforçando as garantias sociais e legais das mesmas, a qual reconhece como vítima qualquer pessoa física sujeita ao TSH. Bem como a Diretiva 2011/36/EU da União Europeia, que reforçou a proteção das vítimas e ampliou a penalização dos envolvidos. Atualmente, muitos países possuem legislação específica contra o TSH, baseada nas diretrizes do Protocolo de Palermo, mas adaptada às suas realidades locais (Heinrich, 2010; Tallmadge & Gitter, 2018).

1.3 O ciclo do tráfico de seres humanos

O TSH desenvolve-se como um processo dinâmico e estruturado, que se desdobra, geralmente, em três fases interligadas: recrutamento, transporte e exploração. Embora estas etapas não sejam necessariamente lineares ou universais, constituem um referencial útil para compreender a lógica operacional das redes de tráfico e os mecanismos de aliciamento, deslocação e submissão das vítimas.

O recrutamento constitui o ponto de partida da captação das vítimas pelas redes de tráfico. Os métodos utilizados pelos traficantes têm evoluído no decorrer do tempo, refletindo a

capacidade de adaptação do fenómeno às mudanças socioeconómicas e tecnológicas globais. As vítimas são frequentemente atraídas por meio de promessas falsas ou enganosas, que incluem oportunidades de emprego, melhores condições de vida, acesso à educação ou facilitação da migração (Bullens & Van Horn, 2002; Silverman et al., 2007; Zimmerman et al., 2006). Em alguns casos, os traficantes recorrem a estratégias afetivas, como simulação de relacionamentos amorosos ou propostas de casamento (Bullens & Van Horn, 2002; Duncan & DeHart, 2019). Noutras situações, o recrutamento envolve formas diretas de coerção e violência física, incluindo sequestros ou raptos (Hickle & Roe-Sepowitz, 2017). O recrutamento pode ser conduzido tanto por desconhecidos, como por indivíduos próximos às vítimas, incluindo familiares e amigos (Heinrich, 2010.; Hodge, & Lietz, 2007; Zimmerman et al., 2006). Nos últimos anos, a internet e as redes sociais têm desempenhado um papel central neste processo, facilitando um contato inicial e ampliando significativamente o alcance dos traficantes (Hodge, & Lietz, 2007; UNODC, 2022).

Na fase do transporte, as vítimas são deslocadas, de forma legal ou clandestina, podendo tal ocorrer tanto a nível internacional como a nível doméstico. O tráfico internacional envolve o transporte de indivíduos entre países, geralmente de regiões com carências socioeconómicas ou instabilidade política para países com maior poder económico e mercados propícios à exploração, enquanto o tráfico doméstico ocorre dentro das fronteiras nacionais, caracterizando-se pela deslocação das vítimas entre diferentes regiões ou localidades (Cockbain & Bowers, 2019; Hernandez & Rudolph, 2015; UNODC, 2018; Zimmerman et al., 2003).

Independentemente da escala geográfica em causa, o transporte pode ocorrer de forma isolada ou em grupo, encontrando-se, em regra, sob o controlo direto dos recrutadores ou exploradores (Denisova, 2001; Europol, 2016; Heinrich, 2010; UNODC, 2009; Zimmerman et al., 2003). As condições de transporte são frequentemente degradantes e perigosas, envolvendo confinamento, ausência de condições sanitárias e riscos significativos para a saúde e a vida. Esta fase constitui, ainda, um momento de vulnerabilidade acrescida para os traficantes, dada a maior possibilidade de deteção pelas autoridades, sobretudo em contextos de controlo fronteiriço intensificado (Denisova, 2001; UNODC, 2018; Zimmerman et al., 2003).

A fase final, da exploração, corresponde ao momento em que as vítimas são submetidas a formas graves de abuso, coação e intimidação, com vista à obtenção de lucro económico. As práticas incluem trabalho forçado, exploração sexual, serviços não remunerados e outras formas de exploração extrema. Os rendimentos gerados são apropriados pelos exploradores, enquanto as vítimas permanecem em situações de submissão, frequentemente agravadas por ciclos de

dívida e dependência emocional ou material (Europol, 2016; Heinrich, 2010; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Le, 2017; Zimmerman et al., 2003).

A análise do ciclo do TSH permite compreender as principais fases operacionais deste fenómeno, desde o recrutamento até à exploração, evidenciando os métodos de controlo e sujeição das vítimas. No entanto, importa reconhecer que o tráfico assume formas distintas, determinadas sobretudo pelos fins específicos de exploração a que as vítimas são sujeitas (UNODC, 2015). Neste sentido, torna-se essencial proceder a uma abordagem tipológica do TSH, que permita sistematizar as suas diversas modalidades com base nos propósitos da exploração, contribuindo assim para uma compreensão mais aprofundada da sua complexidade.

1.4 Tipologias do tráfico de seres humanos

As diferentes formas de TSH definem-se, segundo o Protocolo de Palermo (ONU, 2000), pela finalidade da exploração a que as vítimas são sujeitas. Esta classificação constitui a base para compreender a diversidade de manifestações que o fenómeno pode assumir. O TSH pode, assim, apresentar múltiplas formas, consoante os propósitos da exploração, cada uma com dinâmicas específicas que variam significativamente entre si. Estas variações refletem-se no perfil dos traficantes e vítimas, no *modus operandi*⁵, na duração e na intensidade da exploração, bem como nos contextos geográficos e sociais em que ocorrem (Decker, 2015).

Entre as formas de exploração identificadas encontram-se a exploração sexual, o trabalho forçado, a escravidão ou práticas análogas, a servidão, a mendicância forçada, a utilização de menores para atividades criminosas, a pornografia infantil e a remoção de órgãos, entre outras. Destas, destacam-se como mais prevalentes a exploração sexual e a exploração laboral, amplamente reconhecidas e reportadas pelas autoridades nacionais e organismos internacionais envolvidos no combate ao tráfico (UNODC, 2015).

A exploração sexual constitui uma das formas mais prevalentes do TSH, sendo amplamente reconhecida como uma atividade altamente lucrativa para as redes criminosas transnacionais. A nível europeu, tem sido reiteradamente identificada como a tipologia mais reportada, afetando sobretudo mulheres oriundas de contextos marcados por vulnerabilidades sociais e económicas (Europol, 2016; UNODC, 2009). Assume diversas manifestações, como prostituição forçada, pornografia, espetáculos sexuais ao vivo, dança erótica e o denominado turismo sexual, entre outras formas de exploração comercial do corpo (Europol, 2016; UNODC,

⁵ Do latim: forma de operar

2009). No contexto do TSH, estas práticas não decorrem de forma voluntária, sendo impostas às vítimas através de diferentes formas de coação, como manipulação, abuso de poder, dívida, ameaça ou violência. Nestes casos, o consentimento da vítima é juridicamente irrelevante, uma vez que a sua vontade se encontra viciada por mecanismos de controlo e sujeição (Deshpande & Nour, 2013; ONU, 2000). De acordo com UNODC (2009), as vítimas desta forma de tráfico são, maioritariamente, mulheres e raparigas, exploradas em contextos tão diversos como clubes noturnos, centros de massagens, prostituição de rua ou produção pornográfica.

A exploração laboral constitui uma das principais formas de tráfico de seres humanos, envolvendo a imposição de trabalho em condições abusivas e contrárias à dignidade humana. Segundo a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho forçado ocorre quando alguém é obrigado a trabalhar sob ameaça de penalidade, sem que tenha dado o seu consentimento livre e informado (cit. in UNODC, 2015). Esta forma de exploração manifesta-se frequentemente em setores como a agricultura, construção, hotelaria ou indústria transformadora, onde as vítimas, muitas vezes migrantes, enfrentam salários irrisórios, jornadas exaustivas, ausência de descanso, e condições de alojamento e higiene degradantes (FRA, 2015; UNODC, 2009; UNODC, 2015). As penalidades podem assumir formas explícitas, como violência física, ou mais subtis, como a retenção de documentos, a imposição de dívidas ou a ameaça de perda de emprego. Embora o tráfico laboral seja frequentemente associado a contextos de coação direta, a exploração pode igualmente ocorrer através de contratos precários, restrições à liberdade de mobilidade e impedimentos à cessação do vínculo laboral. A distinção entre condições laborais degradantes e situações de tráfico nem sempre é evidente, configurando um contínuo de exploração que desafia os quadros legais e operacionais de resposta (FRA, 2015; UNODC, 2009; UNODC, 2015).

O Tráfico para remoção de órgãos constitui uma das finalidades de exploração previstas no Protocolo de Palermo (ONU, 2000), embora se destaque por não representar, por si só, uma prática intrinsecamente ilícita. Ao contrário de outras formas de exploração, a legalidade da remoção de órgãos depende do contexto e do consentimento válido da pessoa envolvida (UNODC, 2015). A legislação internacional, como a Convenção das Nações Unidas e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, estabelece que a doação de órgãos deve ser voluntária e gratuita, proibindo a sua comercialização. Neste sentido, a Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos (2014) reforçou o quadro normativo ao prever medidas específicas para prevenir e combater a extração ilícita de órgãos, promovendo a proteção das vítimas e a punição das condutas criminosas associadas.

A mendicidade forçada tem vindo a ser amplamente reconhecida como uma forma de exploração no âmbito do tráfico de seres humanos, ainda que não esteja expressamente mencionada no Protocolo de Palermo (ONU, 2000). Diversos Estados incorporaram-na nas respetivas legislações nacionais, seja de forma explícita ou por via de uma interpretação alargada das formas previstas de exploração (UNODC, 2015). A Diretiva 2011/36/UE, de 5 de abril de 2011 inclui o recurso à mendicidade forçada no seu elenco de finalidades exploratórias, enquadrando-a como uma modalidade de trabalho ou serviços forçados, nos termos da Convenção n.º 29 da OIT.

A servidão por dívida (Debt Bondage)⁶ consiste na prestação de serviços como forma de pagamento de uma dívida, quando o valor ou a duração desses serviços não estão claramente definidos ou limitados¹. Esta prática está prevista na Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura⁷. É reconhecida internacionalmente como uma prática análoga à escravatura, integrando o conceito de “servitude” previsto no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (UNODC, 2015). Embora não seja explicitamente referida no Protocolo de Palermo (ONU, 2000), está abrangida pela menção a práticas semelhantes à escravatura.

1.5 Distinção entre tráfico de seres humanos e crimes conexos

Compreender a distinção entre o TSH e outros crimes conexos, como *Smuggling* e o lenocínio, é fundamental para clarificar as especificidades jurídicas e operacionais de cada fenómeno. Esta diferenciação reveste-se de particular importância para uma atuação mais informada e eficaz no plano da prevenção, investigação e repressão destas práticas, assegurando simultaneamente a proteção dos direitos fundamentais das vítimas envolvidas.

O *Smuggling*, também conhecido como auxílio à imigração ilegal, consiste na facilitação da entrada irregular de indivíduos num território, com o objetivo de obtenção de um benefício financeiro ou material por parte de quem organiza ou executa a travessia (Aronowitz, 2001; MacKellar, 2021). Esta prática baseia-se, em regra, no consentimento da pessoa transportada e termina com a sua chegada ao destino. Em contraste, o TSH envolve o recrutamento, transporte ou acolhimento de pessoas com recurso a coação, engano ou abuso de uma situação de vulnerabilidade, tendo como finalidade a exploração, frequentemente prolongada no tempo. Apesar das diferenças conceptuais, os dois fenómenos podem sobrepor-se na prática. Migrantes

⁶ A servidão por dívidas constitui igualmente uma forma de controlo no contexto da exploração, sendo analisada mais adiante nesta dissertação.

⁷ Artigo 1.º, alínea a)

em situação irregular podem tornar-se dependentes de redes criminosas e, posteriormente, ser submetidos a formas de exploração que configuram TSH (Aronowitz, 2001).

A legislação portuguesa contempla esta zona de intersecção, nomeadamente no artigo 183.º, n.º 2 da Lei n.º 29/2012, de 2 de agosto, que criminaliza o auxílio à imigração ilegal quando este se associa ao aproveitamento da vulnerabilidade da pessoa para fins de exploração.

Importa igualmente distinguir o TSH do crime de lenocínio. Previsto no artigo 169.º do Código Penal Português, o lenocínio corresponde à prática de fomentar, favorecer ou facilitar, com intuito lucrativo ou de forma profissional, o exercício da prostituição por outra pessoa. Embora exista alguma sobreposição, sobretudo em contextos relacionados com a indústria do sexo, o lenocínio não implica, por si só, coação, engano ou exploração forçada. Nestes casos, a intervenção de terceiros ocorre com base no consentimento da pessoa prostituída, o que o distingue do TSH, onde esse consentimento é obtido de forma viciada ou considerado irrelevante do ponto de vista jurídico (de Pérez, 2015).

1.6 Panorama atual do Tráfico de seres humanos em Portugal

No contexto português, o TSH encontra-se plasmado no artigo 160º do Código Penal, refletindo o alinhamento do ordenamento jurídico nacional com os principais instrumentos internacionais, nomeadamente o Protocolo de Palermo e a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. Esta moldura legal assenta no princípio da dignidade da pessoa humana, rejeitando a perspetiva redutora que associa o tráfico exclusivamente à imigração ilegal, e reconhecendo-o como uma grave violação dos direitos humanos, caracterizada pela coerção, exploração e abuso da vulnerabilidade das vítimas (Matos et al., 2018; Santos et al., 2008)⁸.

A revisão do Código Penal em 2007 representou um avanço significativo, ao integrar o TSH no capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal, ao lado do crime de escravidão (artigo nº159), reforçando o seu enquadramento como crime grave. No mesmo ano, foi aprovado o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos 2007–2010, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007. Este plano representou um marco na abordagem estratégica ao fenómeno, ao propor medidas nas áreas de prevenção, proteção, repressão e parcerias. Entre

⁸ Em Portugal, o apoio às vítimas de TSH é assegurado por uma rede articulada de organizações governamentais e não-governamentais. Desde 2013, a Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Pessoas (RAPVT) coordena essa resposta, reunindo diversas entidades distribuídas pelo território continental. A sua atuação centra-se na prevenção do crime, na proteção e assistência às vítimas, bem como na sua reintegração social, através de intervenções multidisciplinares e especializadas, que incluem apoio jurídico, psicológico e social, assegurando também a referenciação adequada para outros serviços de apoio.

as prioridades destacou-se a necessidade de produção e disseminação de conhecimento, face à escassez de dados fiáveis e à natureza transnacional e oculta do crime.

Em resposta à necessidade de um conhecimento mais sistematizado, foi criado, em 2008, o Observatório do Tráfico de Seres Humanos, através Decreto-Lei n.º 229/2008, como uma estrutura técnica do Ministério da Administração Interna. A sua missão inclui a recolha, tratamento e difusão de informação sobre o TSH e outras formas de violência de género, desempenhando um papel crucial no apoio à formulação de políticas públicas baseadas em evidência, na articulação interinstitucional e na promoção da cooperação internacional. Desde então, têm sido aprovados sucessivos planos nacionais, sendo o mais recente o V Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2025–2027, que amplia o âmbito de intervenção com foco na sensibilização da sociedade, no acesso das vítimas aos seus direitos, na intensificação do combate às redes criminosas e no reforço da cooperação internacional.⁹

Apesar dos avanços legislativos e conceptuais, persistem ambiguidades na delimitação precisa do TSH, refletindo a sua complexidade e multifacetada natureza. Para compreender melhor este fenómeno, é fundamental analisar o processo dinâmico que lhe está subjacente, reconhecendo as diferentes fases, atores e estratégias envolvidas. No ponto seguinte, aborda-se, assim, o ciclo do TSH, como forma de aprofundar essa compreensão.

Em 2023, segundo os dados mais recentes do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), foram sinalizadas 252 presumíveis vítimas, representando um aumento face a anos anteriores (OTSH, 2024). Tal como em períodos anteriores, a maioria das sinalizações refere-se ao tráfico para fins de exploração laboral (TFL), com particular incidência no setor agrícola. Já o TFS continua a representar uma percentagem residual (2%), com apenas cinco vítimas sinalizadas nesse ano. Este número, embora aparentemente baixo, não deve ser interpretado como indicativo de uma diminuição real do fenómeno, mas antes como reflexo da persistente invisibilidade e subnotificação associadas a este tipo de exploração. O medo das vítimas, a informalidade das redes e diversas barreiras sociais, legais e linguísticas dificultam significativamente a sua identificação (OTSH, 2024).

Portugal mantém-se sobretudo como país de destino (87% dos casos), embora se observe um aumento do tráfico interno. Em 2023, foram sinalizadas 26 vítimas de nacionalidade portuguesa, um número superior ao de 2022, evidenciando a relevância crescente desta

⁹ Consultado em , <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/194-2024-901147126> a 16-07-2025

dimensão e a necessidade de estratégias específicas de prevenção e resposta. A maioria das vítimas é do sexo masculino e adulta, abrangendo cerca de 40 nacionalidades distintas, com destaque para a proveniência do continente americano. Para além do TFL e do TFS, foram também reportadas outras formas de exploração, como mendicidade forçada, adoção ilegal, casamento forçado e envolvimento em atividades criminosas (OTSH, 2024).

Na Europa, Portugal ocupa uma posição estratégica enquanto país de destino e de trânsito. As vítimas identificadas são maioritariamente oriundas do Brasil, da Europa Central e de Leste, e de países africanos. As principais formas de exploração reportadas no país incluem a exploração sexual e laboral, sendo que o tráfico interno tem vindo a ganhar visibilidade, sobretudo em zonas de fronteira, entre Portugal e Espanha (OTSH, 2011; Peixoto et al., 2005; Pereira & Vasconcelos, 2007; Santos et al., 2008).

A análise geográfica da sinalização de vítimas em Portugal mostra uma maior incidência nas regiões Norte e Centro, com destaque também para o Sul e para a Região Autónoma da Madeira. A exploração laboral constitui o principal motivo de sinalização em quase todo o território, com exceção da Grande Lisboa, onde se observa uma distribuição mais equilibrada entre exploração laboral e sexual. Os distritos de Braga, Beja e Bragança registam o maior número de casos, sendo visível o aumento de sinalizações em localidades como Braga e Funchal, contrastando com a diminuição observada em Leiria e Lisboa (OTSH, 2024).

Ademais, foi registado um aumento de crimes conexos, como o auxílio à imigração ilegal e o recrutamento de mão-de-obra ilegal, sinalizando uma crescente complexificação e sofisticação das redes criminosas (OTSH, 2024).

A nível internacional, os dados mais recentes das Nações Unidas confirmam que a maioria das vítimas de tráfico transnacional continua a provir da Ásia, África, América Latina, Europa de Leste e países da antiga União Soviética. Os principais destinos continuam a ser países industrializados, como Itália, Alemanha, Estados Unidos, Países Baixos, Japão, Grécia, Turquia e Tailândia, geografias frequentemente associadas a indústrias do sexo consolidadas, legislações permissivas ou ambientes de tolerância social face à prostituição. Por contraste, os países de origem caracterizam-se por elevados níveis de pobreza, desigualdade e fragilidade institucional, fatores que favorecem aliciamento e transporte das vítimas, incluindo através da corrupção e da obtenção fraudulenta de documentos (Hodge, 2008; Hodge & Lietz, 2007).

2. Tráfico de seres humanos para fins sexuais

O TFS constitui uma das manifestações mais prevalentes e lucrativas do TSH a nível global, distinguindo-se pela sua elevada rentabilidade e pelas dificuldades inerentes à sua deteção e combate (Europol, 2016; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017). Esta forma de exploração incide predominantemente sobre mulheres e raparigas, recrutadas, transportadas e coagidas a prestar serviços sexuais em contextos altamente controlados, muitas vezes por redes organizadas transnacionais que recorrem a formas de coação cada vez mais subtis, como a manipulação emocional ou aproveitamento de situações de vulnerabilidade (Europol, 2016; UNODC, 2016).

Ao contrário de outros tipos de tráfico, como o de armas ou de estupefacientes, os lucros provenientes do TFS são exclusivamente canalizados para traficantes e exploradores. Trata-se de uma diferença fundamental, uma vez que, nestes outros mercados ilícitos, os bens transacionados são geralmente destinados ao consumo dos próprios envolvidos (Deshpande & Nour, 2013; Hodge & Lietz, 2007). Estima-se que esta indústria movimente anualmente cerca de 27,8 mil milhões de dólares (ILO, 2017), refletindo não apenas a sua dimensão económica, mas também a persistente procura por serviços sexuais que sustenta este mercado ilícito.

O TFS pode ser compreendido como uma extensão do TSH, caracterizando-se pela exploração de vulnerabilidades através do abuso de poder ou de confiança com o intuito de satisfazer interesses sexuais de terceiros (UNODC, 2016). De acordo com o Protocolo de Palermo (ONU, 2000), essa exploração deve incluir, pelo menos, a prostituição forçada ou outras formas de exploração sexual. Importa sublinhar que, nos casos em que estejam presentes meios como coação, engano ou abuso de autoridade, o consentimento da vítima é juridicamente irrelevante, o que reforça a necessidade de distinguir entre tráfico sexual e participação voluntária na indústria do sexo.

Embora sejam identificados múltiplos percursos para a entrada na indústria do sexo, permanece um grande desconhecimento quanto à prevalência de vitimização. São escassos os estudos que procurem estimar o número de vítimas de TFS, e os esforços desenvolvidos nesse sentido têm sido metodologicamente frágeis e inconclusivos (Hickle & Roe-Sepowitz, 2017). Adicionalmente, continua por esclarecer o papel que a vitimização pode desempenhar na entrada das pessoas neste setor. própria natureza da exploração sexual contribui para a sua invisibilidade, sendo geralmente menos visível do que outras formas de tráfico, como o laboral, o que dificulta sobremaneira a sua deteção. Este cenário agrava-se em contextos onde a prostituição ou atividades conexas são criminalizadas ou fortemente estigmatizadas,

dificultando não só a identificação das vítimas, mas também a sua reintegração social (Cockbain & Bowers, 2019). No entanto, autores como Zhang (2009) argumentam que, enquanto as vítimas e os seus traficantes mantiverem contacto com elementos da sociedade, como compradores de serviços sexuais, profissionais de saúde, taxistas, comerciantes, porteiros ou funcionários de hotéis, subsistem oportunidades de exposição, permitindo a identificação e consequente estudo e compreensão do fenómeno.

Neste contexto, torna-se igualmente relevante refletir sobre a relação entre o TFS e o contexto mais amplo da prostituição. O termo “prostituição” refere-se ao ato de manter relações sexuais ou realizar atos do mesmo cariz, explicitamente para compensação material, como dinheiro, bens ou propriedade, que podem incluir drogas roupas caras, joias ou até imóveis (Batsyukova, 2007). Em determinados contextos privados, esta é frequentemente percebida como uma das opções mais viáveis por parte de indivíduos em situações de exclusão ou pobreza (Pandey et al., 2018). Contudo, a distinção entre prostituição voluntária e forçada é crucial: enquanto a primeira se baseia numa escolha pessoal, ainda que muitas vezes condicionada por fatores estruturais, a segunda caracteriza-se pela ausência inequívoca de consentimento e pela imposição, através de coação, engano ou abuso de poder. Assim, o TFS representa uma violação grave dos direitos humanos fundamentais, ao obrigar as vítimas a exercer atividades de prostituição ou outros atos sexuais contra a sua vontade (Batsyukova, 2007).

2.1 Perfil da vítima e fatores de risco para a vitimação

Embora, em teoria, qualquer pessoa possa tornar-se vítima de TFS, a literatura demonstra que a vitimação não ocorre de forma aleatória, sendo favorecida por um conjunto de fatores estruturais, sociais e individuais que amplificam a vulnerabilidade (Hodge & Lietz, 2007).

Num plano estrutural e transnacional, os fatores de risco para o TFS são frequentemente interpretados à luz do modelo *Push-Pull*, que distingue entre fatores de repulsão (*Push*), associados aos contextos de origem, e fatores de atração (*Pull*), relacionados com os contextos de destino. (Cho, 2012; Europol, 2016; Hernandez, & Rudolph, 2015; Hodge, 2008; Hodge & Lietz, 2007). Os Fatores *Push* incluem condições socioeconómicas e estruturais adversas que incentivam a migração. Estes incluem pobreza extrema, desigualdade social, desemprego, falta de acesso à educação e à formação profissional, discriminação de género ou étnica, instabilidade política, conflitos armados, violência doméstica, violações sistemáticas de direitos humanos, desastres naturais e degradação ambiental. Estas dinâmicas fragilizam os sistemas de apoio locais, fomentam deslocamentos forçados e criam oportunidades para redes criminosas

transnacionais (Castles and Miller, 2003; Cho, 2012; Europol, 2016; ILO, 2004; Santos et al., 2008). Os Fatores *Pull*, por sua vez, referem-se aos elementos presentes nos países de destino que tornam a migração aparentemente vantajosa, mesmo quando envolve riscos significativos. Entre os principais fatores, destacam-se os elevados padrões de vida, as melhores condições de segurança e bem-estar, e a percepção de oportunidades económicas mais promissoras, incluindo emprego com remuneração superior e acesso a serviços básicos. A crescente procura por mão de obra barata, desprotegida e facilmente substituível, em setores como a agricultura, construção civil, cuidados pessoais, restauração e indústria do sexo, constitui um incentivo adicional para o recrutamento e a exploração (Castles and Miller, 2003; Cho, 2012; Europol, 2016; ILO, 2004; Santos et al., 2008).

Adicionalmente, identificam-se fatores facilitadores, que, embora não constituam causas diretas, criam um ambiente propício ao tráfico. Destacam-se a falta de sensibilização social face à exploração, a fragmentação legislativa entre Estados, a elevada rentabilidade do TSH face aos baixos riscos legais, e o uso estratégico da internet para recrutamento, recolha de dados, vigilância e promoção da exploração (Europol, 2016; ILO, 2004).

A vulnerabilidade ao tráfico cruza-se ainda com fatores individuais e contextuais que operam a um nível mais íntimo. De acordo com a UNODC (2013), características como o género, a idade, a etnia, o estatuto migratório, a escolaridade, e a pobreza são relevantes, mas não determinantes. A vulnerabilidade emerge, sobretudo, de condições de exclusão social prolongada, ausência de redes de proteção, ou vínculos afetivos instáveis, muitas vezes atravessadas por discriminação, violência e estigma.

A literatura empírica aponta, de forma consistente, para a sobre-representação de mulheres, crianças e minorias sociais, como homens e pessoas transgénero, entre as vítimas de tráfico (Baird et al., 2020; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Jordan et al., 2013; Nichols et al., 2022). Adicionalmente, experiências prévias de abuso físico, sexual ou emocional, vivências adversas na infância, como negligência, violência intrafamiliar ou abandono, são também apontadas como antecedentes significativos, contribuindo para trajetórias marcadas por fragilidade emocional, ausência de suporte social e desinformação (Baird et al., 2020; Bullens & van Horn, 2002). Históricos de consumo de substâncias e envolvimento prévio no comércio sexual, por necessidade ou coação, podem também aumentar o risco de vitimação (Dank, 2011; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Kennedy et al., 2007; Omer Demir, 2010). Por exemplo, Dank (2011), observou que metade dos indivíduos envolvidos na indústria do sexo apresentava histórias de trauma infantil, vínculos familiares frágeis, privação económica e dificuldades no acesso a

recursos. Resultados semelhantes foram identificados por Baird et al. (2020), que verificou que estas vítimas tendem a experienciar traumas infantis, nomeadamente maus-tratos, negligência, e ainda exposição a abusos sexuais, físicos ou emocionais.

Embora persista o estereótipo da vítima como uma jovem migrante em situação precária, a realidade é significativamente mais diversa. Cockbain e Bowers (2019) demonstram a existência de grande heterogeneidade entre as vítimas, o que desafia a ideia de um perfil único. Além disso, vítimas que não correspondem às representações dominantes, como homens traficados para fins sexuais, enfrentam maiores dificuldades em ser reconhecidas e protegidas pelas instituições.

2.2 Estratégias de recrutamento e suas implicações

Os traficantes recorrem uma diversidade de estratégias de recrutamento, que oscilam entre métodos explícitos de coerção, como violência física, psicológica ou sexual, e formas mais subtis de manipulação e engano (Denisova, 2001; Shandro et al., 2016; Zimmerman et al., 2006). Estas estratégias exploram vulnerabilidades sociais e económicas, envolvendo, por exemplo, o recurso a entidades aparentemente legítimas (como agências de emprego ou de modelos), o contacto direto com mulheres já inseridas na indústria do sexo, ou mesmo a abordagem de famílias empobrecidas para a “compra” de crianças ou jovens. Nalguns casos, vítimas já recrutadas são coagidas a colaborar na captação de novas vítimas, perpetuando involuntariamente o ciclo de exploração (Deshpande & Nour, 2013; Hickie & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007; Schwartz, 2015).

De modo geral, as estratégias de recrutamento podem ser categorizadas em dois grandes eixos, o aliciamento e a coerção (Schwartz, 2015). No primeiro, os traficantes seduzem as vítimas com conceções românticas da vida no estrangeiro, apresentando promessas de emprego, estudo ou casamento, alimentando aspirações legítimas de melhorar essas condições de vida (Denisova, 2001). O consentimento inicial é frequentemente obtido de forma manipulativa, sendo posteriormente substituído por violência, opressão e crueldade, características estruturantes do processo de vitimação (Denisova, 2001). Assim, mesmo em contextos em que não se verifica uma coação explícita no momento do recrutamento, este não pode ser dissociado da dinâmica de abuso e controlo coercivo que se instala logo após a captação. As ofertas incluem propostas fictícias nas áreas da moda, media ou entretenimento, promessas de casamento, ou empregos bem remunerados, por vezes similares às funções já exercidas pelas vítimas (Baird et al., 2020; Deshpande & Nour, 2013; Hodge & Lietz, 2007; Silverman et al.,

2007). Presentes como dinheiro, roupa, comida, abrigo ou substâncias psicoativas são utilizados como instrumentos de controlo emocional e financeiro, criando um sentimento de dívida e dependência (Jordan et al., 2013; Schwartz, 2015).

No que toca às formas de coerção, a violência explícita, como o sequestro, a intimidação, ou a agressão física e sexual, continua a ser utilizada em alguns contextos, no entanto, a sua aplicação tem diminuído, devido ao elevado risco de deteção que acarreta. Tem-se, por isso, observado uma preferência crescente por formas mais subtis de coerção psicológica, que visam manter a vítima submissa com menor visibilidade (Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007; Zimmerman et al., 2003). Um exemplo particularmente insidioso é o método do *lover boy*, no qual o traficante estabelece uma relação afetiva com a vítima, persuadindo-a a migrar com promessas ilusórias de casamento ou de uma vida partilhada. Esta estratégia, frequentemente utilizada no recrutamento de menores, mas também presente em vítimas adultas, assenta numa manipulação emocional continuada (Deshpande & Nour, 2013; Zimmerman et al., 2006). A escolha por abordagens não violentas deve-se à sua maior eficácia na criação de lealdade e dependência, elementos difíceis de alcançar através do uso da força (Baird et al., 2020; Kennedy et al., 2007).

O recrutamento pode ser realizado pelo uso de uma ou mais estratégias, tanto antes como no próprio momento do recrutamento, sendo moldado pelas vulnerabilidades individuais da vítima (Kennedy et al., 2007). Segundo Kelly et al., (2000), esse processo pode ser compreendido em quatro níveis de consentimento, que variam desde a coerção total até formas mais ambíguas de engano. No nível mais grave, a vítima é forçada sem qualquer consentimento (vítima ideal¹⁰); nos níveis intermédios, verifica-se engano quanto à natureza do trabalho (por exemplo, promessas de emprego que ocultam a exploração sexual); no nível menos gravoso, a vítima tem conhecimento prévio de que exercerá prostituição, embora ignore a extensão da exploração e controlo a que será sujeita.

Concluído o recrutamento, segue-se a fase de transporte, que pode envolver meios terrestres, aéreos ou marítimos, por vezes combinados, com o intuito de dificultar a deteção por parte das autoridades (Santos et al., 2008; Zimmerman et al., 2003; Zimmerman et al., 2011). O transporte é operado por redes amplas de cúmplices ou, em alguns casos, pela própria vítima,

¹⁰ Vítima ideal é uma representação socialmente construída que privilegia certos estereótipos de inocência e vulnerabilidade, o que pode excluir da categoria de vítima pessoas cuja experiência de violência não se alinha com esse modelo, como mulheres traficadas que tomam decisões para sobreviver, apresentam comportamentos de resistência, ou estão associadas a condutas criminalizadas (Hoyle et al., 2011; Randall, 2010).

sozinha, munida de documentação fraudulenta e instruções específicas para evitar suspeitas (Denisova, 2001; Santos et al., 2008). As condições deste transporte, são por vezes desumanas e perigosas, resultado em ferimentos graves ou até fatais (Zimmerman et al., 2003).

3. Experiências de vitimação no tráfico para fins sexuais

3.1 Experiências durante a exploração sexual

3.1.1. Condições de vida e trabalho no contexto da exploração

As vítimas de TFS são frequentemente mantidas em ambientes degradantes, caracterizados por sobrelotação, condições de insalubridade, alimentação deficiente e severas restrições à mobilidade, sob vigilância constante de exploradores ou intermediários (Denisova, 2001; Zimmerman et al., 2003). No período inicial da exploração, é comum o seu confinamento em bordéis, hotéis ou residências privadas, muitas vezes em espaços ocultos e sem ventilação, de modo a evitar a deteção pelas autoridades e impedir qualquer tentativa de fuga (Hopper, 2004; Wilson & Butler, 2014).

O quotidiano destas vítimas é marcado por rotinas extenuantes de trabalho, sem intervalos adequados para descanso, sendo-lhes imposto um elevado número de clientes diários, frequentemente sem qualquer controlo sobre os atos sexuais exigidos, horários ou rendimentos obtidos (Denisova, 2001; Hickie & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007). A restrição da liberdade de circulação, por vezes associada ao confinamento em bordéis ou outras instalações sob controlo rigoroso, reforça a dependência e subjugação das vítimas. Muitas são transferidas para países onde desconhecem a língua, as normas culturais e legais, e, por vezes, até a sua localização geográfica exata, intensificando o isolamento, a desorientação e a impotência perante a exploração (Zimmerman et al., 2003). A autonomia das vítimas é sistematicamente anulada por regras impostas unilateralmente pelos exploradores, que regulam o número de clientes, os tipos de atos sexuais permitidos, o uso de preservativos e os preços cobrados (Vindhya & Dev, 2011; Sukach et al., 2018). Em alguns casos, as vítimas recebem novos nomes, simbolizando a anulação da identidade anterior e consolidando o sentimento de submissão absoluta (Herman, 1997 cit in. Sukach et al., 2018).

O acesso a cuidados de saúde é, na generalidade dos casos, inexistente ou fortemente limitado, sendo frequentemente prestado por indivíduos desprovidos da qualificação necessária e apenas em situações de emergência física (Zimmerman et al., 2003). Adicionalmente, verifica-se um padrão recorrente de deslocações frequentes das vítimas entre diferentes cidades ou países, estratégia que visa maximizar os lucros, impedir o estabelecimento de redes de apoio

ou relações de confiança com clientes, bem como dificultar a ação das autoridades (Zimmerman et al., 2006).

Mesmo na ausência de violência física sistemática, muitas vítimas relatam viver em ambientes permeados pelo medo e intimidação, onde a percepção de risco e as ameaças implícitas garantem a obediência e o silêncio. Assim, a exploração sexual assenta não só na violência explícita, mas numa complexa infraestrutura de negligência, privação e controlo psicológico (Hodge & Lietz, 2007; Reid, 2016; Wilson & Butler, 2014; Zimmerman et al., 2003; Zimmerman et al., 2006). A exposição prolongada à intimidação e ao isolamento pode conduzir a uma dependência emocional profunda, por vezes quase devocional, em relação ao explorador, o que dificulta significativamente a percepção da própria vitimação e reduz a vontade ou capacidade de procurar formas de fuga (Herman, 1997 cit in. Sukach et al., 2018).

Estas condições conduzem então ao denominado “sexo por sobrevivência”, onde serviços sexuais são trocados por necessidades básicas, como alimentação, abrigo ou itens de conforto, como as substâncias aditivas (Deshpande & Nour, 2013; Duncan & DeHart, 2019).

3.1.2. Sentimentos e percepções das vítimas durante a exploração

A compreensão das experiências vividas pelas vítimas de TFS é fundamental para apreender a complexidade deste fenómeno (Sukach et al., 2018). O conhecimento direto dessas experiências permite uma análise aprofundada das dinâmicas sociais e legais que moldam a exploração, bem como dos impactos psicológicos e emocionais internalizados pelas vítimas (Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Sukach et al., 2018).

Durante a exploração, predominam sentimentos de desespero e uma sensação intensa de sofrimento emocional, frequentemente acompanhados por uma redução significativa da autoestima, reflexo das condições traumáticas enfrentadas (Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Sukach et al., 2018; Wilson & Butler, 2014). A exaustão física e mental é também um elemento recorrente, resultante da exploração contínua que ultrapassa o âmbito sexual, estendendo-se ao trabalho imposto e, nalguns casos, às responsabilidades domésticas. O controlo absoluto exercido pelos proxenetes agrava esta vulnerabilidade, conduzindo a um quadro de submissão total (Sukach et al., 2018; Wilson & Butler, 2014). Adicionalmente, verifica-se um sentimento de objetificação, decorrente do carácter desumanizador da exploração, onde as vítimas são tratadas como meros instrumentos de satisfação sexual, reforçando a sua condição de submissão e facilitando a perpetuação das dinâmicas exploratórias (Denisova, 2001; Sukach et al., 2018; Wilson & Butler, 2014).

Apesar da resistência inicial, as vítimas acabam por ceder à coerção psicológica e à pressão exercida pelos exploradores (Hodge, 2008). Quando tentam romper com este ciclo, enfrentam barreiras significativas, como a falta de alternativas laborais, ausência de apoio social e habitacional, e a inexistência de redes de suporte fora do contexto da exploração (Dank, 2011). Além disso, o estigma social associado à prostituição configura ainda um obstáculo significativo, funcionando como um “véu” que impede a percepção da gravidade da situação e promove atitudes de passividade social. Esta estigmatização reforça o isolamento das vítimas e diminui a sua motivação para procurar uma saída, dificultando a rutura do ciclo exploratório (Lloyd, 2011).

3.1.3. Estratégias e métodos de controlo dos traficantes

As vítimas do TFS enfrentam condições adversas que provocam impactos profundos nas dimensões física, psicológica e emocional. Sob o controlo constante de traficantes, proxenetas ou proprietários de bordéis, são submetidas a estratégias sistemáticas e multifacetadas de manipulação e coerção, destinadas a garantir a sua subserviência e eliminar qualquer possibilidade de resistência ou fuga (Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge, 2008; Reid, 2016).

A violência física constitui uma das ferramentas primárias para enfraquecer a vontade das vítimas. São comuns agressões sistemáticas, como espancamentos, queimaduras, cortes e agressões sexuais, tanto individuais como em grupo (Hodge, 2008; Zimmerman et al., 2011). Este abuso físico é, por vezes, cuidadosamente administrado em áreas do corpo menos visíveis, preservando o “valor comercial” das vítimas enquanto “produtos” (Zimmerman et al., 2011). Além da agressão direta, o ambiente é marcado pela presença constante de armas ou ameaças explícitas, instaurando um clima de medo permanente que inibe qualquer tentativa de resistência (Wilson & Butler, 2014; Zimmerman et al., 2011).

Paralelamente, a privação de liberdade é um mecanismo crucial de controlo. Documentos pessoais, como passaportes e telemóveis, são frequentemente confiscados, cortando a ligação das vítimas com o exterior. Este isolamento é reforçado por restrições severas à movimentação, vigilância contínua e, em muitos casos, confinamento em espaços controlados pelos traficantes. Adicionalmente, barreiras linguísticas, especialmente em contextos internacionais, agravam a vulnerabilidade das vítimas, dificultando o acesso a apoio externo ou ao planeamento de uma fuga (Deshpande & Nour, 2013; Hodge & Lietz, 2007; Jordan et al., 2013; Reid, 2016). Denisova (2001) observa que muitas vítimas são mantidas sob vigilância permanente,

impedidas de sair sozinhas e totalmente dependentes dos seus exploradores para as necessidades básicas, o que aprofunda o seu estado de submissão.

A manipulação psicológica assume um papel igualmente central na manutenção do controlo. Insultos e humilhações constantes reforçam sentimentos de culpa, vergonha e baixa autoestima, convencendo as vítimas de que são responsáveis pela sua situação ou que não possuem valor fora do contexto da exploração. Este processo não só diminui a resistência psicológica, como cria uma dependência emocional face aos traficantes, tornando-as mais propensas a aceitar a sua condição como inevitável (Hodge & Lietz, 2007; Reid et al., 2013; Zimmerman et al., 2006). A coação inclui ainda ameaças dirigidas a familiares, parceiros ou filhos das vítimas, fortalecendo um vínculo de medo (Denisova, 2001; Deshpande & Nour, 2013; Hickie & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007; Jordan et al., 2013; Reid, 2016). Atualmente, os traficantes tendem a privilegiar métodos de coerção psicológica e emocional, menos evidentes às autoridades, mas eficazes na manutenção da submissão (Zimmerman et al., 2006).

A dimensão económica constitui outro elemento de controlo fundamental. Muitas vítimas são forçadas a assumir dívidas artificiais relacionadas com custos de transporte, alimentação e alojamento, que lhes são apresentados como valores a reembolsar. Estas dívidas são progressivamente ampliadas, criando uma dependência financeira insuperável. Os rendimentos da exploração são retidos pelos traficantes, perpetuando o ciclo de dependência e impossibilitando a angariação de recursos necessários para escapar (Deshpande & Nour, 2013; Hodge & Lietz, 2007; Jordan et al., 2013).

Para enfrentar o impacto emocional destas experiências, as vítimas recorrem a mecanismos de *coping*¹¹, que desempenham um papel vital na tentativa de preservar a identidade pessoal e social ao longo das diferentes fases do tráfico (Harvey, 1996; Le, 2017; Rutter, 2006). Entre estes, destaca-se a regulação da expressão emocional, frequentemente traduzida pela inibição de emoções e supressão de memórias traumáticas, como forma de minimizar riscos de punição e manter algum equilíbrio psicológico. Embora esta dissociação ofereça alívio momentâneo, pode prolongar o sofrimento e dificultar a recuperação emocional a longo prazo (Gross, 1998; Le, 2017; Wenzlaff & Wegner, 2000). Outra estratégia consiste na criação de oportunidades dentro das limitações impostas, evidenciando resiliência e adaptação mesmo em contextos extremos. Isto inclui estabelecer relações de confiança calculadas com traficantes ou terceiros, gerir riscos com cautela e planear a fuga, aproveitando ocasiões propícias para pedir ajuda. A

¹¹ estratégias de adaptação para enfrentar a dor e o trauma causados pela exploração

gestão dos recursos limitados também contribui para a sobrevivência e, em alguns casos, para a melhoria do bem-estar físico e emocional (Le, 2017; Rutter, 2006). O consumo de substâncias como tabaco, álcool e drogas surge frequentemente como uma tentativa de alívio temporário da dor emocional e trauma acumulados. Embora estas práticas possam aliviar momentaneamente o sofrimento, reforçam a vulnerabilidade e dependência, funcionando simultaneamente como mecanismos de coping e instrumentos de controlo por parte dos traficantes (Deshpande & Nour, 2013; Sukach et al., 2018; Wilson & Butler, 2014). Adicionalmente, o envolvimento forçado em consumo de drogas ilícitas e em atividades criminalizadas cria um medo adicional de represálias legais, desencorajando a procura de ajuda junto das autoridades e aprofundando a dependência das vítimas face aos seus exploradores, consolidando o ciclo de exploração (Duncan & DeHart, 2019; Reid, 2016).

Em conjunto, estas táticas configuram um sistema opressivo que despoja as vítimas de autonomia, dignidade e esperança. O ambiente coercivo instaurado pelos exploradores quebra psicologicamente as vítimas, conduzindo-as a um estado de subserviência total, no qual a perceção de controlo sobre a própria vida e segurança se desvanece por completo. Privadas de alternativas reais e viáveis, tornam-se integralmente dependentes dos seus exploradores. Esta ausência de escolhas concretas não só perpetua a exploração, como transforma estas mulheres em vítimas de especial vulnerabilidade, aprisionadas num ciclo de abuso do qual a fuga se revela, muitas vezes, humanamente impossível (Cook, 2019; Deshpande & Nour, 2013).

3.2 Experiências após a exploração sexual

3.2.1 *Experiências físicas, psicológicas e emocionais*

A experiência das vítimas não termina após o seu salvamento. Os traumas e mazelas sofridos, tanto a nível físico quanto psicológico e emocional, persistem ao longo da vida dos sobreviventes (Sukach et al., 2018).

A literatura descreve múltiplas manifestações de problemas de saúde física associados ao TFS, como infeções sexualmente transmissíveis, que podem incluir HIV/SIDA, sífilis e herpes, resultantes da ausência de proteção e da violência sexual repetida (Gibbons & Stoklosa, 2016; Zimmerman et al., 2011). Além disso, são frequentes relatos de desnutrição severa e perturbações alimentares, decorrentes de condições precárias de vida e controlo alimentar extremo por parte dos traficantes. Problemas de saúde reprodutiva também são comuns, como complicações durante a gravidez ou abortos inseguros, muitas vezes realizados sem quaisquer condições médicas adequadas. Lesões físicas, como ossos fraturados, hematomas e cicatrizes

permanentes, resultantes de agressões, tortura e punições corporais, também são documentadas com frequência. Em alguns casos, problemas de saúde crônicos, como diabetes e asma, são exacerbados pela ausência de tratamento durante o período de cativeiro (Gibbons & Stoklosa, 2016; Jordan et al., 2013; Shandro et al., 2016; Zimmerman et al., 2011). Adicionalmente, muitos sobreviventes reportam sintomas físicos inespecíficos, como dores de cabeça e dores abdominais, cuja origem pode ser tanto física como psicológica (Zimmerman et al., 2006).

No plano psicológico, as vítimas enfrentam um elevado risco de desenvolver perturbações como depressão profunda, transtornos de ansiedade e perturbação de stresse pós-traumático (PSPT). A gravidade destas condições está frequentemente associada à duração do cativeiro, à intensidade dos abusos sofridos e à frequência com que ocorreram (Gibbons & Stoklosa, 2016; Jordan et al., 2013; Shandro et al., 2016; Zimmerman et al., 2011). De acordo com Zimmerman et al., (2003), estes efeitos psicológicos tendem a prolongar-se após a libertação, dificultando significativamente a reintegração social e funcional das vítimas.

As experiências de trauma não são apenas individuais, mas também relacionais. Muitas vítimas desenvolvem uma ligação traumática com os seus traficantes (Reid et al., 2013). Este laço é caracterizado por sentimentos ambivalentes de amor, gratidão e dependência emocional em relação ao agressor, que simultaneamente impõe experiências de abuso, controlo e degradação. Trata-se de um vínculo paradoxal, em que a vítima estabelece uma ligação afetiva com quem a vitimiza, uma figura que inflige dor e violência, mas que, por vezes, também se apresenta como fonte de proteção, provisão ou afeto (Reid et al., 2013; Reid, 2016). Esta dualidade gera uma intensa confusão emocional, dificultando o processo de separação e reforçando os mecanismos de resistência psicológica à rutura. Por vezes, o apego leva à proteção ativa do agressor, à sua idealização e à reinterpretação dos atos abusivos como expressões de cuidado, o que perpetua sentimentos de culpa e consolida padrões de vinculação disfuncional. O impacto deste vínculo manifesta-se ainda no enfraquecimento dos laços sociais formais e informais, promovendo um isolamento que compromete a reintegração social. A associação entre vergonha e estigmatização interiorizada constitui igualmente um obstáculo significativo, impedindo muitas vítimas de procurar ajuda ou de partilhar a sua experiência (Pandey et al., 2018; Reid et al., 2013; Reid, 2016; Sanchez et al., 2019).

Em suma, as consequências emocionais e psicológicas do TFS afetam profundamente a perceção de si e a capacidade de estabelecer vínculos seguros. No entanto, estes impactos estendem-se também às relações sociais e familiares, dificultando a reintegração e a construção de novos suportes, aspetos que serão aprofundados na próxima secção.

3.2.2. Experiências em sociedade e família

A vivência das vítimas de TFS na sociedade e no seio familiar é marcada por desafios complexos, muitas vezes condicionados pelas representações sociais, dinâmicas familiares e pela disponibilidade de recursos de apoio à recuperação.

No plano social, a percepção do TFS tende a ser influenciada por estereótipos, ideias preconcebidas e falta de literacia pública, o que conduz frequentemente a interpretações erróneas sobre a natureza do crime e das suas vítimas. A ausência de familiaridade com as definições legais e operacionais do tráfico pode levar à classificação indevida das vítimas, rotulando-as imigrantes irregulares, trabalhadoras de sexo voluntárias ou mesmo criminosas (Batsyukova, 2007; Farrell et al., 2015; Hickie & Roe-Sepowitz, 2017; McGough, 2013). Este fenómeno é particularmente evidente quando as vítimas não se enquadram na imagem tradicional de “vítima ideal” (Hickie & Roe-Sepowitz, 2017; Hoyle et al., 2011; Randall, 2010)

Estas percepções enviesadas estendem-se também aos profissionais do sistema de justiça e das forças de segurança, comprometendo uma resposta eficaz à identificação, proteção e apoio das vítimas. Estudos demonstram que estes profissionais, por vezes, confundem o tráfico com outros fenómenos, como o auxílio à imigração ilegal ou a prostituição voluntária, aplicando quadros cognitivos limitados que dificultam o reconhecimento das dinâmicas específicas do TFS (Clawson & Dutch, 2008; Clawson et al., 2009; Farrell et al., 2015; Jordan et al., 2013; McGough, 2013). Embora a investigação e punição dos traficantes constitua a missão central destas entidades, uma resposta eficaz exige igualmente que assumam a responsabilidade de identificar e proteger as vítimas, assegurando a sua recuperação física, psicológica e social, uma dimensão frequentemente desvalorizada ou negligenciada na prática (Farrell et al., 2008).

Um dado particularmente preocupante é o fenómeno do “auto-resgate”, em que as próprias vítimas, por iniciativa própria, se dirigem às autoridades, revelando a ineficácia dos mecanismos institucionais de deteção e intervenção (UNODC, 2022). É igualmente relevante considerar que muitas vítimas não se reconhecem como tal, seja por influência do trauma, medo, lealdade ao traficante, ou ausência de informação (Jones, 2009; Reid, 2016). Tal pode comprometer a sua cooperação com as autoridades, nomeadamente durante os processos judiciais (McGough, 2013). Neste contexto, destaca-se também o papel potencialmente crucial dos profissionais de saúde, frequentemente os primeiros a contactar com vítimas ainda em situação de exploração, embora nem sempre disponham da formação necessária para identificar os sinais de tráfico (Deshpande & Nour, 2013).

As experiências no contexto familiar e comunitário são igualmente moldadas pela duração e intensidade da exploração. Quanto mais prolongado for o período de vitimação, maior tende a ser a dificuldade de reinserção social, devido à interiorização das dinâmicas de submissão e controle. Ainda que algumas vítimas expressem sentimentos de desesperança e alienação, outras demonstram notável resiliência, manifestando o desejo de reconstruir a sua vida e contribuir ativamente para a prevenção do tráfico em comunidades vulneráveis (Pandey et al., 2018; Zimmerman et al., 2003).

Apesar disso, o estigma social, especialmente associado ao envolvimento forçado em atividades sexuais, representa uma barreira significativa à reconstrução de relações. Muitas vítimas receiam a rejeição por parte da família ou da comunidade, antecipando julgamentos baseados em vergonha ou desonra. A presença de estruturas familiares acolhedoras tem, em alguns casos, um papel transformador, facilitando não só o processo de reintegração, mas também o acesso à justiça, através do apoio ao processo judicial contra os traficantes. Iniciativas de sensibilização familiar e comunitária têm demonstrado potencial para reduzir o estigma e promover a aceitação, contribuindo para trajetórias de reabilitação mais sustentadas. (Busch-Armendariz et al., 2011; Pandey et al., 2018; Zimmerman et al., 2006).

Contudo, persistem entraves significativos, nomeadamente a ausência de modelos de intervenção específicos para vítimas de TFS. As necessidades apresentadas, como perturbações de saúde mental, dependência de substâncias, responsabilidades parentais ou filhos com necessidades especiais, exigem abordagens especializadas, o que dificulta o seu acolhimento em estruturas convencionais (Duncan & DeHart, 2019; Jordan et al., 2013; Pandey et al., 2018). Em consequência, a escassez de respostas adequadas pode levar a recaídas em contextos de exploração, perpetuando ciclos de vitimação (Pandey et al., 2018; Zimmerman et al., 2003).

No caso português, os obstáculos passam pela escassez de recursos atribuídos ao sistema de justiça, o que fragiliza o processo penal e contribui para a fragmentação da perceção do fenómeno. A insuficiência de formação junto de profissionais compromete a adequada identificação e acompanhamento das vítimas, ao passo que, em muitos casos, as medidas aplicadas aos ofensores são desajustadas à gravidade do crime. Adicionalmente, é frequentemente referida a inexistência de redes de suporte familiar ou social fora do universo da exploração, acentuando a sensação de isolamento e desamparo das vítimas após o resgate. (Lourenço et al., 2019; Matos et al., 2015).

4. Resposta ao tráfico de seres humanos: intervenção e apoio às Vítimas

A complexidade do TSH, enquanto fenómeno global de extrema gravidade, exige uma resposta multifacetada e coordenada. Esta resposta assenta numa rede de profissionais qualificados, com um papel fundamental na identificação, proteção e apoio à recuperação das vítimas. Esta rede multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos, profissionais de saúde e juristas, requer formação especializada para intervir eficazmente nas dinâmicas específicas do TSH (Botha & Warria, 2021; Clawson et al., 2009; Davy, 2015). A intervenção ultrapassa a mera identificação, abrangendo também ações de prevenção e criação de contextos seguros que incentivem o relato de experiências, atenuando receios de represálias (Botha & Warria, 2021; Clawson & Dutch, 2008; Clawson et al., 2009; Davy, 2015; Hodge, 2014).

Para além da atuação destes profissionais, torna-se necessária uma intervenção coordenada e sustentada, que vá para além do apoio imediato. Esta abordagem de longo prazo visa romper o ciclo de exploração e mitigar os fatores de vulnerabilidade, como a migração irregular, a violência doméstica ou a instabilidade socioeconómica. O seu objetivo principal é prevenir a revitimização e promover a autonomia das vítimas (Clawson & Dutch, 2008; Clawson et al., 2009; Gozdziaik & Collet, 2005; Hodge, 2014).

Neste contexto, as ONG assumem um papel central, colmatando muitas vezes lacunas deixadas pelos serviços estatais. Frequentemente, estas entidades constituem o primeiro ponto de contacto com as vítimas, prestando apoio jurídico, psicológico, médico, assim como na reintegração no mercado de trabalho. Paralelamente, contribuem para a sensibilização de profissionais e da sociedade civil, reforçando a capacidade de identificar e prevenir situações de tráfico (Botha & Warria, 2021; Davy, 2015; Gozdziaik & Collet, 2005).

A adoção de uma abordagem centrada na vítima revela-se, assim, essencial para a promoção da justiça social e para o fortalecimento dos sistemas de apoio dirigidos a populações particularmente vulneráveis à exploração e ao tráfico. Esta abordagem valoriza as escolhas, necessidades e especificidades de cada indivíduo, devendo orientar todas as formas de intervenção. Para tal, é fundamental assegurar uma formação padronizada, baseada em evidência científica e sensível ao contexto cultural, bem como reforçar o papel da sociedade civil na resposta ao fenómeno. A assistência às vítimas continua, em larga medida, a depender destas ONG, que assumem frequentemente um papel central na resposta direta. O investimento na formação e sensibilização dos profissionais pode melhorar a qualidade da assistência

prestada e reforçar a confiança das vítimas nos mecanismos de apoio existentes (Botha & Warria, 2021; Gozdziaik & Collet, 2005; Hodge, 2014).

4.1. Intervenção e acompanhamento a vítimas de tráfico para fins sexuais

A estabilização e reconstrução das trajetórias de vida de vítimas de TFS é um processo intrinsecamente complexo e gradual, que exige uma abordagem multidisciplinar e integrada. No momento do acolhimento, estes indivíduos enfrentam múltiplas vulnerabilidades, como barreiras linguísticas e o receio de retaliação, tornando essencial um apoio holístico que vá além das intervenções clínicas tradicionais (Botha & Warria, 2021; Clawson et al., 2009; Davy, 2015; Oram et al., 2015; Steiner et al., 2018). Uma avaliação abrangente e sensível à experiência traumática é fundamental para iniciar a recuperação, devendo os serviços priorizar a segurança, empoderamento e resiliência das vítimas, de modo a promover decisões informadas e um maior controlo sobre o seu percurso. Esta abordagem centrada nos pontos fortes favorece uma mudança sustentável a longo prazo (Botha & Warria, 2021; Duncan & DeHart, 2019; Steiner et al., 2018).

As necessidades das vítimas de TFS evoluem significativamente ao longo do tempo, e a resposta deve ser dinamicamente adaptada às diferentes fases do processo de libertação, recuperação e reintegração. Inicialmente, a prioridade primordial é garantir a segurança imediata, com o fornecimento de alojamento temporário seguro, alimentação adequada, vestuário e acesso cuidados médicos e psicológicos urgentes. Posteriormente, a longo prazo, as necessidades expandem-se para incluir a provisão de habitação permanente e estável, acesso a oportunidades de educação e formação profissional, que facilitem a integração no mercado de trabalho, o desenvolvimento de competências essenciais para a vida autónoma, a garantia de segurança e proteção contínuas contra a revitimização, bem como a oferta de assistência jurídica e de imigração especializada (Botha & Warria, 2021; Brunovskis & Surtees, 2012; Clawson & Dutch, 2008; Clawson et al., 2009; Duncan & DeHart, 2019; Steiner et al., 2018).

Os serviços devem, assim, assegurar um ambiente seguro e fortalecedor, que favoreça a autodeterminação das vítimas, criando condições para que estas possam recuperar o controlo das suas vidas e tomar decisões informadas sobre o seu percurso de reabilitação. A proteção e assistência adequadas devem ser oferecidas desde o momento da identificação, com um apoio incondicional e estritamente baseado no consentimento informado, visando uma reabilitação e reintegração sustentável. O foco nas suas capacidades e potencialidades é essencial para

promover uma transformação positiva e duradoura (Botha & Warria, 2021; Brunovskis & Surtees, 2012; Duncan & DeHart, 2019; Kim et al., 2018; Palmer, 2010; Steiner et al., 2018).

A relação estabelecida com as autoridades e os prestadores de serviços é determinante na percepção de segurança e confiança das vítimas nos mecanismos de apoio existentes. Quando percebem que o suporte oferecido é mais sólido e confiável do que a coerção sofrida durante a exploração, estas começam a recuperar gradualmente o poder e a autonomia que lhes foram retirados. Assim, é imprescindível construir um sistema de apoio estruturado, sensível e responsivo, que garanta não só a recuperação integral, mas também uma reintegração digna na sociedade. Importa ainda reconhecer que o impacto profundo do tráfico pode, numa fase inicial, comprometer a capacidade da vítima de aceder e beneficiar plenamente dos serviços disponíveis (Botha & Warria, 2021; Brunovskis, & Surtees, 2012; Oram et al., 2015).

Apesar dos avanços na intervenção com vítimas de TFS, persistem diversos obstáculos que dificultam a recuperação e a reintegração social. A escassez de recursos e financiamento limita a capacidade das organizações para fornecer respostas eficazes e sustentadas, enquanto entraves burocráticos, como a obtenção de documentação legal e autorizações de trabalho, prolongam a instabilidade e vulnerabilidade das vítimas, impedindo o acesso a direitos fundamentais (Botha & Warria, 2021; Gozdziaik & Collet, 2005). A identificação das vítimas constitui um desafio complexo, agravado pela falta de formação especializada e ausência de indicadores padronizados, o que contribui para a inadequação dos serviços de apoio (Clawson & Dutch, 2008; Clawson et al., 2009; Duncan & DeHart, 2019; Okech et al., 2017). Ademais, muitas vítimas não se reconhecem como tal e manifestam desconfiança em relação às autoridades, dificultando o acesso ao suporte necessário (Clawson et al., 2009).

Outro desafio reside na falta de coordenação entre os diversos serviços de apoio, que frequentemente encaminham as vítimas para estruturas destinadas a outras formas de violência, sem adaptação às especificidades do TFS, comprometendo a eficácia da intervenção (Clawson & Dutch, 2008; Clawson et al., 2009; Dank, 2011; Duncan & DeHart, 2019). A criminalização das vítimas e a ambiguidade sobre seu estatuto legal geram barreiras adicionais, uma vez que podem ser vistas simultaneamente como vítimas e infratoras, dificultando o acesso à proteção e perpetuando vulnerabilidades (Clawson & Dutch, 2008; Clawson et al., 2009; Dank, 2011; Duncan & DeHart, 2019). Finalmente, a escassez de oportunidades de emprego e habitação segura, a falta de serviços especializados e as dificuldades dos profissionais em comunicar com vítimas traumatizadas evidenciam a necessidade de abordagens flexíveis e integradas, centradas

nas necessidades concretas dessa população (Brunovskis & Surtees, 2012; Clawson et al., 2009; Duncan & DeHart, 2019; Jordan et al., 2013).

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1. Objetivos gerais e específicos

O estudo realizado no âmbito da presente dissertação procurou compreender, de um modo aprofundado e detalhado, as experiências vividas pelas vítimas de TFS, acedendo aos sentidos e significados atribuídos à sua vivência, a partir da perspetiva e interpretação dos técnicos que as acompanham. Embora a abordagem empírica seja indireta, através da mediação dos profissionais, procura-se aceder às experiências das vítimas por meio da experiência e conhecimento daqueles que mantêm com elas uma relação de proximidade e intervenção. Deste modo, o foco analítico permanece centrado nas trajetórias, perceções, sentidos, significados e impactos experienciados pelas vítimas.

A investigação visa, assim, compreender esta realidade complexa, considerando as múltiplas fases do processo de vitimação, antes, durante e após a situação de exploração. Mais especificamente, a investigação tem como objetivos: i) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre as circunstâncias, vulnerabilidades e fatores de risco que precedem a vitimação, enquadrando-os nas respetivas dimensões sociais, económicas, profissionais e familiares; ii) Compreender o processo de exploração, identificando as estratégias de recrutamento utilizadas, os meios de transporte mobilizados, e os mecanismos de controlo exercidos sobre as vítimas, nomeadamente através da coerção e da coação; iii) Identificar os principais desafios no processo de saída da situação da exploração; iv) Compreender os impactos associados à experiência de tráfico sexual.

Partindo dos objetivos previamente expostos, esta investigação propõe-se a responder às seguintes questões de investigação, orientadoras do desenvolvimento do presente estudo:

1. Como se caracterizam as vítimas de TFS, considerando as circunstâncias, vulnerabilidades e fatores de risco que contribuíram para a sua vitimação?

2. Como é o processo de vitimação, tendo em conta as estratégias de recrutamento, os meios de transporte utilizados e os modos de exploração exercidos?

3. Quais são os principais desafios e barreiras no processo de saída das vítimas da situação de exploração sexual?

4. Quais os impactos da experiência de exploração sexual nas vítimas?

2. Metodologia

2.1 Desenho de investigação

De modo a atingir os objetivos e responder às questões de investigação supramencionadas, optou-se por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, sustentada na realização de entrevistas semiestruturadas.

Esta metodologia de investigação é caracterizada por permitir aceder ao ponto de vista dos indivíduos em estudo, compreendendo os significados atribuídos pelos mesmos às suas experiências, explorando a construção social das suas realidades. É pautada pela flexibilidade inerente às entrevistas semiestruturadas e pela valorização do contexto circundante ao participante, permitindo uma recolha de dados em contextos naturais e familiares (Kvale & Brinkmann, 2009; Ritchie et al., 2013). Neste sentido a metodologia adotada revela-se particularmente adequada ao estudo em causa, permitindo aceder, com mais profundidade e nuance às experiências vividas pelas vítimas de TFS, designadamente aos sentidos e significados das suas vivências, através da mediação dos técnicos que com elas trabalham de forma direta.

3. Amostra

A seleção da amostra constitui uma etapa crucial em qualquer investigação, devendo ser orientada pela relevância dos participantes face à natureza do fenómeno em análise. Num estudo qualitativo, como o presente, a amostragem é de natureza não probabilística, sendo as suas unidades deliberadamente selecionadas de forma intencional ou criteriosa. Estas são escolhidas com o propósito específico de representar determinadas características-chave e garantir a exploração dos conceitos relevantes para o estudo (Gill, 2020; Marshall, 1996; Ritchie et al., 2013; Wincup, 2017). Posto isto, não se procura uma amostra representativa da população, mas sim uma amostra cujos participantes possuam características específicas.

Inicialmente, foi considerada a possibilidade de recolher diretamente os testemunhos de vítimas de TFS, uma vez que as suas experiências constituem uma fonte insubstituível de conhecimento sobre o fenómeno. No entanto, desde o início do planeamento do estudo, foram consideradas as exigências éticas inerentes à investigação com populações em situação de particular vulnerabilidade, como o risco de revitimização e a necessidade de salvaguardar a sua proteção. Estas preocupações foram confirmadas nos primeiros contactos com instituições especializadas no apoio a vítimas de TFS, que manifestaram reservas quanto à participação direta das mesmas. Ficou evidente que o acesso a esta população era particularmente difícil,

não só devido à sua vulnerabilidade, mas também à proteção assegurada pelas próprias entidades. Perante estes constrangimentos, optou-se por realizar entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com vítimas de TFS. Esta opção permitiu aceder, de forma mediada e ética, a informações relevantes sobre as vivências associadas ao fenómeno, sem expor as vítimas a potenciais danos.

Nesse sentido, foram selecionados técnicos que acompanham estas vítimas no âmbito da sua atividade profissional, por se considerar que detêm perspetivas informadas e privilegiadas sobre o fenómeno. As instituições visadas foram Organizações Não Governamentais (ONGs) localizadas em Portugal Continental, incluindo instituições do Norte, Centro e Sul do país.

Os contactos iniciais com as instituições foram estabelecidos por correio eletrónico, através do envio de um email (Anexo I) que incluía uma explicação sumária do estudo e da finalidade, bem como a apresentação da investigadora e da equipa de orientação científica. Em anexo, seguia um documento mais detalhado (Anexo II), no qual se explicitavam os objetivos do estudo, as questões de investigação, os procedimentos metodológicos e éticos a adotar, bem como o pedido de autorização para a realização das entrevistas. Destacavam-se, neste documento, os princípios da participação voluntária, do consentimento informado, da confidencialidade e do anonimato, além da informação relativa à gravação áudio das entrevistas e ao tratamento seguro e exclusivo dos dados recolhidos. Quando não se obtinha resposta ao primeiro contacto por email, procedia-se a um segundo contacto via telefone, de modo a reforçar o pedido de colaboração.

Das instituições inicialmente contactadas, apenas quatro consentiram em participar no estudo. Algumas não responderam aos pedidos de contacto, enquanto outras indicaram não dispor de técnicos com conhecimento específico sobre a temática em análise. Após a confirmação por parte das instituições, foram identificados os profissionais disponíveis, com quem se agendaram entrevistas em datas e horários previamente acordados.

Em suma, dentro das amostras não-probabilísticas, utilizou-se um método de amostragem intencional e por conveniência, na medida em que os participantes foram selecionados por possuírem características específicas, integrando a amostra os indivíduos que se mostraram disponíveis e aceitaram participar, quando contactados pela investigadora (Gill, 2020; Marshall, 1996; Ritchie et al., 2013; Wincup, 2017).

A amostra final é composta por 12 profissionais, provenientes de quatro instituições de apoio a vítimas de TSH, com atuação em território de Portugal Continental. Foram realizadas nove entrevistas, algumas das quais com mais do que um participante em simultâneo. As instituições

representadas foram: (i) a Associação para o Planeamento da Família (APF), com entrevistas realizadas junto das equipas do Norte (1), Centro (3) e da Equipa Multidisciplinar Especializada (EME) de Lisboa (1); (ii) a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), através da sua Equipa do Centro de Acolhimento e Proteção (CAP) - Sul (1, com 2 participantes); (iii) a instituição O Ninho (1, com 2 participantes); e a (iv) Equipa MICAELA (1), pertencente à Fundação Madre Sacramento.

Todas as participantes são mulheres, exercendo funções técnicas nas áreas do acompanhamento psicossocial, jurídico e/ou comunitário, com experiência direta no apoio a vítimas de TFS. O critério central de inclusão no estudo foi o seu envolvimento profissional com este tipo de vítimas, sendo esse o elemento comum a todas as entrevistadas.

Esta composição da amostra garantiu uma diversidade institucional e geográfica significativa, permitindo reunir diferentes perspetivas sobre as práticas de intervenção, os desafios enfrentados e as representações construídas em torno da realidade vivida pelas vítimas.

4. Instrumento: a entrevista semiestruturada

De modo a alcançar os objetivos delineados e a responder às questões de investigação colocadas, foi selecionada a técnica de entrevista semiestruturada para a recolha de dados.

As entrevistas realizaram-se entre março e abril de 2025, através da plataforma *Zoom*, uma vez que os participantes se encontravam dispersos geograficamente por diferentes regiões de Portugal Continental. A realização *online* permitiu ultrapassar as limitações logísticas associadas à deslocação física, facilitando a participação de profissionais de várias localidades. Para além da conveniência operacional, esta opção garantiu a privacidade e o conforto dos participantes, uma vez que as entrevistas ocorreram em contextos escolhidos por eles próprios. A modalidade à distância revelou-se, assim, uma solução eficaz, sem comprometer a qualidade, a profundidade ou a autenticidade dos dados recolhidos. Estas tiveram, em média, uma duração entre uma hora e duas horas e meia, dependendo da disponibilidade dos participantes e da extensão das suas respostas. Este intervalo de tempo permitiu uma exploração aprofundada dos tópicos em análise, proporcionando espaço para a partilha de experiências, perceções e reflexões por parte dos profissionais. A flexibilidade na duração das entrevistas teve também em consideração a necessidade de respeitar o ritmo dos entrevistados e o contexto institucional em que se inseriam.

No contexto de uma abordagem qualitativa, a entrevista permite aceder às perceções, compreensões e experiências dos participantes relativamente a um determinado fenómeno,

possibilitando uma recolha de dados ricos e aprofundados (Kvale & Brinkmann, 2009). Esta técnica revelou-se fundamental para o desenvolvimento do presente estudo, uma vez que o principal objetivo consistiu em compreender, de forma aprofundada e detalhada, as experiências de vitimação no contexto do TFS.

A escolha das entrevistas semiestruturadas resulta da sua natureza flexível, que combina tópicos pré-definidos com perguntas abertas, permitindo a emergência de temas imprevistos. Tal permite ao entrevistador adotar perguntas menos estruturadas levando à exploração de questões espontâneas levantadas pelo entrevistado, possibilitando que este conte a sua própria história sem se sentir restringido (Kvale & Brinkmann, 2009).

O guião de entrevista (Anexo III), elaborado especificamente para este estudo, serviu de base orientadora, sendo adaptável ao contexto de cada interação (Kvale & Brinkmann, 2009; Wincup, 2017). Este foi constituído por três partes fundamentais: a) dimensão principal, b) subdimensões dentro de cada categoria e c) exemplos de questões. As dimensões principais foram construídas com base nos objetivos e questões de investigação que guiam o estudo no seu todo, bem como na revisão da literatura sobre o fenómeno do TFS. As dimensões definidas foram: a) Apresentação e questões preliminares; b) Fatores de risco e vulnerabilidades; c) Recrutamento; d) Transporte; e) O momento da exploração; f) Obstáculos ao cessar a exploração; g) Impacto da exploração nas vítimas e h) Questões finais.

A primeira parte do guião foi dedicada às **questões introdutórias**, nas quais se procedeu à apresentação da investigadora e à explicação dos objetivos do estudo e da entrevista. Nesta fase, foi também assegurada à participante a confidencialidade e o anonimato da sua identidade, assim como solicitada a autorização para gravação da entrevista. Incluíram-se ainda algumas perguntas de quebra-gelo, com o intuito de criar um ambiente de confiança e facilitar o início da conversa.

A segunda dimensão abordada no guião de entrevista diz respeito **aos fatores de risco e às vulnerabilidades** que, a partir da perceção dos profissionais entrevistados, contribuíram para a vitimação das sobreviventes da exploração sexual. A literatura identifica diversos fatores de risco, que impulsionam a saída e a entrada em certos países, tais como os fatores *Push*¹² e os fatores *Pull*¹³, que aumentam a probabilidade de vitimação (Cho, 2012; Europol, 2016), associados sobretudo a vulnerabilidades de ordem individual e estrutural. Entre estes,

¹² são aqueles que que impulsionam a saída dos indivíduos do seu país de origem.

¹³ aqueles que encorajam a deslocar-se para outro país, que proporcione o que desejam.

destacam-se desvantagens sociais, discriminação, fenómenos migratórios, acesso limitado à educação, escassas oportunidades de emprego, antecedentes de trauma, carência de vínculos familiares e sociais, envolvimento em setores como o trabalho doméstico ou a indústria sexual, dependência de substâncias e pertença a minorias sociais (Baird et al., 2020; Dank, 2011; Hernandez & Rudolph, 2015; Omer Demir, 2010; Silverman et al. 2007). Para aceder a estes fatores de risco e vulnerabilidades a partir da prática e experiência profissional, foram colocadas questões como: “*Que características comuns identifica nas vítimas que acompanha ou acompanhou?*”, ou, “*Do seu conhecimento, como descreve a rede de apoio social das vítimas antes da exploração?*”. Procurou-se, assim, compreender, de forma indireta, os contextos sociais, económicos e familiares em que estas mulheres se encontravam antes de serem alvo de tráfico.

A terceira e quarta dimensão do guião, abordam o **recrutamento** e o **transporte**, respetivamente. Na literatura, são descritas diversas estratégias para recrutar indivíduos para o tráfico, frequentemente baseadas na manipulação, coerção ou engano. Normalmente, este é feito com promessas de melhores condições de vida, através de propostas de casamento, ofertas de emprego ou benefícios economicamente desejados. Em casos extremos, podem ser utilizados métodos violentos, como sequestros, e substâncias ilícitas para subjugar as vítimas (Deshpande & Nour, 2013; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007; Shandro et al., 2016). Quanto ao transporte, enquanto mecanismo de transição, pode ser realizado de forma acompanhada pelos exploradores ou de forma aparentemente voluntária, com as vítimas a seguirem instruções específicas, por vezes sem consciência da situação em que estão envolvidas¹⁴ (Hodge & Lietz, 2007; Hodge, 2008). Sendo estes os primeiros contatos da vítima com a rede de tráfico, procurou-se compreender que táticas e dinâmicas são mais frequentemente utilizadas, através de questões como: “*Com base na sua experiência, quais são as táticas de recrutamento mais utilizadas pelos traficantes?*”, ou, “*Do que tem acompanhado, como caracterizaria a relação que os traficantes tinham com as vítimas aquando do recrutamento?*”. Relativamente ao transporte, e considerando que este representa a concretização física da entrada no circuito de exploração, procurou-se explorar aspetos como o meio utilizado, a presença de acompanhantes ou facilitadores, e o estado emocional das vítimas durante o trajeto. Assim, incluíram-se perguntas como: “*Podia falar-me um pouco nas condições que as vítimas enfrentam durante o transporte?*”.

¹⁴ no caso de falsas promessas

Na quinta dimensão, procurou-se compreender o **momento da exploração** propriamente dito. Para tal, foram colocadas perguntas como: “*Com base no contacto que teve com as vítimas, podia falar-me um pouco sobre a forma como decorria a exploração destas?*”, ou, “*Que fatores contribuem para as vítimas manterem-se na situação de exploração?*” Estas questões permitiriam aceder a diferentes dimensões da experiência vivida pelas vítimas, desde o local da exploração, as condições de vida, até às dinâmicas sociais e afetivas estabelecidas nesse contexto. Procurou-se compreender os abusos sofridos, físicos, psicológicos e sexuais, e os mecanismos de controlo a que estas mulheres estiveram sujeitas, como a vigilância constante, o isolamento social, a dependência económica ou emocional e a manipulação psicológica. Tal como apontado na literatura, estas vítimas são submetidas a formas de violência intensas e contínuas, marcadas por práticas de desumanização e objetificação, que afetam profundamente a sua saúde física e mental (Deshpande & Nour, 2013; Hodge, 2008; Sukach et al., 2018; Zimmerman et al., 2011). Ao aceder a estas experiências, seria possível explorar a densidade e complexidade da vitimação e dos fatores que dificultam a rutura com a situação de exploração.

A sexta dimensão foca-se nos **obstáculos enfrentados pelas vítimas ao cessar a situação de exploração**. Apesar do natural desejo de rutura com esta realidade, o processo de saída está longe de ser linear ou isento de dificuldades. As sobreviventes deparam-se com diversas barreiras ao tentar cessar a situação de exploração. Por um lado, o medo de represálias por parte dos traficantes, tanto contra si como contra familiares, desencoraja tentativas de fuga. Por outro, o estigma social associado à exploração sexual gera vergonha interna e externa, dificultando o regresso ao meio de origem (Pandey et al., 2018; Wilson & Butler, 2014). A ausência de conhecimento legal sobre o tráfico pode ainda levar à criminalização das vítimas, culpabilizando-as pela sua situação, seja por estarem indocumentadas, envolvidas na prostituição ou consideradas cúmplices da própria vitimização. Estas perceções distorcidas afetam a atuação das autoridades e dos profissionais, comprometendo a resposta institucional (Batsyukova, 2007; Jordan et al., 2013; Zimmerman et al., 2003). Com o intuito de aceder a estas barreiras e obstáculos, foram colocadas questões como: “*Quais são os principais desafios que as vítimas enfrentam ao sair dessa situação?*”, e, “*De que forma geralmente procuram apoio e quais são as dificuldades enfrentadas nesse processo?*”.

A sétima dimensão incide sobre o **impacto da exploração** na vida das vítimas. A experiência de tráfico e exploração sexual é frequentemente marcada por violência física, sexual, emocional e psicológica intensa, que resultam em mazelas, muitas vezes permanentes.

As vítimas carregam feridas físicas resultantes da tortura e da exploração, mas também cicatrizes emocionais profundas, que se manifestam em sentimentos de desespero, baixa autoestima, vergonha e desumanização (Pandey et al., 2018; Stanley et al., 2016; Sukach et al., 2018). O trauma experienciado afeta não só a percepção que as sobreviventes têm de si próprias, mas também a forma como veem o mundo e constroem relações interpessoais. Muitas relatam sentimentos de desesperança, não suficiência e isolamento, especialmente quando se sentem rejeitadas ou incompreendidas pela sociedade (Sukach et al., 2018). O estigma social associado à prostituição, aliado à desinformação legal, pode ainda levar à rotulação das vítimas como imigrantes em situação irregular ou associadas a práticas ilícitas, contribuindo para a sua criminalização e comprometendo a resposta institucional e judicial (Batsyukova, 2007; Farrell et al., 2015; Pandey et al., 2018). Paralelamente, é relevante compreender os mecanismos de *coping* adotados por estas mulheres. Embora algumas recorram a álcool, drogas ou tabaco para atenuar temporariamente a dor, estas estratégias raramente produzem alívio duradouro e, por vezes agravam o estado emocional (Le, 2017; Sukach et al., 2018). Com o objetivo de compreender estes impactos e o processo de reconstrução da vida após a exploração, foram formuladas perguntas como: *“Da sua experiência, como descreveria os impactos que a exploração tem na vida delas?”*, *“Como a experiência da exploração alterou a forma como as vítimas percebem o mundo e as suas relações interpessoais?”*, ou, *“Que dificuldades sentem estas vítimas na sua integração na sociedade após estes acontecimentos?”*.

A oitava e última dimensão do guião correspondeu ao **encerramento da entrevista**, dando à participante a oportunidade de acrescentar qualquer informação ou opinião que considerasse pertinente. Nesta fase, foi também sublinhada a importância do seu contributo para o desenvolvimento do estudo. Por fim, reafirmou-se que a entrevista seria transcrita unicamente para efeitos de validação da investigação e que a gravação seria eliminada após a sua conclusão, garantindo-se, em todo o processo, a confidencialidade dos dados recolhidos.

5. Procedimentos éticos e metodológicos

Antes da recolha de dados, foi submetido um pedido de parecer à Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, através do preenchimento do formulário próprio, com o objetivo de assegurar que a investigação cumpria os princípios éticos instituídos na investigação, nomeadamente os constantes no Código Europeu de Conduta para a Integridade da Investigação (2018). Este Código estabelece boas práticas baseadas na

integridade, honestidade, responsabilidade e respeito pelos participantes. O parecer favorável (Anexo IV) foi emitido, confirmando que o estudo se encontrava em conformidade com os

No início de cada entrevista, foram reiterados os objetivos do estudo e reapresentados os princípios éticos que orientaram a investigação. Os participantes foram informados sobre a natureza voluntária da sua participação, incluindo a possibilidade de desistir a qualquer momento ou de optar por não responder a determinadas questões. Foi igualmente assegurado o anonimato dos participantes e a confidencialidade dos dados recolhidos. Solicitou-se ainda autorização para a gravação audiovisual da entrevista, a qual foi concebida por todos os participantes. O consentimento informado foi prestado oralmente e registado na gravação.

Relativamente à proteção dos dados, as gravações das entrevistas foram armazenadas numa pasta protegida por palavra-passe no computador pessoal da investigadora. As entrevistas foram posteriormente transcritas na íntegra pela própria investigadora, de modo a assegurar a máxima fidelidade ao discurso e às expressões dos entrevistados, incluindo pausas, silêncios ou interrupções relevantes para a compreensão do conteúdo. Esta fase revelou-se essencial para a análise qualitativa, permitindo uma familiarização aprofundada com as experiências, perspetivas e desafios partilhados pelos participantes. As transcrições integrais foram igualmente arquivadas em formato digital, sendo atribuídos códigos a cada participante (e.g., E1, E2, etc.) de forma a garantir o anonimato dos participantes.

5.1 Procedimentos de análise de dados

Na investigação qualitativa, a análise de dados é um processo contínuo, criativo e sistemático, que se desenvolve desde os primeiros momentos da investigação até à redação final dos resultados. A construção de ideias e interpretações ocorre ao longo de todo o percurso investigativo, não estando confinada a uma fase específica. Entre as diversas abordagens de análise de dados qualitativos disponíveis, este estudo adotou a análise temática (Braun e Clarke, 2006; Ritchie et al., 2013), um método flexível que permite identificar, analisar e reportar padrões de significado nos dados, possibilitando uma análise detalhada e rigorosa sem exigir a adesão a um quadro teórico ou epistemológico específico. Optou-se pelo modelo de seis fases proposto por Braun e Clarke (2006), dada a sua estrutura clara e útil (Maguire & Delahunt, 2017). No entanto, é importante ressaltar que a análise dos dados não constitui um processo linear e fechado. Na verdade, ao longo da análise, poderá verificar-se fluxos de movimentos entre as diversas fases (Braun & Clarke, 2012).

A primeira etapa da análise consistiu na familiarização com os dados, através da leitura atenta e repetida das transcrições das entrevistas, acompanhada de anotações sobre impressões

iniciais e possíveis padrões emergentes. Esta fase é fundamental para garantir um conhecimento profundo e contextualizado do material empírico, permitindo ao investigador mergulhar nos dados e começar a identificar significados (Braun & Clarke, 2006, 2012; Majumdar, 2018).

Seguidamente, iniciou-se a criação de códigos iniciais, compreendendo a organização e análise sistemática dos dados mediante a produção de códigos iniciais, um processo que visa reduzir os dados a significados. Estes códigos funcionam como marcadores que identificam e rotulam características específicas do conteúdo, servindo de base para a posterior construção dos temas (Braun & Clarke, 2006, 2012; Maguire & Delahunt, 2017; Majumdar, 2018). Com os dados codificados, a análise prosseguiu com a identificação de temas. Este processo consistiu no agrupamento de códigos com propriedades semelhantes, capazes de descrever padrões consistentes no *corpus* analisado. A construção temática visou não só agregar dados com características comuns, mas também interpretar os significados mais amplos que emergem desses agrupamentos. De modo a facilitar a visualização e organização dos resultados, foi elaborado um quadro síntese com os temas e subtemas identificados (Braun & Clarke, 2006, 2012; Majumdar, 2018).

A etapa seguinte centrou-se na revisão de potenciais temas, etapa essencial para assegurar a coerência interna de cada tema e a distinção entre eles. Este momento implica uma análise crítica dos dados associados a cada tema, durante a qual podem ser fundidos, reorganizados ou eliminados, caso se revelem conceptualmente frágeis, redundantes ou heterogêneos. O objetivo é garantir que cada tema é suficientemente robusto para refletir aspetos relevantes e consistentes dos dados (Braun & Clarke, 2006, 2012; Maguire & Delahunt, 2017; Majumdar, 2018).

Depois de estabilizada a estrutura temática, cada tema foi definido e delimitado com maior precisão, incluindo uma fundamentação breve da sua relevância no contexto do estudo (Braun & Clarke, 2006, 2012; Maguire & Delahunt, 2017; Majumdar, 2018). A análise culminou na elaboração do relatório final, onde os resultados são apresentados de forma detalhada, fundamentada e ilustrada com excertos das entrevistas. Estes excertos desempenham um papel essencial na sustentação empírica da análise, permitindo ancorar as interpretações nos testemunhos recolhidos. O produto final da análise temática vai além da mera descrição de categorias, procurando revelar padrões de experiência significativos e contribuir para a reflexão teórica e prática no campo em estudo (Braun & Clarke, 2012; Majumdar, 2018).

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

1. Resultados

Antes da apresentação detalhada dos resultados, importa referir que a análise empírica se organiza em cinco eixos temáticos principais: (i) as características e dinâmicas do TFS, (ii) as características e condições associadas às vítimas, (iii) as experiências de vitimação no decurso do processo de tráfico, (iv) os métodos de controlo utilizados pelos exploradores e (v) os impactos da exploração nas vítimas. Cada eixo desdobra-se em subtemas específicos que refletem as categorias construídas ao longo da análise temática. A exposição dos resultados será ilustrada com excertos das entrevistas realizadas, de forma a dar visibilidade às vozes das profissionais e a sustentar empiricamente os argumentos apresentados.

1.1 Tráfico para fins sexuais: Caracterização e dinâmicas

a. Prevalência do fenómeno de tráfico para fins sexuais em Portugal

Um dos aspetos que foram alvo de exploração, numa fase inicial das entrevistas, foram as perceções dos técnicos acerca do fenómeno do TSH, em geral, e do TFS, em particular, no contexto nacional, designadamente em relação à sua prevalência. De forma geral, as participantes indicaram que, a maioria das situações de TSH identificadas em Portugal está associada à exploração laboral, particularmente de homens no setor agrícola e da construção civil. Como referiu uma técnica:

“Portugal é o país onde se verifica uma situação inversa, no resto da Europa a grande maioria são realmente vítimas de exploração sexual, no nosso país são maioritariamente vítimas de exploração laboral e homens.” (E5).

“A pessoa sabe à partida que vai trabalhar para a agricultura ou que vai trabalhar para a construção civil.” (E5).

Apesar disso, várias profissionais salientaram que a exploração sexual continua a ser uma realidade preocupante e invisibilizada. Alguns expressaram a convicção de que este tipo de tráfico poderá estar presente numa escala mais ampla do que a identificada, sugerindo uma possível discrepância entre os casos sinalizados e os que realmente ocorrem.

“A exploração laboral acaba a ser a mais sinalizada neste momento, o que não quer dizer que não exista exploração sexual (...) acreditamos mesmo que há muitas pessoas às quais não estamos a conseguir chegar.” (E7)

A existência de tráfico interno, onde vítimas nacionais são recrutadas e exploradas dentro do território português, também é apontado como um dos fatores que contribuem para esta invisibilidade. As narrativas sugerem que estas situações tendem a ser desvalorizadas e

negligenciadas nas respostas institucionais, muitas vezes por não corresponderem à imagem dominante do fenómeno, geralmente centrada na vertente transnacional e na deslocação entre países. Esta perceção parece refletir a persistência de representações restritivas sobre o tráfico, que não contemplam plenamente a sua ocorrência em território nacional, nem as dinâmicas de exploração mais subtis que o caracterizam.

“Muitas vezes esquecemos de falar desse tráfico, que é o tráfico interno. (...) andarem de um lado para o outro para os clientes terem novidade.” (E3.1)

“Portugal pode ser considerado um país de destino (...), trânsito ou interno, que é a questão dos cidadãos que são portugueses e são explorados aqui, a pessoa só não atravessa uma fronteira.” (E5)

As distinções entre o TFL e TFS também são discutidas pelas participantes, em que estas se refletem nas estratégias de recrutamento e nos perfis das vítimas. Enquanto no trabalho forçado os homens são geralmente aliciados com promessas de emprego e conhecem o tipo de atividade a realizar, na exploração sexual, que afeta maioritariamente mulheres, o engano é mais profundo, ocultando-se a própria natureza da atividade a realizar. Ademais, a violência sexual, a restrição da liberdade e o controlo físico e psicológico marcam de forma mais intensa o quotidiano das vítimas de TFS.

“A não ser que a pessoa seja, a priori, já trabalhadora sexual, ela vai ser sempre enganada sobre o tipo de funções que vai desempenhar.” (E5)

b. Proximidades e paralelismos com a violência doméstica

Os discursos estabelecem fortes paralelismos entre o TFS e a violência doméstica, particularmente no que se refere ao ciclo de manipulação afetiva, controlo emocional e dificuldade em reconhecer a situação de vitimação. Vários profissionais descrevem um ciclo de violência semelhante ao modelo clássico da violência doméstica, iniciado por uma fase de afeto e atenção (frequentemente designada como “*fase da lua de mel*”), seguida pela imposição de controlo, ameaças e, eventualmente, violência mais explícita. Esta estrutura relacional é particularmente visível em casos de recrutamento em que existem vínculos afetivos, nos quais o aliciamento se confunde com relações amorosas ou familiares.

“É muito semelhante à violência doméstica, que é, existe aquela fase inicial de lua de mel, tudo corre bem, e depois posteriormente é que começa a existir a ameaça, o controle de movimentos, o engano (...).” (E1)

Gestos mínimos de afeto são sobrevalorizados, promovendo a criação de uma relação emocional assimétrica marcada pela idealização do agressor. Estas dinâmicas de vinculação afetiva, que se desenvolvem mesmo em contextos de violência ou degradação, dificultam a

rutura com a situação de exploração. Mais concretamente, dificultam o reconhecimento da própria condição de vítima e comprometem a denúncia, perpetuando relações de exploração.

“Uma migalhinha daquelas mesmo pequeninas e houve todo um esplendor à volta deste gesto. Portanto, estas pessoas com esta vulnerabilidade emocional deixam-se levar a este ponto.” (E6.1)
“A maior parte delas não se reconhece como vítima, porque existe um percurso com quem elas têm uma relação afetiva (...).” (E9)

Adicionalmente, o carácter privado, também frequentemente presente na violência doméstica, da exploração, que ocorre muitas vezes em espaços fechados ou privados, reforça o isolamento e a invisibilidade, tornando o controlo exercido mais difícil de identificar.

“Fechar as pessoas em casas tem menos violência, portanto não há violência entre quatro paredes, ainda é pior, é mais assustadora.” (E3.1)

c. Sobreposição com a prostituição: invisibilidade e normalização

A proximidade entre prostituição e TFS também emergiu nas narrativas das participantes, sendo apontada como uma das principais causas de invisibilidade e normalização da exploração sexual. Diversos profissionais referem que, em muitos casos, as situações de exploração decorrem em contextos de prostituição aparentemente voluntária, dificultando a sua identificação como vítimas de tráfico. A ilusão de autonomia, associada à ausência de coação física evidente, contribui para a normalização destas práticas e para o não reconhecimento da vitimação por TFS.

“É muito difícil (...), eu não vou saber se aquela pessoa veio traficada ou se está lá pronta a prostituir-se.” (E9)
“O tráfico está ali porque alguém a obriga.” (E5)

Na perspetiva das técnicas, a presença física das vítimas em locais de prostituição é, muitas vezes, interpretada como consentimento, ignorando-se formas subtis de controlo, como a chantagem emocional, a manipulação, o medo ou a dependência económica. Neste contexto, a prostituição e o tráfico aparecem como fenómenos entrelaçados, tornando-se difícil distinguir entre uma prática voluntária e uma situação de coação. Tal ambiguidade é agravada por representações sociais estigmatizantes da prostituição, que tendem a culpabilizar e marginalizar a pessoa em situação de prostituição, enquanto normalizam o papel do cliente, contribuindo para a invisibilização de dinâmicas de exploração.

“Para nós a prostituição e o tráfico estão intimamente ligados.” (E3.1)
“(…) há um olhar descuidado da sociedade em geral, porque nós sabemos que existe essa discriminação e esse preconceito (...).” (E7).

1.2 Características e condições associadas às vítimas de tráfico para fins de exploração sexual

A análise temática das narrativas permitiu identificar uma caracterização complexa das vítimas de TFS, marcada pela interseção de múltiplos fatores de vulnerabilidade. Emergiram, assim, dimensões como o perfil sociodemográfico, as condições socioeconómicas e afetivas, a experiência prévia em contextos de prostituição, bem como a influência de fatores estruturais e geopolíticos, normas culturais e das desigualdades de género. De forma geral, as profissionais apontam para um perfil dominante da vítima caracterizado por mulheres adultas, com idade compreendidas entre os 25 e os 35 anos, provenientes sobretudo da Europa de Leste, de África e da América Latina.

“Estamos aqui a falar entre os 25 aos 35 mais ou menos.” (E2)

“Bastantes mulheres também do Brasil, vêm da África, do Gana, da Nigéria, do Togo..., também já vai havendo algumas chinesas.” (E3.1)

Apesar deste padrão, as narrativas evidenciam uma diversidade significativa de trajetórias e identidades. Foram mencionadas vítimas mais jovens e mais velhas, bem como casos de homens homossexuais e indivíduos transexuais, sobretudo de nacionalidade brasileira. Uma explicação avançada por várias entrevistadas para a predominância estatística de mulheres adultas nas respostas institucionais prende-se com o momento tardio em que muitas vítimas acedem ao sistema de apoio, frequentemente apenas após um prolongado período de exploração iniciado ainda em idade prematura. Este desfasamento entre a idade à entrada no sistema e a idade em que se deu o início da exploração pode contribuir para uma perceção enviesada do fenómeno, obscurecendo a real incidência da vitimação de menores. Estas variações em relação ao perfil dominante reforçam a necessidade de estratégias de deteção mais sensíveis à diversidade e às dinâmicas ocultas do tráfico para fins de exploração sexual.

“Mas isto não quer dizer que os homens também não sejam vítimas, atenção, e principalmente também transexuais.” (E5)

“A idade, são muito jovens. Normalmente, quando nos aparecem para nós apoiarmos, já são mais velhas. (...) Há uma percentagem muito grande de meninas e menores que estão escondidas.” (E3.1)

As trajetórias das vítimas são frequentemente antecidas por contextos de vulnerabilidade socioeconómica acentuada, incluindo pobreza extrema, interrupção escolar e ausência de oportunidades laborais. Frequentemente, estas condições estão associadas a dinâmicas familiares específicas, como a existência de famílias numerosas e a sobrecarga de responsabilidades domésticas atribuídas às raparigas, o que compromete a sua autonomia

futura. No entanto, várias entrevistadas sublinham que a pobreza, por si só, não é um fator determinante. A presença de redes de apoio familiar e emocional pode funcionar como fator protetor, mitigando os efeitos da exclusão económica.

“Situação familiar de grande fragilidade (...) elas vêm todas de países pobres, mas, sobretudo, numa situação socioeconómica, a nível pessoal e familiar, muito, muito baixa.” (E8.1)

“São famílias numerosas (...) muitas delas nunca foram à escola (...) começam também a trabalhar muito cedo (...).” (E9)

“Conheço meninas de famílias com pouco poder económico, (...), que tiveram uma família que apoiou, que gostou delas, que não negligenciou, que teve atenção.” (E3.1)

A ausência de vínculos afetivos seguros surge igualmente como um elemento transversal nas narrativas, refletindo contextos de negligência, abandono ou violência no seio familiar. Esta fragilidade emocional compromete o desenvolvimento da inteligência emocional e da perceção de risco, tornando as vítimas mais suscetíveis à manipulação e ao aliciamento. Em alguns casos, as dinâmicas afetivas parecem assumir um peso superior à carência económica na configuração da vulnerabilidade, funcionando os laços familiares estáveis como uma âncora protetora. Assim, torna-se claro que a vulnerabilidade resulta da combinação de condições estruturais e de dinâmicas relacionais e afetivas que moldam os percursos de vida.

“A dita vulnerabilidade de uma história familiar que já carece aqui de relações de afeto (...) não conhecem muito bem os sinais do que é um dito gosto irreal, de um dito de gosto de ti porque eu quero alguma coisa de ti. (...), são facilmente enganáveis, digamos assim.” (E6.1)

“Por muito que tenham poucos recursos económicos, têm outro tipo de recursos, emocionais, internos.” (E3.1)

Outro aspeto identificado é a experiência prévia em contextos de prostituição, mencionada como um fator que pode facilitar o recrutamento e obscurecer a fronteira entre voluntariedade e coação. Algumas mulheres já se encontravam inseridas em circuitos de trabalho sexual antes de serem traficadas, o que, segundo as entrevistadas, contribui para uma maior permeabilidade à exploração. No entanto, este envolvimento anterior não deve ser confundido com consentimento, uma vez que, no contexto do tráfico, os corpos são sistematicamente instrumentalizados sob dinâmicas de controlo e dependência.

“Se a pessoa já for uma trabalhadora sexual, é muito mais facilmente recrutada para ser explorada sexualmente, porque a pessoa já está habituada àquela prática, já consente com aquela prática.” (E5)

Para além dos fatores individuais e relacionais, as entrevistadas destacam a relevância dos contextos políticos e estruturais nos países de origem. Conflitos armados, instabilidade política

e ausência de políticas sociais agravam a vulnerabilidade e criam um terreno fértil para a ação das redes de tráfico. A guerra na Ucrânia foi apontada como exemplo paradigmático, tendo exposto mulheres anteriormente integradas socialmente a situações de risco extremo, em resultado do colapso súbito das garantias sociais e económicas. Como refere uma técnica:

“Agora mesmo com a guerra da Ucrânia, ..., havia muitas mulheres (...) que não conseguiam vir, não tinham dinheiro para vir, mas que redes de tráfico sabiam que elas estavam vulneráveis e que era fácil conseguir pô-las a rodar por toda a Europa. Portanto, é também nestas alturas de guerras, de convulsões, que se aproveita das situações de maior vulnerabilidade.” (E3.1)

Finalmente, as normas culturais e desigualdades de género foram referidas como elementos estruturantes da vulnerabilidade. Em contextos onde persiste a objetificação do corpo feminino e a expectativa de submissão, as mulheres enfrentam maiores dificuldades em resistir a propostas exploratórias. Esta desvalorização social reforça o poder dos traficantes e contribui para a naturalização do controlo sobre os corpos femininos.

“Comparando com Marrocos, em que um homem pode casar com várias mulheres (...) Malta também, por exemplo, em que o aborto ainda dá direito a três anos de prisão. (...) ainda não tive contato com uma vítima norueguesa, por exemplo.” (E7)

As entrevistadas demonstram, de forma consistente, consciência da complexidade e fluidez que caracterizam estas vítimas e as suas trajetórias. Embora a maioria apresente antecedentes de vulnerabilidade, estes não são uniformes nem determinísticos. A vitimação resulta da interligação dinâmica de fatores individuais, relacionais, estruturais e contextuais, sendo moldada por realidades históricas e sociais em constante mutação.

"A grande maioria tem situações de vulnerabilidade prévias, mas não é sempre assim." (E5)

"A vulnerabilidade não é algo estático, é algo fluido (...) as variáveis externas e macro como instabilidade política ou desigualdade social também contribuem." (E7)

1.3 A experiências de vitimação de tráfico para fins sexuais

Esta secção centra-se na experiência de vitimação no contexto do TFS, abordando as diferentes fases e dinâmicas do processo, desde o recrutamento e transporte até às condições concretas da exploração, incluindo as relações interpessoais no contexto exploratório, as estratégias de sobrevivência adotadas pelas vítimas, percursos de saída e obstáculos à desvinculação. A análise procura compreender a complexidade das trajetórias vividas pelas vítimas, os mecanismos de controlo exercidos pelas redes e as margens possíveis de ação.

a. O recrutamento: "É mais fácil atrair moscas com mel do que com vinagre"

O recrutamento surge, de forma transversal nos discursos, como a fase inaugural do processo de TFS, ocorrendo maioritariamente no país de origem das vítimas, e em contextos de proximidade comunitária ou familiar. Jovens mulheres são aliciadas através de promessas ilusórias de oportunidades de trabalho, educação ou melhoria das condições de vida, num processo onde a confiança desempenha um papel crucial. As redes de TFS recorrem a estratégias elaboradas de sedução e manipulação, explorando os desejos legítimos das vítimas de melhorar as suas condições de vida, apoiar a família ou regularizar a situação migratória.

"Este recrutamento geralmente é feito no país de origem, junto do contexto familiar, ou pelo menos na zona de residência." (E1)

Este aliciamento raramente envolve coerção explícita numa fase inicial. Pelo contrário, desenvolve-se num quadro de relações marcadas por proximidade emocional, onde o vínculo afetivo funciona como instrumento de controlo e desarme de suspeitas. Muitas vezes, os recrutadores são familiares, vizinhos ou amigos, o que acentua a traição de confiança e aprofunda o trauma subsequente.

"Temos aqui esta conexão entre pessoas conhecidas. Que inicialmente até são pessoas amigas, que às vezes as vítimas acham, ou consideram de confiáveis." (E2)

"Tivemos há bem pouco tempo dois irmãos moçambicanos que foram recrutados para vir para Portugal e foram explorados pelo seu próprio avô." (E5)

"No caso deste em concreto até foi a família que a vendeu. (...) Esta expulsão por si só já é extremamente violenta." (E6.1)

Neste contexto, destaca-se o modelo do *Lover Boy*, caracterizado pela construção deliberada de uma relação romântica e promessas de amor, proteção e futuro comum. Este método, cada vez mais complexo, inclui situações de recrutamento por parte de mulheres ou em contextos de convivência familiar, tornando a vitimação menos visível e mais difícil de identificar.

"Acabam por nutrir algum sentimento, nem que seja o sentimento mesmo de pertença, de segurança, face àquele elo, e acabam por criar ali uma relação." (E1)

"a técnica do Lover Boy (...) a serem mulheres, a recrutarem outras mulheres, a estabelecerem uma relação romântica com a potencial vítima (...) as famílias serem coniventes com esta situação, (...) às vezes temos pais e mães que recebem quantias e que sabem que, ok, agora a minha filha vai com este indivíduo e eu sei que me vão cair x euros todos os meses na conta." (E7)

As promessas iniciais incluem frequentemente transporte, documentação ou emprego legítimo, nomeadamente na hotelaria, cuidados domésticos ou apoio a crianças. Contudo, estas expectativas são rapidamente desmentidas à chegada, quando as vítimas se veem forçadas à

exploração sexual. A discrepância entre a realidade experienciada e a expectativa criada constitui uma marca estruturante do fenómeno. Ainda que algumas vítimas tenham conhecimento prévio da possibilidade de envolvimento na prostituição, raramente antecipam a dimensão coerciva, abusiva e irreversível da experiência.

“Oferecerem-se para pagar a viagem, oferecerem-se para tratar da documentação, portanto, tudo isto contribui para que seja ainda mais apelativo, não é? Mais aliciante a vítima ir ao encontro do traficante.” (E7)

“Quando existe um recrutamento para exploração sexual, a pessoa não está certa das funções que vai desempenhar, ou seja, existe um engano logo ao nível das funções.” (E1)

“Há casos em que sim, que sabem e que acabam por ser exploradas depois (...) ou então não sabiam de tudo, pensavam que era todo um outro tipo de trabalho e acabam por ser obrigadas a terem que fazer este trabalho.” (E2)

As entrevistas revelam também uma crescente sofisticação organizacional das redes, com a divisão funcional entre “olheiros”, que detetam vulnerabilidades; “recrutadores”, que constroem o vínculo com a vítima; e “exploradores”, que concretizam a exploração sexual. Noutras circunstâncias, estas funções acumulam-se num só agente, o que evidencia a existência de modelos organizados e atuações mais isoladas.

“A vítima pode ser aliciada por alguém, pode ser transportada por uma segunda pessoa e depois explorada por uma terceira, mas todos fazem parte aqui desta rede.” (E7)

“(…), mas depois também temos as vítimas de exploração que são vítimas de exploração ditas isoladas.” (E4)

Apesar da prevalência de estratégias não violentas, foram reportados casos de rapto e coação direta, demonstrando que o recrutamento pode assumir contornos mais agressivos em determinados contextos. Simultaneamente, as redes criminosas têm vindo a adaptar os seus métodos às transformações sociais e tecnológicas. O recurso a redes sociais e plataformas digitais, especialmente intensificado durante a pandemia de COVID-19, facilitou a criação de vínculos afetivos à distância e ampliou o alcance dos recrutadores, dificultando a deteção precoce das situações de risco.

“Existem outras formas (...) pode ser através de rapto.” (E9)

“Atualmente, o facto de ter existido o Covid fez com que houvesse uma potencialização das redes sociais como forma de recrutamento (...) uma pessoa que é desconhecida, com quem acabam por ter uma relação e desenvolver até uma relação amorosa de forma virtual.” (E4)

Finalmente, é sublinhada a capacidade adaptativa das redes de TFS, que rapidamente ajustam o seu *modus operandi* sempre que estratégias anteriores se tornam conhecidas. Esta

flexibilidade representa um desafio constante para os profissionais envolvidos na prevenção e combate ao tráfico, exigindo respostas coordenadas, intersectoriais e ajustadas à evolução dos mecanismos de recrutamento.

"Quando os órgãos de polícia criminal lançam a público (...) as redes de tráfico alteram logo a sua forma de funcionar." (E8.1)

b. O transporte

O transporte ocorre na sequência do recrutamento, marcando o início da deslocação física da vítima em direção ao local ou país de destino. A análise das narrativas das participantes tornou patente que a deslocação até Portugal assume contornos diversos, dependendo do perfil da vítima, do contexto geográfico e do nível de controlo fronteiriço. Algumas redes recorrem a rotas fragmentadas, combinando diferentes meios, terrestres, aéreos e, em certos casos, marítimos, e atravessando múltiplos países, numa tentativa de contornar os mecanismos de controlo e reduzir o risco de deteção. Este tipo de percurso revela um grau significativo de sofisticação e adaptabilidade por parte das redes, que tendem a optar por meios de transporte com menor controlo documental.

"É muito comum em questões de exploração sexual, passarem por vários países da Europa (...) Itália, França, Espanha e Roménia." (E1)

"Claro que uns meios são mais controlados do que outros (...). Sabemos que por avião será mais difícil alguém com documentação fraudulenta entrar, é mais facilmente detetado do que alguém que entra, por exemplo, de autocarro." (E7)

Apesar da possibilidade de acompanhamento por parte dos recrutadores, é referido como sendo mais comum que a deslocação ocorra de forma aparentemente autónoma. Muitas vítimas realizam a viagem sozinhas, em condições normalizadas e sem levantar suspeitas, o que contribui para a invisibilidade do fenómeno e dificuldade da sua identificação. Na perspetiva das participantes, este transporte autónomo pode constituir uma estratégia deliberada das redes para evitar a deteção das autoridades, em que a probabilidade de deteção pelas mesmas seria mais elevada se fosse usada coação.

"Nos casos em que eu segui, não, vinham sozinhas. (...) pode ser também uma forma para, justamente, redes de tráfico de seres humanos não lançarem um alerta às autoridades." (E2)

Neste contexto, embora as vítimas estejam, frequentemente, sob controlo indireto, através do financiamento da viagem, da retenção e gestão dos documentos ou da garantia de que alguém as aguarda à chegada, a experiência do transporte é, na maioria dos casos, percecionada como voluntária. Muitas acreditam estar a tomar uma decisão consciente livre e autónoma, em busca

de melhores oportunidades, o que contribui para que esta etapa decorra de forma pacífica e se revista de uma aparente normalidade.

“Geralmente o transporte é, de todas as etapas por que passam, o mais tranquilo de todos, ou seja, não existe qualquer desconforto nem qualquer tipo de mal-estar.” (E1)

“(...) porque ela quer vir para outro país, ela quer vir trabalhar, quer vir fazer dinheiro, quer mandar dinheiro para a família.” (E3.1)

Embora menos frequentes, foram também relatadas situações de transporte marcadas por degradação, extrema violência, risco de vida e morte. Algumas vítimas foram submetidas a condições desumanas, como atravessar fronteiras escondidas dentro de colchões ou embarcações precárias, partilhadas com cadáveres, com consequências físicas e psicológicas severas. Estas experiências revelam que, mesmo na ausência de coação direta visível, o transporte pode envolver formas graves de sofrimento e desumanização.

“Ela foi transportada realmente de uma forma muito má porque ela teve que fazer a travessia (...) dentro de um colchão (...) se a viagem tivesse demorado mais 20 minutos ela tinha morrido sufocada.” (E6.1)

“Eu lembro-me dessa rapariga que vem num barco (...), vinha com uma amiga, e dizer, ela ficou lá no mar (...) começou a ficar mal, morreu, e eles mandaram-na ao mar.” (E3.1)

O financiamento da deslocação constitui outro mecanismo de controlo. Em muitos casos, os custos da viagem são suportados pelos recrutadores ou exploradores, sendo posteriormente convertidos em dívidas que justificam e perpetuam a exploração. Ainda que por vezes o montante seja adiantado por amigos ou conhecidos, tal não elimina a relação de dependência económica e emocional que se estabelece. Como sintetizou uma técnica:

“O transporte que foi (...) oferecido, a verdade é que não é oferecido porque depois a vítima acaba por ter que pagar esse valor.” (E4)

c. A exploração

A análise das narrativas das técnicas permitiu identificar padrões consistentes nas experiências de vitimação associadas ao fenómeno do TFS. Emergiram diversas dimensões neste contexto, incluindo os mecanismos de controlo e coerção, a desumanização das vítimas e a negação de direitos fundamentais. Denota-se um cenário profundamente desumanizante, marcado por condições de vida e trabalho degradantes, elevados níveis de vigilância e violência, e uma privação sistemática de autonomia e dignidade.

i. Reconhecimento da situação de exploração

O reconhecimento da situação de exploração sexual constitui uma etapa crítica e profundamente disruptiva na experiência das vítimas. Este ponto de viragem, é frequentemente, antecedido por um estado de choque, que desencadeia um processo emocional e cognitivo prolongado até à aceitação da condição de vitimação. A chegada ao local de exploração marca, para muitas, o confronto com uma realidade totalmente distinta daquela apresentada no momento do recrutamento. Nos casos em que a proposta inicial é inteiramente fraudulenta, os sinais de alarme surgem rapidamente: a ausência de idosos ou crianças em locais onde se previa trabalho doméstico ou de cuidados, a imposição de vestuário provocador sob pretexto profissional, ou a entrada súbita em ambientes controlados, partilhados com outras mulheres em condições semelhantes. Estes elementos, aliados a restrições de movimentos e vigilância apertada, funcionam como indicadores iniciais de inserção numa rede de exploração.

“A grande maioria delas percebe efetivamente mal que chega.” (E1)

“A pessoa disse que ela tinha que comprar, por exemplo, calções, minissaias roupas um bocadinho mais decotadas e ela começou a achar aquilo estranho e perguntava-lhe e ele dizia que era uma exigência da casa (...) Ela ficou numa sala e nessa mesma sala começaram a entrar várias mulheres exatamente como ela e ela aqui teve um choque de realidade.” (E1)

“(...) eu pedi para ir à rua, e, vejo um capanga atrás de mim.” (E3.1)

Contudo, em alguns casos, este reconhecimento não ocorre de forma imediata ou linear. Apesar da presença de sinais objetivos, o processo de consciencialização é muitas vezes dificultado pelos mecanismos de manipulação emocional instaurados pelos exploradores. A criação de vínculos afetivos, por vezes com contornos amorosos, induz uma perceção de confiança e proximidade que mascara, temporariamente, a dinâmica de abuso. Algumas vítimas relatam uma fase inicial de aparente tranquilidade, frequentemente designada pelas profissionais como “*fase de lua de mel*”, durante a qual recebem cuidados e proteção ilusórios, reforçando a dificuldade em reconhecer a natureza exploratória da situação.

“Há muitas pessoas que chegam (...) inicialmente, como nutrem uma relação com a pessoa em causa, está tudo bem, até que existe um corte (...) e então existe uma mudança de perspetiva.” (E1).

À medida que a realidade da exploração se torna inegável, desencadeia-se um processo emocional intenso, caracterizado por incredulidade, confusão e tentativas de racionalização. Esta rutura entre aquilo que foi prometido e o que é vivido, gera uma oscilação entre a dúvida e a aceitação resignada. A pressão económica, a ausência de alternativas e o medo de retaliação contribuem para prolongar este estado de ambivalência. Importa sublinhar que o

reconhecimento da vitimação não depende apenas da constatação da exploração material, mas também da capacidade subjetiva de se perceber como vítima, sendo neste ponto que a culpabilização se revela central.

“A primeira impressão é de que isto não se está a passar comigo. Vou constatar se é mesmo isto.”
(E6.2)

“(...) é sobretudo este sentimento de choque (...) e a questão da culpabilização, de se sentirem culpadas de estarem em determinada situação.” (E4)

“Estou numa situação em que eu não tenho como voltar, não tenho recursos para voltar, não tenho rede de apoio (...) então talvez eu vá ficar para poder pagar esta dívida.” (E2)

Muitas vítimas interiorizam a responsabilização pela situação em que se encontram. Esta autoculpabilização, frequentemente fomentada pelos próprios exploradores através de chantagem emocional e violência psicológica, compromete o reconhecimento da vitimação e dificulta a procura de ajuda. Para além da culpa, instala-se um sentimento de impotência e resignação, com impacto direto na perceção de futuro e agravando o desânimo e o isolamento.

“Há um discurso muito claro de culpabilização (...) a vítima nem sequer cogita a possibilidade de fugir (...) há o desânimo apreendido (...) para quê? Já não vale a pena.” (E7)

“Sente-se culpada por ter aceite aquela proposta (...) isto é culpa minha, fui eu que me coloquei nesta situação, eu mereço isto (...) os próprios exploradores utilizam uma chantagem, uma violência psicológica muito grande.” (E5)

O isolamento, por sua vez, intensifica este quadro. Motivadas por vergonha ou medo, muitas vítimas ocultam a sua situação das famílias de origem, o que reforça a solidão e a desconexão com redes de apoio. Neste contexto, a violência tende a ser normalizada e a exploração interiorizada como um destino inevitável, sem perspectivas de mudança.

“É a tal questão, eu estou tão próxima, mas estou tão longe, porque comunica com a família, mas não lhe pode dizer a verdade até pela vergonha, (...) estas raparigas acabam por se sentir muito sozinhas, e sem ver um fim, (...) estas pessoas normalmente não perspetivam um futuro (...) vivem o hoje e amanhã logo se vê.” (E9)

Ainda assim, alguns relatos evidenciam que, mesmo sob controlo extremo, existem mulheres que demonstram lucidez e resistência, identificando momentos oportunos para escapar. Embora minoritários, estes casos mostram que o reconhecimento da exploração pode também funcionar como catalisador de ações de resistência e procura de ajuda.

“Ela foi extremamente atenta durante todo o percurso (...) correu literalmente no sentido inverso e conseguiu pedir o telemóvel ao senhor do café, entrar no Google Tradutor e escrever help.” (E1)

ii. *Condições da exploração: o mito das pessoas fechadas e acorrentadas*

A exploração sexual ocorre em contextos variados, muitas vezes dissimulados sob aparências de legalidade e normalidade. Os espaços variam entre bares, casas de alterne, apartamentos, casas de massagens e até edifícios inteiros dedicados à exploração. Em muitos casos, estes locais estão organizados de forma funcional, áreas específicas para os atos sexuais, quartos partilhados para descanso e divisões destinadas ao cuidado de crianças, tudo sob vigilância constante. Paralelamente, existem contextos mais precários, como a “*estradas*” onde as condições de higiene, segurança e privacidade são inexistentes. Esta diversidade de cenários contribui para a invisibilidade do fenómeno e desafia representações estereotipadas frequentemente associadas ao tráfico, como o enclausuramento físico.

“São colocadas em casas, onde se prostituem, onde dormem, onde comem(...), muitas vezes metem-nas em carrinhas e levam-nas para as estradas para se prostituem (...) prédios inteiros da mesma organização, em que num andar elas prostituem-se, num andar em cima é onde dormem e no outro acima é onde, por exemplo, quando vêm com os filhos, têm amas para lhes tomar conta das crianças.” (E3.1)

“Existe o cenário típico das pessoas serem colocadas à beira da estrada, e depois existe o contexto dos bares de alterne, (...), e casas alugadas.” (E5)

Como referido, o processo de exploração tende a iniciar-se com promessas de emprego legítimo e melhoria de condições de vida. Após a chegada, as vítimas são sujeitas a um processo gradual de adaptação, marcado por exigências crescentes e manipulação emocional. A normalização progressiva da violência manifesta-se na transformação subtil das tarefas inicialmente propostas em atos sexuais. Esta estratégia de submissão escalonada visa reduzir resistências e manter uma aparência de consentimento. A dependência emocional e as falsas promessas de proteção, regularização migratória ou resolução de problemas legais, reforçam a vulnerabilidade das vítimas e dificultam o reconhecimento da situação como abusiva.

“Era para trabalhar a servir num bar, portanto fazer companhia às pessoas (...), mas não era nada disto, começava por isto. E depois, às tantas, já ia por outros caminhos.” (E6)

“É quase aquela técnica de sensibilização sistemática, não é? Eu vou, de degrau a degrau, testando esta tolerância da pessoa, da vítima.” (E7)

Com o tempo, o controlo torna-se absoluto. A vida das vítimas é rigidamente regulada, os horários para comer, dormir, tomar banho ou trabalhar são cronometrados e, qualquer desvio, resulta em penalizações. A perceção de liberdade, por vezes relatada pelas próprias vítimas, é ilusória e serve sobretudo os propósitos de dissimulação do sistema explorador. Não existe

respeito por ritmos fisiológicos ou condições de saúde, por exemplo, as mulheres são obrigadas a manter a atividade sexual mesmo durante a menstruação ou gravidez, sendo ainda privadas de autonomia no acesso a métodos contraceptivos. Em casos extremos, são submetidas ao consumo forçado de substâncias ou à prestação de serviços sexuais em locais remotos, sob ameaça constante. Este modelo de exploração assenta não apenas na violência física e sexual, mas num regime de obediência absoluta, onde o corpo é completamente instrumentalizado.

“Na exploração sexual (...) não existe um respeito por períodos de descanso noturno (...)ela poderá ser chamada às duas da manhã, às três, às quatro, às cinco, assim que chegar algum cliente que efetivamente tem que dar resposta (...) Nunca podem adquirir métodos contraceptivos fora, (...) e mesmo que estejam menstruadas, mesmo que estejam grávidas, têm que continuar sempre a exercer as suas funções(...) por vezes até são cronometradas durante os atos, mas também a um nível de quererem tomar banho, imagine... elas têm x tempo para o fazer, caso contrário acabam por aumentar a dívida.” (E1)

"Serem forçadas a atender 10, 15... O que houvesse de número de clientes. Independentemente daquilo que fosse o pedido do cliente." (E6)

"Já engravidaram e devido a toda a violência acabaram por perder as crianças." (E5)

Os testemunhos das técnicas evidenciam também um processo de despersonalização sistemática. As vítimas são tratadas como mercadoria, sendo alugadas, trocadas ou vendidas consoante os interesses dos exploradores. A sua apresentação é moldada segundo as preferências dos clientes, são-lhes impostos nomes falsos, altera-se a idade nos documentos, seja para encobrir a menoridade, ou acentuar a juventude, e, em casos mais graves, destroem-se elementos simbólicos da sua identidade cultural. Estes gestos têm um impacto profundo na identidade e autoestima, contribuindo para um processo de alienação. A negação de direitos fundamentais, como o descanso, a alimentação adequada, o acesso à saúde ou à liberdade de escolha, traduz-se numa violência continuada, que ultrapassa a esfera física e atinge profundamente a integridade emocional e o reconhecimento da vítima enquanto pessoa.

“(...) a comunidade romena tem muito gosto pelo cabelo, geralmente a mulher romena de cabelo comprido é vista como uma pessoa de respeito. O facto de eles chegarem ao pé da pessoa e cortarem o cabelo por aqui [aponta para o ombro], vai destruir completamente a imagem da pessoa.” (E1)

“Há outra questão, que é, virem com idades falsas, (...) Trocam o meu nome, trocam a minha idade, deixam de existir como pessoa.” (E3.1)

iii. Relações interpessoais no contexto do tráfico para fins sexuais

As relações interpessoais no contexto do TFS revelam-se profundamente complexas e ambíguas. Embora possam surgir laços entre vítimas, exploradores, e por vezes clientes, estes

vínculos são geralmente marcados por dinâmicas de poder, manipulação e desconfiança. Em vez constituírem espaços de suporte ou proteção, estas relações tendem a reforçar o isolamento emocional e a perpetuação da exploração.

Entre as próprias vítimas, é frequente o surgimento de sentimentos de identificação mútua, decorrentes da partilha de experiências traumáticas, o que pode dar origem a momentos de empatia e apoio. No entanto, estas ligações revelam-se frágeis, corroídas pela suspeita quanto ao papel de cada pessoa na rede. A incerteza sobre quem é verdadeiramente vítima ou quem poderá estar ligado ao sistema de exploração, corrói qualquer tentativa de criação de vínculos seguros.

“Aquela pessoa está na mesma situação que eu, portanto, acabam por ser as únicas pessoas que têm. São umas às outras.” (E9)

“É difícil para elas poderem confiar também nestas pessoas, porque nunca sabem, no fundo, que interveniente é este na rede, se é realmente vítima, se pode ter outra figura.” (E9).

“Ou há um clima de competitividade, ou pode haver um clima de competitividade com uma, de união e de apoio com outra.” (E7)

Esta incerteza e desconfiança são também reforçadas pela existência de estruturas informais de poder dentro das redes. Mesmo sem hierarquias formais, várias entrevistadas referem a presença de uma estratificação entre vítimas, onde algumas ocupam posições de maior proximidade com os exploradores ou de estatuto superior, associadas à antiguidade ou à experiência no sistema. Estas posições conferem, por vezes, um poder relativo sobre outras vítimas, exercido através da imposição de regras, da mediação com os exploradores ou da educação das recém-chegadas.

“É a pessoa que acaba de chegar. É a pessoa que tem que se submeter. (...) Normalmente há uma que é superior a todas, que acaba aqui por ter uma conectividade muito grande com o explorador ou que também explora (...) Tu és a mais nova. Agora nós vamos usufruir aqui um bocadinho deste estatuto de já estarmos aqui a mais tempo.” (E6.2)

“E lhes ensinarem como é que será melhor para elas sobreviverem ao meio. Como é que te vestes, o que é que vais dizer, para onde é que vais.” (E6.1)

Embora estas posições possam parecer, à primeira vista, resultado de escolhas individuais, são quase sempre respostas de sobrevivência num contexto altamente coercivo. Muitas vítimas que alcançam maior confiança por parte dos exploradores são forçadas a colaborar no recrutamento de novas pessoas, sujeitas a chantagens emocionais, ameaças à família ou promessas de benefícios simbólicos ou materiais.

“Uma pessoa que numa fase inicial começou como vítima do crime de tráfico de seres humanos, depois acaba por desenvolver uma relação com um alegado explorador que lhe dá determinadas vantagens e ela acaba por depois também exercer uma forma de controle sobre as restantes vítimas.”

(E4)

“Se recrutar, por exemplo mais duas pessoas do país de origem dela, recebe 100 euros.” (E1)

“Não quer dizer que as pessoas façam isto de livre vontade, são obrigadas, são chantageadas lá está, através das famílias, através dos filhos.” (E5)

Esta oscilação entre vitimação e envolvimento forçado contribui para a atenuação das fronteiras entre quem sofre e quem participa na exploração, dificultando a atuação das equipas de intervenção. A instrumentalização das vítimas pelas próprias redes constitui uma das estratégias mais eficazes, promovendo controlo interno e limitando a exposição ao sistema exterior. Mesmo sem uma liderança formalizada, é comum a presença de alguém com influência sobre as outras, assegurando o funcionamento do sistema através de um controlo implícito.

“Acaba por ter aqui também um papel que transitou de ser vítima (...), para depois também ser uma alegada exploradora das restantes vítimas que são recrutadas posteriormente face a ela.” (E4)

“(...) esta questão de hierarquia (...), nós estamos todas iguais e depois existe alguém acima de nós que nos controla.” (E7)

A ambivalência marca também a relação com os exploradores. A manipulação emocional é uma ferramenta central, coexistindo frequentemente com gestos de aparente cuidado. Esta manipulação pode assumir formas afetivas, como no modelo do *Lover Boy*, ou explorar fragilidades emocionais anteriores. Em alguns casos, o próprio explorador direto é igualmente subordinado a instâncias superiores, sendo também ele instrumentalizado.

“Frequentemente coexistem comportamentos cuidadores com comportamentos violentos ou abusivos (...) ele faz a minha comida preferida, ou ele até foi passear comigo não sei onde, ou até ele me deu aquela roupa que eu queria muito.” (E7)

“Para quem elas canalizam a sua afetividade (...) esse rapaz ou esse homem, que é o chulo direto delas, é um mero intermediário também.” (E3.1)

Quanto aos clientes, as interações são, na maioria dos relatos, profundamente reduzidas à função sexual. As vítimas são tratadas como objetos de consumo, sem reconhecimento da sua dignidade, sofrimento ou ausência de consentimento, prevalecendo a lógica mercantil do sexo. Ainda assim, surgem pontualmente descrições de clientes que demonstram empatia ou compaixão. Foram referidos casos em que estes expressam intenção de estabelecer uma relação

ou chegam a contactar as autoridades, geralmente de forma anónima, embora tais situações tendam a ser romantizadas pelas vítimas e raramente correspondam à realidade.

“Não existe uma preocupação por parte dos clientes em saber se aquela pessoa foi traficada ou não, ou se foi maltratada ou não, porque eles próprios vão maltratar (...) já tínhamos tido casos de haver clientes que se apaixonam pelas mulheres, que querem casar com elas (...), mas normalmente isso acaba sempre por não corresponder à realidade.” (E9)

“Já tivemos casos em que os clientes contactam porque têm pena da pessoa (...) preferem manter-se anónimos.” (E7)

O isolamento social não é apenas uma consequência da exploração, mas uma estratégia deliberada das redes para impedir a criação de laços significativos e reforçar a dependência das vítimas. Ao limitar os contactos externos, asseguram maior controlo emocional e físico, dificultam pedidos de ajuda e mantêm as vítimas num estado de vulnerabilidade permanente. Esta realidade ajuda a compreender por que razão as relações interpessoais neste contexto são frequentemente marcadas pela ambivalência, fragilidade ou completa ausência.

“É muito comum a pessoa ser mesmo isolada por esta sociedade, de forma a não facultar informações sobre o processo que possa estar a vivenciar.” (E4)

iv. Estratégias de sobrevivência

Perante a violência e desumanização inerentes à exploração sexual, muitas vítimas desenvolvem estratégias de sobrevivência destinadas a mitigar sofrimento físico e emocional. Algumas constroem barreiras afetivas ou recorrem à dissociação psíquica, num esforço de autopreservação que lhes permite suportar a continuidade da exploração. Este distanciamento, frequentemente descrito como uma “carapaça”, pode assumir formas mais extremas, como a criação de personagens fictícias, permitindo uma cisão simbólica entre o “eu” real e o corpo instrumentalizado.

“É uma forma de se conseguirem olhar nos pés de manhã e de conseguirem continuar a levantar-se (...) é um bocadinho assustador até a forma como elas próprias dizem que ficam dessensibilizadas, que têm que ficar, têm que pôr quase uma carapaça e não sentir as coisas, senão não conseguem subsistir.” (E3.1)

“As pessoas acabam por criar aqui um personagem. Para sobreviver a estas coisas todas.” (E6.1)

O recurso a substâncias psicoativas, como álcool ou drogas sintéticas, surge também como mecanismo de anestesia emocional, não associado ao prazer, mas à necessidade de suportar o quotidiano da exploração. Embora estas estratégias aliviem temporariamente o sofrimento, acentuam frequentemente os impactos na saúde física e mental.

“Estou num estado de consciência alterado. Custa menos. Dói menos.” (E6.2)

Paralelamente, algumas vítimas desenvolvem formas de resistência interna ou sentimentos de resiliência. No entanto, este aparente fortalecimento é, por vezes, resultado da normalização da violência, internalizada como inevitável ou mesmo percebida como parte de uma zona de conforto, apesar do sofrimento envolvido.

“Acabam por desenvolver um sentimento de resistência (...) e até mesmo de resiliência para conseguirem aguentar.” (E4)

“Mesmo nos padrões de violência, muitas vezes aquilo que eu conheço sinto-me confortável, a minha zona de conforto mesmo que seja violentíssima.” (E3.1)

d. Percursos de saída da exploração sexual e obstáculos à desvinculação

A desvinculação do contexto de exploração sexual constitui um processo complexo e raramente linear, marcado por ambiguidades, constrangimentos estruturais e fatores emocionais. A análise das narrativas permitiu identificar dois eixos principais de saída, por iniciativa da própria vítima, geralmente associada a momentos de rutura física ou psicológica, ou, por intervenção de entidades externas, como forças policiais, serviços de saúde e apoio social, ou mesmo cidadãos comuns.

Quando ocorre por iniciativa própria, embora menos frequente, a saída tende a ser abrupta, motivada por esgotamento, perceção de oportunidade ou após o pagamento da dívida imposta. Mesmo em contextos de ameaça, a decisão reflete frequentemente uma tentativa de reafirmar a própria dignidade e recuperar um sentido de autonomia.

“Fogem. (...) Acaba por ser já também um fator psicológico de eu já não aguento isto e eu morro a tentar. É isso ou é isto.” (E6.1)

“É efetivamente a Polícia Judiciária a sinalizar-nos que vai em rusgas específicas a determinadas casas.” (E1)

Entre os principais obstáculos à saída, destaca-se a dificuldade de reconhecer-se enquanto vítima, agravada por vínculos afetivos com os exploradores, manipulação emocional e sentimentos de culpa. A chamada síndrome de Estocolmo ajuda a explicar esta ambivalência, onde o agressor é simultaneamente percebido como ameaça e proteção. Acrescem, também, fatores legais e administrativos, como o medo da polícia, de deportação e da ausência de documentação impede que muitas vítimas recorram a apoios institucionais. A falta de redes de apoio e o desconhecimento da língua e dos serviços disponíveis acentuam o isolamento, sobretudo no caso de vítimas estrangeiras.

“Está numa situação irregular, tem imenso medo da polícia (...) sem documentação por muito que ela tenha ali uma saída, existe uma prisão um bocadinho oculta.” (E1)

“Sabem o que dizer e o que fazer para as manter coagidas (...) vais ser presa, tu não tens os teus documentos contigo, portanto, vais ser deportada.” (E7)

“A pessoa não tem rede de apoio, está num país que não conhece as leis.” (E2)

Algumas permanecem ou retomam a situação de exploração, por não vislumbrarem alternativas viáveis, racionalizando a situação como uma escolha, ainda que fortemente condicionada. Mesmo após a saída, persistem formas de controlo simbólico, através de chantagens, ameaças ou exigências retroativas, que dificultam a autonomização plena e, por vezes, conduzem ao retorno ao ciclo de exploração.

“A pessoa exploradora continua, ou a pedir o dinheiro devido, ou ameaças, não é?” (E2)

“Pessoas que efetivamente acabam por cair novamente na rede (...) não conhecem outra realidade.” (E1)

1.4 Métodos de controlo

As vítimas de TFS estão sujeitas a múltiplos mecanismos de controlo destinados a limitar a sua liberdade, autonomia e capacidade de procurar ajuda. Estes métodos, embora variem em intensidade e sofisticação, revelam padrões recorrentes nos discursos das participantes, construindo um ambiente de submissão e dependência face aos exploradores. Entre as estratégias identificadas, que serão detalhadas nas secções seguintes, destacam-se a privação da liberdade e a vigilância contínua, a servidão por dívidas, a instrumentalização da família através de ameaças, o controlo psicológico e emocional, a violência física e o consumo induzido de substâncias psicoativas.

a. Privação de liberdade e vigilância no contexto da exploração

A privação de liberdade e a vigilância constante foram das formas de controlo mais mencionadas pelas profissionais entrevistadas, limitando severamente a autonomia das vítimas. À chegada ao local ou país de destino, é comum a retirada dos documentos de identificação, sobretudo passaportes, o que torna as vítimas legalmente invisíveis, impedindo o recurso a instituições ou a possibilidade de fuga. Esta retenção, por vezes mascarada de gesto protetor, constitui uma estratégia deliberada de isolamento. Este controlo é reforçado através da vigilância das comunicações, que pode incluir confiscar os telemóveis ou impor uma supervisão direta durante as chamadas. Mesmo quando o dispositivo é mantido, o seu uso é condicionado por ameaças ou regras explícitas, o que inibe qualquer tentativa de denúncia.

“Os passaportes são retirados, todos os documentos são retirados [...] se elas não têm o passaporte, como é que se podem dirigir a um centro de saúde, como é que se podem dirigir a um hospital, como é que se podem dirigir aos serviços públicos.” (E9)

“Estas chamadas são supervisionadas, o explorador está sempre ali, para que não haja ali nenhuma fuga de informação.” (E5)

“Algumas que até tinham o telemóvel consigo. Mas, isto é estranho de pensar assim, então estas pessoas tinham um telemóvel para telefonar e não fizeram nada? Medo. Muito medo. Porque eles faziam grandes ameaças.” (E6.1)

A limitação dos movimentos físicos completa este sistema de vigilância. Em muitos casos, as vítimas vivem no mesmo local onde são exploradas sexualmente, sendo impedidas de sair sozinhas. O transporte é acompanhado, e a circulação vigiada por câmaras ou normas de comportamento rígidas. De acordo com os testemunhos recolhidos, a rotina das vítimas limita-se a estar presente e a ser explorada, anulando qualquer distinção entre vida pessoal e exploração.

“As vítimas (...) não têm forma de sair (...) do local onde estão, quer por estarem a ser controladas por pessoas, quer por terem câmaras de vigilância em todos os espaços em que estão.” (E1)

“O seu ciclo de vida acaba por estar limitado ao contexto da habitação e ao contexto da exploração.” (E4)

Estas dinâmicas contribuem para um isolamento social extremo, que não só impede o contacto com familiares e amigos, como reforça a sensação de impotência e de dependência total do explorador. Em alguns casos, as vítimas são ainda pressionadas a manter, perante a família, uma imagem de sucesso, ocultando a realidade de exploração.

“(...) alegadamente estão a ter uma vida de sonho para as famílias.” (E1)

b. Servidão por dívidas

A servidão por dívidas emerge igualmente como uma das estratégias de controlo mais recorrentes no contexto do TFS. Segundo as profissionais entrevistadas, esta prática assenta na imposição de uma dívida, muitas vezes fictícia, inflacionada ou manipulada, que compromete a autonomia da vítima e a submete a um regime contínuo de reembolso. Este mecanismo revela-se especialmente eficaz por combinar constrangimentos económicos a formas subtis de coação psicológica.

As dívidas são frequentemente apresentadas logo após a chegada ao local ou país de destino, e incluem alegados custos de transporte, alojamento, alimentação, documentação ou outros serviços básicos. Os valores exigidos são manifestamente desproporcionais face aos custos

reais, incluindo, por vezes, cobranças abusivas por serviços gratuitos, criando uma carga financeira artificial que reforça a dependência. A ausência total de controlo sobre os rendimentos agrava esta situação, as vítimas são obrigadas a entregar a totalidade dos ganhos ao explorador ou a intermediários, sem qualquer compensação ou autonomia financeira. O trabalho forçado é, assim, sustentado por um sistema que retira até a percepção de retribuição ou de progresso.

“Assim que chegam é-lhes apresentado logo uma dívida que elas têm de pagar, nomeadamente em relação ao transporte, ao alojamento, ao vestuário...” (E4)

“São sempre valores exorbitantes que não se coadunam com a realidade.” (E7)

“Temos exemplos que dizem que pagaram 400 euros pelo NIF e NISS, são gratuitos online.” (E5)

“A vítima tem que entregar o dinheiro ao alegado explorador ou alguém da sua confiança.” (E4)

Mais do que um valor fixo a liquidar, esta dívida assume um carácter arbitrário e continuamente ajustado pelos exploradores tornando a libertação financeira inatingível. A cada tentativa de amortização, surgem novas penalizações ou encargos, prolongando a situação de submissão. Para além do impacto económico, a dívida opera como instrumento de controlo psicológico, sustentando sentimentos de culpa, dever e obediência. Muitas vítimas acabam por internalizar esta obrigação como legítima, o que fortalece o vínculo emocional com o explorador e dificulta a rutura, mesmo na ausência de barreiras físicas evidentes.

“Sempre que a pessoa está a atingir o fim daquela dívida é inventada uma nova dívida, de forma que a pessoa nunca tenha acesso ao valor monetário que faz render.” (E4)

“Isto serve para causar algum tipo de dependência entre a pessoa e o explorador, do género, eu tenho esta dívida, eu não posso sair daqui enquanto não pagar.” (E5)

c. Instrumentalização da família como mecanismo de controlo

A ameaça à segurança dos familiares representa um outro mecanismo de controlo comum. Este tipo de coação atua através da manipulação dos laços afetivos mais próximos, explorando o medo de perda, dor ou violência dirigida a filhos, pais, ou outros entes queridos. Muitas vítimas recebem ameaças específicas, com informações concretas sobre moradas, rotinas ou escolas frequentadas, evidenciando que os exploradores dispõem de meios reais de represálias. Em alguns casos, estas ameaças materializam-se em episódios de violência funcionando como castigo exemplar e alerta para outras vítimas.

Para além da ameaça física, muitas enfrentam formas mais subtis de chantagem emocional, como a utilização de imagens ou vídeos íntimos gravados sem consentimento. Estes materiais

são utilizados para ameaçar com a exposição pública, especialmente junto da família ou nas redes sociais, explorando o medo do escândalo, da vergonha e da perda de reputação.

“Se tu não fizeres isto, o teu filho vai sofrer consequências. Tu sabes que eu sei onde é que mora o teu filho. Os teus pais vão sofrer consequências.” (E5)

“Pegaram fogo à casa dela na Nigéria. (...) Depois também serve de alerta para as outras: se a ela aconteceu isto, é melhor portares-te bem.” (E9)

“Ou tu fazes aquilo que eu te estou a pedir (...) ou esta imagem irá ser difundida entre as tuas redes sociais, redes sociais até de família, amigos, e as pessoas vão saber quem tu és.” (E6.1)

Paradoxalmente, os próprios exploradores podem encorajar o contacto com a família, promovendo uma aparência de normalidade e estabilidade. O envio de pequenas quantias de dinheiro ou mensagens tranquilizadoras reforça essa ilusão e pode facilitar o recrutamento de novas vítimas, muitas vezes da mesma comunidade ou círculo familiar.

“Permitem que a pessoa continue a mandar dinheiro para a família (...) para depois mandar vir a irmã ou a prima, porque se ela está tão bem, então tu também vais.” (E9)

“Falam com a família, até enviam algum dinheiro para elas ficarem descansadas.” (E6.2)

Em algumas situações, as vítimas são acompanhadas pelos próprios filhos. A presença da criança opera como forma de coação emocional, levando a mulher a acreditar que qualquer tentativa de fuga colocaria o menor em risco. Mesmo sem presenciarem diretamente aos atos de exploração, estas crianças crescem num ambiente marcado pela violência e pela intimidação constantes.

“É automaticamente coagida a fazê-lo, porque caso contrário algo acontece à criança.” (E1)

Estas estratégias de controlo externo articulam-se com mecanismos de controlo internos, psicológicos e simbólicos, que se revelam igualmente eficazes, como se abordará na secção seguinte.

d. Controlo psicológico e simbólico das vítimas

O controlo psicológico atua de forma persistente e invisível, corroendo gradualmente a autonomia e a capacidade crítica da vítima, ao contrário da violência física que atua de forma pontual e visível. Entre os instrumentos mais comuns destacam-se a manipulação emocional, o medo de represálias, a exploração de vulnerabilidades pré-existentes e a intimidação constante.

“Nem é necessário ter esta componente de violência física, (...) Basta estarmos numa situação mais vulnerável e a nível psicológico é muito mais fácil, ser controlado ou controlada psicologicamente.” (E2)

“O intuito é desumanizar a pessoa, transformá-la num farrapo humano, haver uma completa desestruturação dessa pessoa, a nível psicológico, a nível emocional, para ser cada vez mais fácil de manipular.” (E7)

A condição de imigrante em situação irregular, sem domínio da língua ou conhecimento dos seus direitos, é um fator agravante. A perceção das instituições como hostis ou pouco fiáveis, alimentada por experiências prévias de violência institucional ou desigualdade de género, contribui para o isolamento e para uma aceitação resignada da exploração. A pressão para manter uma imagem de sucesso junto da família e da comunidade reforça esse silêncio.

“Vêm de países em que não existe justiça, em que o género feminino não tem valor e a polícia não é de confiar (...). Então, sou estrangeira, estou num país diferente. Se isto for como o meu país, estou tramada.” (E6.2)

“Não é só a frustração, é também depois a própria sociedade e a própria cultura que pode vir a fazer, só pelo facto de elas terem passado por estas situações.” (E6.1)

Este controlo pode também assumir formas afetivas e relacionais, sobretudo nos casos em que se desenvolve um vínculo emocional com o explorador, uma estratégia comumente associada ao modelo do *Lover Boy*. A promessa de amor, proteção ou de um futuro em comum funciona como armadilha emocional, tornando a vítima cúmplice involuntária da sua própria exploração.

“Vai sempre tentar capitalizar o vínculo emocional que a vítima tem com essa pessoa. Vai dizer: ‘se tu gostas mesmo de mim, então se calhar, olha, vais fazer isto por mim’. E pode ser algo mais progressivo.” (E7)

Em contextos culturais específicos, emerge uma dimensão simbólica e espiritual de controlo, como a prática de rituais de *juju* ou *voodoo*, particularmente entre vítimas nigerianas. Estes rituais selam pactos de submissão, cuja transgressão é associada a graves consequências espirituais. A força da crença transforma esses vínculos em mecanismos de coação profundamente enraizados, que ultrapassam o domínio físico e racional.

“Ela participou naquele ritual, que é, no fundo, uma promessa. E, portanto, não pode agora fugir.” (E9)

“Elas acreditam mesmo naquilo. (...) E, portanto, é uma forma também de as aprisionar.” (E3.1)

e. Violência física

Apesar de o controlo exercido sobre as vítimas de TFS assumir frequentemente formas subtis e psicológicas, a violência física permanece um método direto e brutal de subjugação. Várias entrevistadas relataram episódios de agressões físicas e sexuais extremas, utilizadas para instaurar medo, silenciar e punir tentativas de resistência ou fuga, criando um clima de terror

constante. Estas agressões podem ocorrer durante o transporte ou já no contexto da exploração, assumindo, por vezes, contornos de tortura. A violência sexual, como violações em grupo, integra o processo de desumanização, funcionando como ritual de iniciação e instrumento de controlo.

“A violência acaba por ser a forma mais fácil de controlar aquela pessoa. Uma pessoa com medo é muito mais fácil de controlar.” (E9)

“Chapadas, pontapés (...), socos, violava-a (...), tudo para a manter ali em cativeiro.” (E6.2)

“Foi tão brutalmente espancada que perdeu parte do nariz. Foi a murro. E degolaram-na. Só que felizmente não cortaram a artéria. (...) Por minutos sobreviveu.” (E6.1)

Mesmo quando existem marcas visíveis no corpo, muitas vítimas não verbalizam as agressões sofridas, o que revela a profundidade do trauma. Uma das profissionais entrevistadas sublinha que, por vezes, os agressores infligem violência de forma calculada, evitando deixar marcas visíveis, procurando preservar a aparência das vítimas com o intuito de manter a sua atratividade e, conseqüente rentabilidade.

“Temos raparigas que nós sabemos que têm marcas (...) e nunca nos disseram o que é que aquilo é. (...) São traumas muito, muito grandes (...), acabam por viver situações quase de tortura.” (E9)

“Nós temos mulheres com marcas, mas claro que existe muitas vezes o cuidado para não dar a entender.” (E9)

Ainda assim, nem todas relataram contacto com vítimas que mencionassem diretamente episódios de violência física, admitindo a possibilidade de menor prevalência em alguns contextos.

“Em termos de agressão física, não sei, não temos essa informação. (...) Eu não quero dizer que não haja, mas, se calhar, já não é tão frequente.” (E8.1)

f. Consumo de substâncias

Em paralelo, o uso de substâncias psicoativas surge também nas narrativas como uma estratégia deliberada de controlo. O consumo forçado ou incentivado de álcool e drogas visa reduzir a resistência física e emocional, aumentar a submissão e comprometer a autonomia das vítimas. Em alguns casos, este uso passa a integrar a própria lógica económica da exploração, ou seja, as mulheres são pagas para consumir com os clientes, promovendo uma dependência que as prende ainda mais ao sistema.

Em certos casos, as vítimas já apresentam dependências antes do recrutamento, as quais são instrumentalizadas pelos exploradores como forma de fidelização. Mesmo quando existe

liberdade física, a compulsão pelo uso atua como um vínculo interno que dificulta o afastamento, funcionando como elo de retorno inevitável.

“Elas muitas vezes são submetidas a consumos de substâncias, quando não estão a dar o rendimento, digamos assim, que a própria pessoa exploradora pretende.” (E1)

“Inicialmente ela não queria beber. E eles enfiavam pela boca abaixo. (...) Não só para ficarem mais manipuláveis, como para fazê-las entender que se fizeres assim é mais fácil.” (E6.1)

“Ela podia ter a liberdade que ela quisesse, porque ela voltava sempre para trás por causa da droga.” (E6.2)

1.5 Impactos nas vítimas de tráfico para fins sexuais

As narrativas das técnicas evidenciaram que as vítimas de TFS enfrentam consequências profundamente marcantes, que afetam simultaneamente as dimensões física, psicológica e social da sua vida. Estes impactos, frequentemente duradouros e complexos, exigem acompanhamento especializado e persistente, sendo agravados pela ausência de respostas estruturadas e adaptadas às necessidades específicas destas vítimas.

a. Impactos físicos

Fisicamente, os discursos descrevem uma realidade marcada por agressões diretas, negligência, ausência de cuidados de saúde e condições de vida profundamente degradantes, incluindo privação de alimentação, higiene e descanso. As consequências corporais incluem queimaduras, cortes, lesões dentárias e traumas ginecológicos, traduzindo o grau de brutalidade vivida. As consequências na saúde sexual e reprodutiva surgem com especial destaque, gravidezes indesejadas, infeções sexualmente transmissíveis e lesões resultantes de práticas forçadas e violentas refletem a violação reiterada da integridade corporal.

“Podemos estar a falar de casos em que as pessoas vêm malnutridas. Privadas de cuidados de saúde, de higiene. Portanto, vêm mesmo muito fragilizadas. Podem vir com marcas, com queimaduras de cigarro, já têm cicatrizes de alguns cortes, de algumas situações em que foram espancadas (...), baterem com a cabeça, baterem com a boca no chão.” (E7)

“Há uma grande probabilidade de contrair uma gravidez contra a sua vontade, não é? Portanto, gravidez indesejadas também é uma das consequências. Mais, a questão das violações.” (E5)

“Temos muitas raparigas (...) com vários problemas ginecológicos, acabam por não conseguir ter filhos, porque são expostas a práticas muito violentas e brutas.” (E9)

Algumas entrevistadas salientam, contudo, que as sequelas físicas permanentes não são universais.

“A nível físico, sequelas em si, até hoje não temos pessoas que tenham sido alvos de violência física tão severa ao ponto de ficarem com algum tipo de sequela.” (E1)

b. Impactos psicológicos

Paralelamente, os impactos psicológicos são descritos como devastadores, exigindo intervenções prolongadas e especializadas. São comuns quadros compatíveis com PSPT, ansiedade, depressão, crises de pânico, isolamento emocional e perda de confiança, acompanhados por sentimentos de tristeza, desorientação e apatia. Algumas técnicas comparam o trauma vivido à experiência de guerra ou tortura, destacando a intensidade da desorganização interna provocada pela exploração.

“Há mulheres que sofrem aquilo a que chamam de stress pós-traumático, como as vítimas de guerra e de tortura, que vieram em situações horríveis, que viram coisas horríveis, que viram morrer pessoas ao pé de si.” (E3.1)

“Quando chega à nossa equipa, efetivamente vêm num estado de enorme fragilidade emocional (...) acabam por ter uma maior dificuldade em confiar.” (E4)

“Obviamente que, neste contexto, é mais provável que nós tenhamos quadros depressivos, ou, em geral, sintomas de ansiedade, perturbação de stress pós-traumático.” (E7)

A somatização surge igualmente de forma recorrente, ou seja, sintomas físicos sem causa clínica identificável advindos de um sofrimento emocional profundo. Nestes casos, os efeitos da exploração são descritos como difíceis de reverter, exigindo acompanhamento contínuo e, por vezes, de longa duração.

“São muitos [os impactos da exploração] (...) nós já conhecemos algumas irreversíveis (...) E até nem digo só a nível de saúde mental, é mesmo também a nível de somatizações.” (E3.1)

“Alguns destes problemas psicológicos e estes traumas podem ser irreversíveis. Isto não é uma coisa que nós normalmente dizemos a elas, porque acho que ninguém quer ouvir isso, mas a realidade é que têm impactos muito grandes.” (E9)

Um dos aspetos mais marcantes referidos é a autculpabilização. Mesmo quando reconhecem que foram coagidas, muitas internalizam a responsabilidade pelos acontecimentos vividos, julgando-se por não terem antecipado ou evitado a situação. Sentimentos intensos de vergonha e retraimento dificultam a verbalização da experiência e a perceção clara de si como vítimas. Esta dinâmica é frequentemente reforçada por relações manipuladoras com os exploradores, que se apresentam como parceiros ou protetores, o que fragiliza a capacidade de rutura e inibe a procura de ajuda.

“Não contam nada, por exemplo, aos familiares. Pronto, por este sentimento de vergonha e de culpa.” (E2)

“Em termos da culpabilização, sim, muitas delas referiam isso porque, ‘ah, eu fui estúpida porque não vi os sinais. Eu fui uma idiota porque caí na conversa dele’.” (E6.1)

“Estas mulheres até toleram tudo isso e têm dificuldade em reconhecer-se como vítimas, porque acham que a situação não pode ser de outra maneira e que, de facto, estes senhores que têm esta função de aliciamento, acabam por as proteger e são protetores.” (E8.1)

c. Impactos relacionais e sociais

A culpa e a vergonha, para além de manifestações do sofrimento interno, têm também implicações sociais. A forma como a vítima é percebida pelas famílias, comunidades e instituições pode reforçar esses sentimentos, dificultando o processo de recuperação. A estigmatização da prostituição, mesmo quando forçada, e a pressão cultural ou familiar para ocultar a situação, agravam os mecanismos de retraimento, perpetuando o silêncio e o isolamento.

“É muito comum as pessoas sentirem vergonha de se terem sujeitado a determinada situação (...), acabam por sentir que têm sempre um rótulo perante a sociedade e é muito difícil deslargarem-se desse rótulo.” (E4)

“Há famílias que ostracizam as filhas que souberam que elas se prostituíram (...).” (E3.1)

Simultaneamente, a capacidade de estabelecer relações de confiança é profundamente afetada. Muitas vítimas foram enganadas por figuras que se apresentavam como protetoras, desenvolvendo por isso posturas defensivas e desconfiadas que se estendem a profissionais de apoio. Esta retração interpessoal dificulta os processos de acolhimento e intervenção. A desconfiança pode igualmente abranger figuras de autoridade, nomeadamente agentes policiais, sobretudo quando as vítimas têm origem em contextos onde estas instituições são associadas à corrupção ou violência.

“Sentem que confiaram numa pessoa que lhes prometeu alguma coisa e foram enganadas. (...) A partir daí, vão ter sempre uma grande dificuldade em confiar em alguém.” (E5)

“Olham para a polícia com desconfiança (...).” (E7)

As repercussões estendem-se também às relações íntimas e afetivas. Muitas vítimas recusam estabelecer novos vínculos, sobretudo com homens, revelando aversão ou retraimento face à ideia de envolvimento amoroso. A violência experienciada compromete a capacidade de entrega e de confiança, aprofundando o isolamento social, mesmo após a exploração. Esta retração, aliada à barreira linguística e cultural, potencia a solidão e perpetua a exclusão.

“A maior parte delas nem quer ouvir falar em relacionamentos, nem quer ouvir falar em homens, porque sofreram muito.” (E6.1)

Importa, no entanto, sublinhar que a experiência da vitimação não é homogênea. As trajetórias são moldadas por fatores individuais, socioculturais e contextuais, refletindo distintas formas de vivenciar e interpretar a exploração. A duração da vitimação e a gravidade da violência sofrida influenciam significativamente a profundidade do trauma. Casos de exploração prolongada tendem a implicar quadros de maior complexidade psicológica, exigindo intervenções mais intensivas e sustentadas.

“Quanto mais tempo vivem nesta realidade, mais difícil é a recuperação.” (E6.1)

“São pessoas que estão completamente traumatizadas. Viveram muito tempo numa situação de exploração contínua, de violência psicológica, física, sexual.” (E3.1)

2. Discussão dos resultados

Tendo por base os resultados apresentados, importa agora proceder a uma discussão dos mesmos, analisando-os à luz da literatura científica existente. Numa fase final, serão também consideradas as principais limitações do estudo e propostas para investigações futuras.

O propósito central deste estudo constituiu em compreender as experiências vividas pelas vítimas de TFS, a partir da perspetiva dos profissionais que acompanham diretamente estas vítimas. Embora esta abordagem empírica seja necessariamente mediada, uma vez que os dados foram recolhidos junto de profissionais e não das vítimas em primeira pessoa, procurou-se aceder, de forma aprofundada, aos significados atribuídos às trajetórias de vitimação. Esta abordagem representa um contributo relevante e ainda pouco explorado no estudo do TFS em Portugal, onde são escassos os estudos qualitativos centrados na experiência vivida da exploração sexual, sobretudo com este grau de profundidade interpretativa.

Os dados recolhidos permitem responder de forma substantiva aos objetivos definidos, ao evidenciar, através do olhar técnico, a complexidade e multidimensionalidade dos processos de vitimação associados ao TFS. As perspetivas analisadas refletem o conhecimento construído no terreno, conferindo densidade analítica e legitimidade interpretativa às conclusões alcançadas. Trata-se, por isso, de um contributo significativo para a compreensão das dinâmicas que caracterizam a exploração sexual, tal como é vivida, narrada e compreendida pelas vítimas ao longo do tempo.

Relativamente à **primeira questão de investigação**¹⁵, os dados analisados no presente estudo evidenciam a interseção de múltiplas vulnerabilidades, amplamente documentadas na

¹⁵ De que forma se caracterizam as vítimas de tráfico de seres humanos para fins sexuais, considerando as circunstâncias, vulnerabilidades e fatores de risco que contribuíram para a sua vitimação?

literatura. Estas englobam fatores demográficos (mulheres adultas, faixa dos 25-35 anos, frequentemente migrantes), ausência de vínculos afetivos seguros, pobreza persistente, redes familiares desestruturadas, histórico de negligência ou violência, migração forçada e, por vezes, envolvimento prévio em contextos de prostituição. Estas características encontram suporte na literatura, que aponta para a acumulação de fatores individuais, familiares e estruturais como potenciadores da exploração (Baird et al., 2020; Bullens & van Horn, 2002; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007; Jordan et al., 2013). A este quadro juntam-se dinâmicas de *push/pull*, que conjugam a ausência de oportunidades no país de origem com promessas, frequentemente ilusórias, de melhores condições de vida nos países de destino, um processo por vezes agravado por contextos de instabilidade política ou de conflitos armados (Cho, 2012; Europol, 2016; ILO, 2004).

Embora de forma menos expressiva, foram também identificados perfis menos visíveis, como menores de idade, pessoas transgénero e homens homossexuais. Estas vulnerabilidades individuais não podem ser dissociadas das desigualdades estruturais associadas ao género, classe, etnia ou origem geográfica, o que sublinha a relevância de abordagens interseccionais na análise do fenómeno (Baird et al., 2020; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Nichols et al., 2022). Paralelamente, emergem, nos dados, situações de tráfico interno e de sobreposição com contextos de prostituição, que desafiam os modelos legais e analíticos tradicionais, tornando mais difícil a identificação e o reconhecimento das vítimas. Estas zonas de indefinição contribuem para uma perceção limitada da real dimensão e complexidade do fenómeno, especialmente quando não há deslocação transnacional ou quando os processos de aliciamento e exploração se confundem com escolhas aparentes (Batsyukova, 2007).

Esta diversidade contraria a existência de um perfil único ou estereotipado de vítima, revelando trajetórias marcadas por vulnerabilidades situadas e mutáveis. Estas não resultam de fatores isolados, mas da interação dinâmica entre dimensões individuais, relacionais e estruturais, fortemente moldadas pelo contexto histórico e social (Cockbain & Bowers, 2019).

No que respeita à **segunda questão de investigação**¹⁶, os resultados revelam que o recrutamento ocorre frequentemente de forma gradual e relacional. Em vez de violência física imediata, é mais comum que as vítimas sejam aliciadas através de relações de confiança ou

¹⁶ Como é descrito o processo de vitimação, tendo em conta as estratégias de recrutamento, os meios de transporte utilizados e os modos de exploração exercidos?

proximidade afetiva, como vínculos familiares, românticos ou de amizade. Este padrão é ilustrado pelas estratégias conhecidas como *Lover Boys* ou *Romeo Pimps*, onde o cuidado aparente encobre dinâmicas de manipulação emocional e instrumentalização afetiva (Bullens & Van Horn, 2002; Deshpande & Nour, 2013; Hickie & Roe-Sepowitz, 2017; Silverman et al., 2007).

Mesmo em contextos de pobreza ou migração, prevalece o recurso ao engano e à promessa de estabilidade, sendo recorrente a oferta de trabalho, transporte ou documentação como resposta sedutora a dificuldades concretas. Esta dimensão, consensual nos dados e na literatura, revela que o recrutamento assenta muitas vezes no aproveitamento dos sonhos legítimos das vítimas. Aliciadas pela esperança de uma vida melhor, estas são levadas a confiar, tornando-se mais vulneráveis à exploração. Mesmo quando ocorrem ameaças ou violência física, estas surgem geralmente como resposta à tentativa de resistência da vítima. Os mecanismos predominantes são, assim, de ordem simbólica e emocional, difíceis de reconhecer, denunciar ou interromper (Hickie & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007; Kennedy et al., 2007; Omer Demir, 2010; Zimmerman et al., 2006).

A crescente utilização do ciberespaço, refletida nos resultados, reforça esta subtileza. Redes sociais e plataformas digitais são frequentemente utilizadas para estabelecer um contacto inicial e criar laços de confiança à distância, ampliando o alcance dos aliciadores e dificultando a deteção precoce. Esta digitalização, expressa na documentação existente, facilita a expansão das redes de tráfico e levanta novos desafios às estratégias de identificação e intervenção (Sykiotou, 2017; UNODC, 2022). O recrutamento deve, por isso, ser entendido como um processo progressivo e situado, ancorado na exploração de vulnerabilidades sociais, emocionais e simbólicas, e não apenas como um ato isolado de captura.

Concluído o recrutamento, o transporte das vítimas pode assumir diferentes configurações, desde esquemas altamente organizados até deslocações informalmente mediadas por relações de confiança, em linha com o que tem sido descrito na literatura (Denisova, 2001; Europol, 2006; UNODC, 2009; Zimmerman et al., 2003). Embora esta etapa seja apontada como sensível, tanto pelas condições degradantes a que as vítimas podem ser sujeitas como pelo risco acrescido de deteção, sobretudo em contextos de movimentação clandestina (Zimmerman et al., 2003), os testemunhos recolhidos indicam que muitos trajetos decorrem com aparente normalidade, sem sinais visíveis de coação. Essa aparência de voluntariedade, contudo, encobre formas subtis, mas eficazes de controlo. O financiamento das viagens pelos próprios traficantes, o recurso a cartas-convite, a receção à chegada e a criação de dívidas, funcionam como

mecanismos de vigilância indireta e gestão da deslocação, mesmo à distância. O transporte surge, assim, como uma extensão do processo de sujeição, sustentado por estratégias de manipulação e limitação da autonomia, frequentemente disfarçadas sob a aparência de consentimento.

A partir dos testemunhos analisados, emergem realidades pouco visíveis ou subestimadas, como mecanismos subtis de submissão e formas complexas de resistência emocional e simbólica, frequentemente ausentes da literatura nacional. A exploração sexual no contexto do TFS revela-se, de acordo com os dados, como um sistema de dominação sofisticado, sustentado por formas de controlo simbólicas, emocionais e estruturais que usualmente dispensam a coação física direta. As condições de vida e trabalho descritas apontam para contextos de degradação, privação e ausência de autonomia, em espaços privados sem salubridade, ventilação ou segurança; alimentação limitada, escassez de descanso e inexistência de cuidados de saúde. A carga horária é geralmente extenuante, com um elevado número de clientes diários, horários imprevisíveis e ausência de controlo sobre os atos praticados.

Tal como descrito na literatura (Denisova, 2001; Hickle & Roe-Sepowitz, 2017; Hodge & Lietz, 2007; Hodge, 2008; Kennedy et al., 2007; Reid, 2016; Zimmerman et al., 2003), e confirmado pelos dados no presente estudo, a vitimação configura-se como um processo gradual de erosão da autonomia, sustentado por múltiplos dispositivos de controlo, como o confinamento físico, a vigilância constante, a imposição de regras unilaterais sobre o comportamento, rendimento ou circulação. Para além do medo ou intimidação direta, destacam-se formas subtis de subjugação emocional, como a manipulação de laços afetivos ou a promessa de amor e proteção. Esta dinâmica é marcada por uma alternância entre manifestações de afeto e episódios de violência, que contribui para o desenvolvimento de vínculos ambivalentes e de uma forte dependência psicológica (Baird et al., 2020; Bullens & Van Horn, 2002; Deshpande & Nour, 2013;). No presente estudo, a ausência de autonomia financeira, frequentemente garantida através de dívidas artificiais ou retenção dos lucros, surge como um fator central de submissão, a par das ameaças dirigidas a familiares, filhos ou outras pessoas significativas. Em alguns casos, surgem ainda componentes de dominação cultural e espiritual, como os rituais simbólicos, que intensificam o controlo ao inscrever a submissão num registo moral ou sagrado.

Apesar da aparente passividade observada, os dados revelam que a permanência na exploração nem sempre decorre de coerção explícita, mas frequentemente da ausência de alternativas reais (Cook, 2019). A vulnerabilidade das vítimas, muitas vezes sem documentos, redes de apoio ou acesso a recursos básicos, transforma a exploração numa estratégia de

sobrevivência, especialmente em contextos de migração irregular. Ainda assim, emergem sinais de resistência e estratégias de *coping*, como a dissociação emocional, a criação de laços entre pares ou o planeamento de fuga (Harvey, 1996; Le, 2017). Estes elementos demonstram que, mesmo em contextos de opressão severa, as vítimas mantêm, por vezes, formas parciais de reivindicarem-se, reforçando a ideia de que a vitimação é um processo bilateral, onde a subjugação e a luta pela sobrevivência se entrelaçam de forma complexa.

No que toca à **terceira questão de investigação**¹⁷ os resultados revelam percursos de saída da exploração altamente complexos, fragmentados e raramente lineares. Em alguns casos, a rutura ocorre após um evento emocional crítico ou mediante intervenção de terceiros, como forças policiais, instituições ou cidadãos. Estes testemunhos evidenciam as dificuldades que as vítimas enfrentam para abandonarem a situação por iniciativa própria, sobretudo em contextos de controlo intenso. Um dos principais obstáculos identificados é o vínculo traumático com os exploradores, marcado por sentimentos de afeto, lealdade e dependência emocional, mesmo perante situações de abuso. Essa contradição favorece a minimização ou romantização da exploração, dificultando o reconhecimento da vitimação e levando, por vezes à proteção ativa do agressor ou na internalização da culpa (Cook, 2019; Deshpande & Nour, 2013; Reid et al., 2013; Sanchez et al., 2019).

O controlo simbólico e psicológico, como revelam os resultados, assume-se como uma das formas mais eficazes de dominação, alimentando sentimentos de impotência, medo de retaliação e perceções distorcidas de escolha. A criminalização simbólica das vítimas, sobretudo quando existe envolvimento prévio no trabalho sexual, é reforçada por discursos sociais estigmatizantes que limitam o acesso a recursos institucionais e acentuam a desvalorização interiorizada (Batsyukova, 2007; Farrell et al., 2015; Lloyd, 2011). A este cenário soma-se o mecanismo das dívidas artificiais (Hodge & Lietz, 2007), que induz nas vítimas um sentimento de obrigação moral de saldar o que é apresentado como um compromisso, prolongando a permanência na exploração. Este mecanismo combina coerção económica, dependência emocional e ameaças constantes, anulando, na prática, a liberdade de decisão.

¹⁷ Quais são os principais desafios e barreiras identificados no processo de saída da situação de exploração sexual?

A ausência de alternativas concretas fora do sistema de exploração constitui outra barreira estrutural. Muitas vítimas enfrentam a difícil escolha entre manter-se numa rede abusiva ou encarar uma realidade marcada pela incerteza, precariedade e falta de apoio. Tal como é reportado na literatura, a escassez de respostas integradas e adaptadas às necessidades específicas compromete a viabilidade da desvinculação. Acresce o impacto do estigma e da vergonha interiorizada, que funciona como barreira emocional significativa, o medo do julgamento moral, da rejeição familiar ou comunitária, pode inibir o pedido de ajuda e reforçar sentimentos de culpa e desesperança (Brunovskis & Surtees, 2012; Busch-Armendariz et al., 2011; Pandey et al., 2018; Reid et al., 2013; Sukach et al., 2018; Zimmerman et al., 2011). Esta oscilação entre vulnerabilidade e capacidade de resistência é uma das marcas mais significativas das trajetórias pós-exploração, evidenciando a importância de abordagens flexíveis, individualizadas e centradas na vítima, que reconheçam simultaneamente os danos vividos e os recursos internos disponíveis (Brunovskis & Surtees, 2012).

Relativamente à **quarta e última questão de investigação**¹⁸, os dados revelam consequências profundas, duradouras e interdependentes nas dimensões física, psicológica, social e relacional. Estas repercussões não cessam com o fim da exploração, prolongando-se além da desvinculação formal. Esta realidade confirma o que os estudos analisados têm vindo a demonstrar, trata-se de uma forma de vitimação complexa, com efeitos cumulativos e transversalmente debilitantes (Botha & Warria, 2021; Clawson et al., 2009; Pandey et al., 2018; Reid, 2016; Zimmerman et al., 2011).

A nível físico, os técnicos apontam lesões resultantes de agressões, infeções sexualmente transmissíveis e danos ginecológicos persistentes. Estas sequelas, além de dolorosas, alimentam a perceção de perda de controlo sobre o corpo, agravada pela objetificação e despersonalização experienciadas durante o período da exploração (Jordan et al., 2013; Steiner et al., 2018; Sukach et al., 2018). Os impactos na saúde reprodutiva, frequentemente silenciados ou invisibilizados, acentuam a vulnerabilidade e exigem cuidados médicos especializados, geralmente indisponíveis após a saída.

No plano psicológico, os profissionais identificaram quadros compatíveis com PSPT, ansiedade crónica, depressão, ideação suicida, e sentimentos persistentes de culpa e vergonha. Estas manifestações refletem o trauma complexo associado à exploração continuada e ao

¹⁸ Que impacto é atribuído à experiência de exploração pelas vítimas, na perspetiva dos técnicos que as acompanham?

controle coercivo, sendo intensificados por processos de culpabilização interiorizada e discursos sociais estigmatizantes que responsabilizam as vítimas pela sua condição (Davy, 2015; Duncan & DeHart, 2019; Oram et al., 2015). A desconfiança interpessoal, nomeadamente face a figuras de autoridade e até a profissionais de apoio advém do controlo e da manipulação experienciada, dificultando a construção de vínculos seguros e o acesso efetivo à ajuda (Clawson et al., 2009; Hodge, 2014).

A nível social e relacional, os impactos traduzem-se sobretudo no isolamento, rejeição e exclusão. Muitas vítimas são excluídas pelas suas famílias ou comunidades, o que compromete a reconstrução de redes de apoio e o sentimento de pertença (Brunovskis & Surtees, 2012). Este processo é amplamente condicionado por representações morais e culturais que confundem tráfico com prostituição voluntária, alimentando uma visão culpabilizante e desumanizante (Batsyukova, 2007; Lloyd, 2011; Pandey et al., 2018). A exclusão social, aliada à escassez de alternativas concretas em termos de habitação, emprego ou cuidados de saúde, eleva significativamente o risco de revitimização.

É evidenciado na literatura, que as vítimas recrutadas em idade precoce, sobretudo na adolescência, tendem a apresentar efeitos mais profundos e prolongados, que comprometem o desenvolvimento identitário, a autoestima e a capacidade de estabelecer relações futuras não abusivas (Clawson & Dutch, 2008; Duncan & DeHart, 2019; Gibbons & Stoklosa, 2016; Reid et al., 2013). O trauma acumulado e a exposição prolongada à violência agravam o sofrimento psicológico e dificultam a reintegração social e emocional.

Face esta complexidade, os dados e a literatura convergem na urgência de intervenções centradas na vítima, que promovam o empoderamento, a escuta ativa e a autonomia progressiva (Botha & Warria, 2021; Clawson et al., 2009). Como salientam Clawson e Dutch (2008), a construção de vínculos consistentes, respeitosos e informados pelo trauma é fundamental para criar um ambiente seguro, fomentar a resiliência e apoiar a reconstrução de projetos de vida.

Apesar das adversidades, a literatura sublinha que algumas vítimas expressam vontade de seguir em frente e atribuir um novo significado à sua experiência. Em certos casos, surge o desejo de alertar outras mulheres em risco, sinalizando não apenas uma rutura com o passado, mas também uma tentativa de transformação (Pandey et al., 2018). Esta tensão entre fragilidade e força sublinha a importância de reconhecer as vítimas não apenas pelas marcas da violência, mas também pela capacidade de resistência que demonstram.

Por fim, importa sublinhar que o percurso de recuperação não é linear. Como explanado nos dados obtidos, recaídas, regressos ao contexto de exploração ou dificuldades na autonomização

não devem ser interpretadas como fracassos individuais, mas sim como expressão da complexidade do trauma vivido e das falhas dos sistemas de apoio (Hickle & Roe-Sepowitz, 2014; Zimmerman et al., 2011). Neste sentido, o reforço da formação dos profissionais, o investimento em recursos adequados e a desconstrução dos estigmas sociais assumem-se como condições essenciais para garantir respostas éticas, sustentáveis e verdadeiramente transformadoras (Botha & Warria, 2021; Clawson & Dutch, 2008).

Limitações do Estudo e Considerações para Investigações Futuras

A presente investigação adotou uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas a profissionais que intervêm com vítimas de TFS. Esta metodologia permitiu aceder a uma perspetiva informada, reflexiva e situada dos processos de vitimação. Neste sentido, o presente estudo assume particular relevância no panorama nacional, ao contribuir para colmatar uma lacuna importante na investigação sobre TSH em Portugal, na escassez de estudos que explorem o ponto de vista das vítimas sobre a sua trajetória de exploração. No entanto, importa reconhecer que os dados recolhidos estão inevitavelmente mediados pelas interpretações dos técnicos, o que pode excluir dimensões íntimas, subjetivas e emocionais da experiência de tráfico. Apesar dos esforços desenvolvidos para incluir testemunhos diretos, tal revelou-se inviável face à elevada vulnerabilidade das vítimas e às implicações éticas envolvidas. Esta limitação condiciona o acesso a vivências individuais e à complexidade dos significados que as próprias vítimas atribuem à exploração.

Apesar dos desafios éticos e metodológicos que tal implica, futuras investigações deverão considerar a inclusão da voz das vítimas, de forma cuidadosa, segura e eticamente responsável. A recolha de testemunhos em primeira mão poderá enriquecer significativamente a compreensão dos processos de recrutamento, transporte, controlo e exploração, bem como dos impactos psicossociais associados. Tal implicará assegurar não só o consentimento informado e o acompanhamento especializado das participantes, mas também garantir uma preparação ética rigorosa por parte dos investigadores, incluindo formação em trauma, estratégias de mitigação de riscos e práticas de entrevista empáticas e não revitimizantes (Brunovskis & Surtees, 2023).

Outra limitação refere-se à dimensão e composição da amostra. A dificuldade em identificar e recrutar profissionais disponíveis reflete, por um lado, os constrangimentos inerentes ao trabalho de campo e, por outro, a escassez de estruturas com intervenção consolidada neste domínio. O número reduzido de participantes e a sua concentração geográfica limitam a possibilidade de generalização dos resultados a outros contextos institucionais ou regionais.

Acresce que os discursos analisados incidem sobre casos sinalizados, ficando de fora situações não identificadas ou não reportadas, potencialmente distintas em natureza, dinâmica ou gravidade.

Adicionalmente, a própria literatura científica sobre tráfico sexual apresenta lacunas estruturais, a ausência de definições consensuais, escassez de dados representativos, subnotificação e abordagens normativas ou fragmentadas (Farrell et al., 2008; Zhang, 2009; Zimmerman et al., 2003). Investigações futuras poderão beneficiar de metodologias mistas, combinando a profundidade da análise qualitativa com a abrangência de métodos quantitativos, bem como da inclusão de uma maior diversidade de contextos e sujeitos. A integração de perspectivas interseccionais, que considerem género, idade, origem étnico-racial, estatuto migratório, entre outros, será igualmente essencial para captar as múltiplas vulnerabilidades envolvidas e desenvolver respostas mais eficazes nos domínios da prevenção, proteção e reintegração.

Por fim, estudos comparativos entre diferentes contextos nacionais e regionais poderão aprofundar o conhecimento sobre padrões de atuação do tráfico e as dinâmicas transnacionais que estruturam este fenómeno, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais contextualizadas, sustentáveis e centradas nas vítimas.

CONCLUSÃO

Recorrendo a uma abordagem qualitativa, a presente dissertação foi desenvolvida com base em entrevistas semiestruturadas realizadas a profissionais com experiência direta no acompanhamento de vítimas de TFS. O objetivo central desta investigação consistiu na análise aprofundada do processo de vitimação associado a este fenómeno, com especial destaque nos fatores que potenciam a exploração, no ciclo que a sustenta, nos mecanismos intrínsecos que a perpetuam e nos impactos dela resultantes. Através de uma análise temática de natureza indutiva, foi possível examinar sistematicamente as principais dimensões do percurso de vitimação, respondendo às questões formuladas no delineamento do estudo.

A investigação permitiu identificar os principais traços sociodemográficos e contextuais das vítimas, bem como os fatores de vulnerabilidade que as tornam suscetíveis ao recrutamento por redes de tráfico. Foram igualmente descritas as estratégias utilizadas para o recrutamento, transporte e exploração das vítimas, evidenciando práticas marcadas pela manipulação, pela coação e pela desumanização. O processo de exploração sexual revela-se como uma experiência

de dominação e violência contínuas, cujos efeitos ultrapassam a situação concreta de exploração, afetando profundamente a saúde física, psicológica e social das vítimas.

Os testemunhos recolhidos demonstram, ainda que de forma indireta, a relevância do papel desempenhado por alguns profissionais e entidades no acompanhamento e apoio às vítimas de TFS, ao revelarem um conhecimento aprofundado sobre os seus percursos, dinâmicas de vitimação e necessidades. Tal constatação reforça a importância de integrar diferentes perspetivas na análise do fenómeno, sem descurar, contudo, que o acesso direto às vozes das vítimas continua a ser imprescindível para uma compreensão mais completa, ética e humanizada das suas experiências (Hodge & Lietz, 2007). A investigação futura deverá, por conseguinte, privilegiar metodologias que possibilitem a incorporação dessas narrativas, assegurando que as respostas académicas e institucionais se orientem pela efetiva centralidade das vítimas.

A literatura contemporânea tem vindo a destacar que a vitimação no TFS transcende a mera dimensão criminal, configurando uma violação complexa e persistente dos direitos humanos. Os impactos duradouros sobre a integridade e dignidade das vítimas exigem respostas articuladas, informadas pelo trauma e focadas na reconstrução da autonomia (Busch-Armendariz et al., 2014; Hickie & Roe-Sepowitz, 2017). A produção de conhecimento neste domínio deve, assim, contribuir para o fortalecimento de práticas baseadas em evidências e para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e humanas.

Desta forma, espera-se que os resultados aqui apresentados possam não apenas ampliar o conhecimento académico sobre o TFS em Portugal, mas também constituir uma base sólida para investigações futuras que integrem, de forma mais direta, as experiências das vítimas, promovendo uma abordagem mais completa, crítica e transformadora do fenómeno.

BIBLIOGRAFIA

- Aronowitz, A. A. (2001). Smuggling and trafficking in human beings: the phenomenon, the markets that drive it and the organisations that promote it. *European journal on criminal policy and research*, 9(2), 163-195. Doi: 10.1023/A:1011253129328
- Baird, K., McDonald, K. P., & Connolly, J. (2020). Sex trafficking of women and girls in a southern Ontario region: Police file review exploring victim characteristics, trafficking experiences, and the intersection with child welfare. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des sciences du comportement*, 52(1), 8. Doi: <https://doi.org/10.1037/cbs0000151>
- Batsyukova, S. (2007). Prostitution and Human Trafficking for Sexual Exploitation. *Gender Issues* 24, 46–50. Doi: <https://doi.org/10.1007/s12147-007-9001-0>.
- Botha, R., & Warria, A. (2021). Challenges of social workers providing social services to adult victims of human trafficking in select shelters in South Africa. *Social Work*, 57(1), 57-69. Doi: <https://doi.org/10.15270/52-2-906>
- Braun, V. e Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. Doi: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bravo, K. E. (2007). Exploring the analogy between modern trafficking in humans and the trans-Atlantic slave trade. *BU Int'l LJ*, 25, 207.
- Brunovskis, A., & Surtees, R. (2007). *Leaving the past behind: When victims of trafficking decline assistance*. Oslo: Fafo.
- Bryant-Davis, T., & Tummala-Narra, P. (2017). Cultural oppression and human trafficking: Exploring the role of racism and ethnic bias. *Women & Therapy*, 40(1-2), 152-169. Doi: <https://doi.org/10.1080/02703149.2016.1210964>
- Bullens, R. A., & Van Horn, J. E. (2002). Labour of love: Female juvenile prostitution in the Netherlands. *Journal of sexual aggression*, 8(3), 43-58. Doi: <https://doi.org/10.1080/13552600.2002.10516333>
- Busch-Armendariz, N. B., Nsonwu, M. B., & Heffron, L. C. Human Trafficking Victims and Their Children: Assessing Needs, Vulnerabilities, Strengths, and Survivorship. *Risk*, 2(1), 3. Doi: <http://dx.doi.org/10.26153/tsw/10013>
- Castles, S., & Miller, M. J. (1998). Migration to highly developed countries since 1945. In *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* (pp. 67-103). London: Macmillan Education UK.
- Chang, G., & Kim, K. (2007). Reconceptualizing approaches to human trafficking: New directions and perspectives from the field (s). *Stan. JCR & CL*, 3, 317.

- Chapdelaine, R. P. (2015). *Linking History to Practice: Mapping the History of Nigeria as a Tool to Combat Human Trafficking Today*. University of Dayton
- Chibba, M. (2013). Human Trafficking and Migration: Concepts, Linkages and New Frontiers. *Global Policy Essay, December 2013*.
- Cho, S. Y. (2012). *Modeling for determinants of human trafficking* (No. 70). Economics of Security Working Paper.
- Clawson, H. J., & Dutch, N. (2008). *Addressing the needs of victims of human trafficking: Challenges, barriers, and promising practices*. Washington, DC: Department of Health and Human Services, Office of the Assistant Secretary for Planning and Evaluation.
- Clawson, H. J., Dutch, N. M., Salomon, A., & Grace, L. G. (2009). Study of HHS programs serving human trafficking victims. *Final report. US Department of Health and Human Services. Office of the Assistant Secretary for Planning and Evaluation*.
- Cockbain, E., & Bowers, K. (2019). Human trafficking for sex, labour and domestic servitude: how do key trafficking types compare and what are their predictors?. *Crime, Law and Social Change*, 72, 9-34. Doi: 10.1007/s10611-019-09836-7
- Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. (2008). *Direitos Humanos: Compilação de instrumentos internacionais* (Vol. 2). Gabinete de Documentação e Direito Comparado, Procuradoria-Geral da República.
https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/compilacao_inst_int_dh_volume_2.pdf
- Cook, B. B. (2019). Stop traffic: Using expert witnesses to disrupt intersectional vulnerability in sex trafficking prosecutions. *Berkeley Journal of Criminal Law*, 24, 147.
- Dank, L. (2011). *The commercial sexual exploitation of children*. El Paso, TX: LFB Scholarly.
- Davy, D. (2015). Understanding the support needs of human-trafficking victims: A review of three human-trafficking program evaluations. *Journal of Human Trafficking*, 1(4), 318-337. Doi: <https://doi.org/10.1080/23322705.2015.1090865>
- de Pérez, J. L. (2015). Contrasting the conceptualisation of victims of trafficking for sexual exploitation: A case study of Brazilians in Spain and Portugal. *European journal on criminal policy and research*, 21(4), 539-563.
- Decker, S. H. (2015). Human trafficking: contexts and connections to conventional crime. *Journal of crime and justice*, 38(3), 291-296. Doi: <https://doi.org/10.1080/0735648X.2015.1039792>

- Demeke, S. (2024). A human rights-based approach for effective criminal justice response to human trafficking. *Journal of International Humanitarian Action*, 9(1), 4. Doi: 10.1186/s41018-023-00143-4
- Denisova, T. A. (2001). Trafficking in women and children for purposes of sexual exploitation: The criminological aspect. *Trends in Organized Crime*, 6(3), 30-36. Doi: 10.1007/s12117-001-1003-9
- Deshpande, N. A., & Nour, N. M. (2013). Sex trafficking of women and girls. *Reviews in Obstetrics and Gynecology*, 6(1), e22.
- Duncan, A. C., & DeHart, D. (2019). Provider perspectives on sex trafficking: Victim pathways, service needs, & blurred boundaries. *Victims & Offenders*, 14(4), 510-531. Doi: <https://doi.org/10.1080/15564886.2019.1595241>
- European Union Agency for Fundamental Rights (FRA). (2015). *Severe Labour Exploitation: Workers Moving Within Or Into the European Union: States' Obligations and Victims' Rights*. Publications Office of the European Union.
- Europol (2016). Situation report: Trafficking in human beings in the EU. *Europol Public Information*, 765-175.
- Farrell, A., McDevitt, J., & Fahy, S. (2008). Understanding and improving law enforcement responses to human trafficking.
- Farrell, A., Pfeffer, R., & Bright, K. (2015). Police perceptions of human trafficking. *Journal of Crime and Justice*, 38(3), 315-333. Doi: <https://doi.org/10.1080/0735648X.2014.995412>
- Farrior, S. (1997). The International Law on Trafficking in Women and Children for Prostitution: Making it Live Up to its Potential. *Harvard Human Rights Journal*, 10.
- Gibbons, P., & Stoklosa, H. (2016). Identification and treatment of human trafficking victims in the emergency department: a case report. *The Journal of emergency medicine*, 50(5), 715-719. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jemermed.2016.01.004>
- Gill, (2020). Qualitative sampling methods. *Journal of Human Lactation*, 36(4), 579-581. Doi: <https://doi.org/10.1177/0890334420949218>
- Gozdziak, E. M., & Collett, E. A. (2005). Research on human trafficking in North America: A review of literature. *International Migration*, 43.
- Gross J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: An integrative review. *Review of General Psychology*, 2, 271-299. Doi: <https://doi.org/10.1037/1089-2680.2.3.271>
- Harvey, M. R. (1996). An ecological view of psychological trauma and trauma recovery. *Journal of traumatic stress*, 9(1), 3-23... Doi: <https://doi.org/10.1002/jts.2490090103>

- Heinrich, K. H. (2010). Ten years after the Palermo Protocol: Where are protections for human trafficking?. *Human Rights Brief*, 18(1), 1.
- Hernandez, D., & Rudolph, A. (2015). Modern day slavery: *What drives human trafficking in Europe?* *European Journal of Political Economy*, 38, 118–139. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2015.02.002>
- Hickle, K., & Roe-Sepowitz, D. (2017). “Curiosity and a pimp”: Exploring sex trafficking victimization in experiences of entering sex trade industry work among participants in a prostitution diversion program. *Women & Criminal Justice*, 27(2), 122-138. Doi: <https://doi.org/10.1080/08974454.2015.1128376>
- Hodge D.R. (2008). Sexual trafficking in the United States: a domestic problem with transnational dimensions. *Social Work*, 53(2), 143-52. Doi: <https://doi.org/10.1093/sw/53.2.143>
- Hodge, D. R. (2014). Assisting victims of human trafficking: Strategies to facilitate identification, exit from trafficking, and the restoration of wellness. *Social work*, 59(2), 111-118. Doi: <https://doi.org/10.1093/sw/swu002>
- Hodge, D. R., & Lietz, C. A. (2007). The international sexual trafficking of women and children: A review of the literature. *Affilia*, 22(2), 163-174. Doi: <https://doi.org/10.1177/08861099072990>
- Hopper, E. K. (2004). Underidentification of Human Trafficking Victims in the United States. *Journal of Social Work Research and Evaluation*.
- Hoyle, C., Bosworth, M., & Dempsey, M. (2011). Labelling the victims of sex trafficking: Exploring the borderland between rhetoric and reality. *Social & Legal Studies*, 20(3), 313–329. Doi: <https://doi.org/10.1177/0964663911405394>
- International Labour Organization. (2004). *Human trafficking in Europe: An economic perspective*, (Working Paper No.3).
- International Labour Organization. (2017). *Global estimates of modern slavery: Forced labour and forced marriage*.
- Jones, A. A. (2009). Post-traumatic stress disorder and victims of human sex trafficking: A perpetuation of chronic indignity. *Intercultural Human Rights Law Review*, 4: 317–354. ’
- Jordan, J., Patel, B., & Rapp, L. (2013). Domestic minor sex trafficking: A social work perspective on misidentification, victims, buyers, traffickers, treatment, and reform of current practice. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 23(3), 356-369. Doi: <https://doi.org/10.1080/10911359.2013.764198>
- Jovanovic, M. (2023). *State Responsibility for? Modern Slavery? in Human Rights Law: A Right Not to Be Trafficked*. Oxford University Press.

- Kelly, L., Regan, L., & Willis, C. F. (2000). *Stopping Traffic: Exploring the extent of, and responses to, trafficking in women for sexual exploitation in the UK* (Vol. 36). London: Home Office, Policing and Reducing Crime Unit.
- Kempadoo, K. (2003). Globalizing sex workers' rights. *Canadian Woman Studies*, 22(3-4), 143-151.
- Kennedy, M. A., Klein, C., Bristowe, J. T., Cooper, B. S., & Yuille, J. C. (2007). Routes of recruitment: Pimps' techniques and other circumstances that lead to street prostitution. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 15, 1–19. http://dx.doi.org/10.1300/J146v15n02_01
- Kim, H. W., Park, T., Quiring, S., & Barrett, D. (2018). The anti-human trafficking collaboration model and serving victims: Providers' perspectives on the impact and experience. *Journal of evidence-informed social work*, 15(2), 186-203. Doi: <https://doi.org/10.1080/23761407.2018.1432433>
- Kligman, G., & Limoncelli, S. (2005). Trafficking women after socialism: From, to, and through Eastern Europe. *Social Politics: International Studies in Gender, State and Society*, 12(1), 118-140.
- Kvale, S. & Brinkmann, S. (2009). *InterViews: Learning the craft of qualitative research*. SAGE.
- Le, P. D. (2017). "Reconstructing a sense of self" trauma and coping among returned women survivors of human trafficking in Vietnam. *Qualitative health research*, 27(4), 509-519. Doi: <https://doi.org/10.1177/1049732316646157>
- Lloyd, R. (2011). *Girls like us*. New York, NY: Harper Collins
- Lourenço, E., Gonçalves, M., & Matos, M. (2019). Trafficking in human beings: Portuguese magistrates' perceptions. *Journal of human trafficking*, 5(3), 238-254. Doi: <https://doi.org/10.1080/23322705.2018.1468160>
- MacKellar, L. (2021). The smuggling of migrants. In *Handbook of Labor, Human Resources and Population Economics* (pp. 1-16). Cham: Springer International Publishing.
- Maguire, M., & Delahunt, B. (2017). Doing a thematic analysis: A practical, step-by-step guide for learning and teaching scholars. *All Ireland journal of higher education*, 9(3). Doi: <https://doi.org/10.62707/aishej.v9i3.335>
- Majumdar, A. (2022). Thematic analysis Majumdar, A. (2022). Thematic analysis in qualitative research. In M. Khosrow-Pour (Ed.), *Research anthology on innovative research methodologies and utilization across multiple disciplines* (pp. 604–622). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-6684-3881-7.ch031>

- Marshall, M. N. (1996). Sampling for qualitative research. *Family practice*, 13(6), 522-526. Doi: <https://doi.org/10.1093/fampra/13.6.522>
- Matos, M., Gonçalves, M., & Maia, Â. (2018). Human trafficking and criminal proceedings in Portugal: Discourses of professionals in the justice system. *Trends in organized crime*, 21(4), 370-400. Doi: 10.1007/s12117-017-9317-4
- Matos, M., Maia, Â., Gonçalves, M., Pinto, R., & Seixas, E. C. (2015). Tráfico de pessoas e tramitação criminal. *CIG*, Lisboa.
- McGough, M. O. (2013). Ending modern day slavery: Using research to inform U.S. Antihuman trafficking efforts. *National Institute of Justice Journal*, 271(February), 26–3 human
- Nichols, A. J., Preble, K., & Cox, A. (2024). A state-level analysis of demographic characteristics and sex trafficking experiences of survivors. *Journal of Human Trafficking*, 10(1), 51-68. Doi: <https://doi.org/10.1080/23322705.2021.2016268>
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos. (2011). *Relatório Tráfico de Seres Humanos – 2010*.
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos. (2024). *Relatório Tráfico de Seres Humanos – 2023*.
- Okech, D., Choi, Y. J., Elkins, J., & Burns, A. C. (2018). Seventeen years of human trafficking research in social work: A review of the literature. *Journal of evidence-informed social work*, 15(2), 103-12. Doi: <https://doi.org/10.1080/23761407.2017.1415177>
- Omer Demir, O. (2010). Methods of sex trafficking: Findings of a case study in Turkey. *Global Crime*, 11(3), 314-335. Doi: <https://doi.org/10.1080/17440572.2010.490636>
- Oram, S., Khondoker, M., Abas, M., Broadbent, M., & Howard, L. M. (2015). Characteristics of trafficked adults and children with severe mental illness: a historical cohort study. *The Lancet Psychiatry*, 2(12), 1084-1091.
- Organização das Nações Unidas. (2000). *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*.
- Palmer, N. (2010). The essential role of social work in addressing victims and survivors of trafficking. *ILSA Journal of International & Comparative Law*, 17(1).
- Pandey, S., Tewari, H. R., & Bhowmick, P. K. (2018). Reintegration as an end of trafficking ordeal: A qualitative investigation of victims' perceptions. *International journal of criminal justice sciences*, 13(2), 447-460. Doi: 110.5281/zenodo.2658088
- Peixoto, J., Soares, A. G., Costa, P. M., Murteira, S., Pereira, S., & Sabino, C. (2005). *O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas* (Vol. 12). Observatório da Imigração, ACIME.

- Pereira, S., & Vasconcelos, J. (2007). *Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado: estudos de casos e respostas de Portugal*. OIT.
- Randall, M. (2010). Sexual assault law, credibility, and “ideal victims”: Consent, resistance, and victim blaming. *Canadian Journal of Women and the Law*, 22, 397–433. Doi:10.3138/cjwl.22.2.397
- Reid, J. A. (2016). Entrapment and enmeshment schemes used by sex traffickers. *Sexual Abuse*, 28, 491–511. Doi: <http://dx.doi.org/10.1177/1079063214544334>
- Reid, J. A., Haskell, R. A., Dillahun-Aspillaga, C., & Thor, J. A. (2013). Contemporary review of empirical and clinical studies of trauma bonding in violent or exploitative relationships. *International Journal of Psychology Research*, 8(1), 37–73
- Ritchie, J., & Lewis, J. (Eds.). (2003). *Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers*. SAGE Publications.
- Rutter M. (2006). Implications of resilience concepts for scientific understanding. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1094 (1), 1–12. Doi: <https://doi.org/10.1196/annals.1376.002>
- Sanchez, R. V., Speck, P. M., & Patrician, P. A. (2019). A concept analysis of trauma coercive bonding in the commercial sexual exploitation of children. *Journal of Pediatric Nursing*, 46, 48–54. <https://doi.org/10.1016/j.pedn.2019.02.030>
- Santos, B. de S., Gomes, C., Duarte, M., & Baganha, M. I. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).
- Schwartz, H. S. (2015). Letting kids be kids: Employing a developmental model in the study of domestic minor sex trafficking. *Journal of Applied Research on Children: Informing Policy for Children at Risk*, 6(1), 2–24. Doi: <https://doi.org/10.58464/2155-5834.1233>
- Shandro, J., Chisolm-Straker, M., Duber, H. C., Findlay, S. L., Munoz, J., Schmitz, G., ... & Wingkun, N. (2016). Human trafficking: a guide to identification and approach for the emergency physician. *Annals of emergency medicine*, 68(4), 501-508. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.annemergmed.2016.03.049>.
- Shelley, L. (2010). Human trafficking. *A global perspective*.
- Silverman, J. G., Decker, M. R., Gupta, J., Maheshwari, A., Patel, V., Willis, B. M., & Raj, A. (2007). Experiences of sex trafficking victims in Mumbai, India. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, 97(3), 221-226. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ijgo.2006.12.003>
- Stanley, N., Oram, S., Jakobowitz, S., Westwood, J., Borschmann, R., Zimmerman, C., & Howard, L. M. (2016). The health needs and healthcare experiences of young people trafficked into

- the UK. *Child Abuse and Neglect*, 59, 100–110.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.08.001>
- Steiner, J. J., Kynn, J., Stylianou, A. M., & Postmus, J. L. (2018). Providing services to trafficking survivors: Understanding practices across the globe. *Journal of evidence-informed social work*, 15(2), 151-169. Doi: <https://doi.org/10.1080/23761407.2017.1423527>
- Sukach, T., Castañeda, N. G., & Pickens, J. C. (2018). Experiences of Female Sex Trafficking Survivors: A Phenomenological Analysis. *Qualitative Report*, 23(6).
- Sykiotou, A. P. (2017). Cyber trafficking: recruiting victims of human trafficking through the net. *Europe in Crisis: Crime, Criminal Justice, and the Way Forward*, 1547.
- Tallmadge, R., & Gitter, R. J. (2018). The determinants of human trafficking in the European Union. *Journal of Human Trafficking*, 4(2), 155-168. Doi: <https://doi.org/10.1080/23322705.2017.1336368>
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2009). *Manual contra o tráfico de pessoas para profissionais do sistema de justiça penal*. United Nations. https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2009_UNODC_TIP_Manual_PT_-_wide_use.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2013). *Abuse of a position of vulnerability and other “means” within the definition of trafficking in persons* (Issue Paper). United Nations. https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/2012/UNODC_2012_Issue_Paper_-_Abuse_of_a_Position_of_Vulnerability.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2015). *The concept of ‘exploitation’ in the Trafficking in Persons Protocol* (Issue Paper). United Nations. https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/Human_Trafficking/UNODC_2015_Issue_Paper_Exploitation.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2016). *Global report on trafficking in persons*. United Nations. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2018). *Global report on trafficking in persons 2018*. United Nations. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2018/GLOTiP_2018_BOOK_web_small.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2022). *Global Report on Trafficking in Persons*. United Nations. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2022/GLOTiP_2022_web.pdf

- United Nations Office on Drugs and Crime. (2024). *Global Report on Trafficking in Persons*. United Nations. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2024/GLOTIP2024_BOOK.pdf
- Usman, U. M. I. (2020). Human Trafficking: History and the Recent Development. *Journal of Academic Research in Public Policy and Governance*, 7(1), 1-10.
- Vieira, G. D., & de Oliveira, R. P. A. Os desafios do enfrentamento do tráfico humano e suas conexões com a escravidão moderna. *Brazilian Journal of International Relations*, 14, e025011-e025011. Doi: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2025.v14.e025011>
- Vindhya, U., & Dev, V. S. (2011). Survivors of sex trafficking in Andhra Pradesh: Evidence and testimony. *Indian Journal of Gender Studies*, 18(2), 129-165. Doi: <https://doi.org/10.1177/097152151101800201>
- Walvin, J. (2009). The slave trade, abolition and public memory. *Transactions of the Royal Historical Society*, 19, 139-149. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0080440109990077>
- Wenzlaff, R. M., & Wegner, D. M. (2000). Thought suppression. *Annual review of psychology*, 51(1), 59-91. Doi: 10.1146/annurev.psych.51.1.59.
- Wharton, R. L. (2009). A new paradigm for human trafficking: Shifting the focus from prostitution to exploitation in the trafficking victims protection act. *Wm. & Mary J. Women & L.*, 16, 753.
- Wilson, B., & Butler, L. D. (2014). Running a gauntlet: A review of victimization and violence in the pre-entry, post-entry, and peri-/post-exit periods of commercial sexual exploitation. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 6(5), 494–504. <https://doi.org/10.1037/a0032977>
- Wincup, E. (2017). *Criminological research: understanding qualitative methods*. SAGE Publications.
- Zhang, S. X. (2009). Beyond the ‘Natasha’ story—a review and critique of current research on sex trafficking. *Global crime*, 10(3), 178-195. Doi: <https://doi.org/10.1080/17440570903079899>
- Zimmerman, C., Hossain, M., & Watts, C. (2011). Human trafficking and health: A conceptual model to inform policy, intervention and research. *Social Science and Medicine*, 73(2), 327–335. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2011.05.028>
- Zimmerman, C., Hossain, M., Yun, K., Watts, C., Roche, B., & Morison, L. (2006). *Stolen smiles: The physical and psychological health consequences of women and adolescents trafficked in Europe*. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Zimmerman, C., Yun, K., Shvab, I., Watts, C., Trappolin, L., Treppete, M., Bimbi, F., Adams, B., Jiraporn, S., Beci, L., Albrecht, M., Bindel, J., & Regan, L. (2003). *The health risks and consequences of trafficking in women and adolescents: Findings from a European study*. London School of Hygiene & Tropical Medicine.

ANEXOS

Anexo I – Corpo do Email do Pedido de Colaboração e Apresentação do Estudo

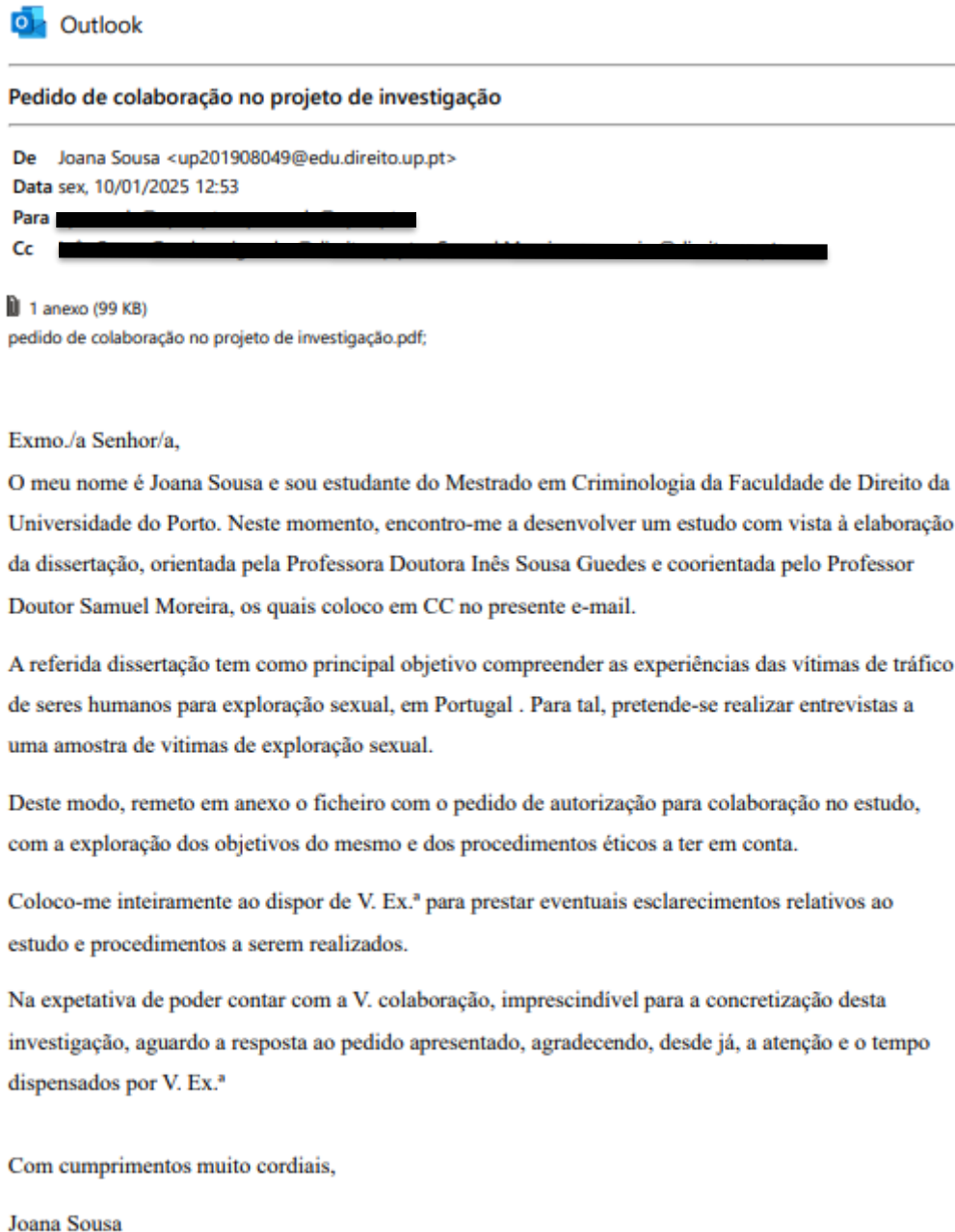


Figura 1 - Corpo do Email do Pedido de Colaboração e Apresentação do Estudo

Anexo II – Pedido de Colaboração e Apresentação do Estudo

Exmos/as Senhores/as

O meu nome é Joana Sousa e sou estudante do Mestrado em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Neste momento, encontro-me a realizar a dissertação para a obtenção do grau de mestre em Criminologia, sob a orientação da Professora Doutora Inês Sousa Guedes e do Professor Doutor Samuel Moreira.

O projeto de investigação tem como objetivo geral compreender as experiências das vítimas de tráfico de seres humanos para exploração sexual a partir da perspetiva dos técnicos que trabalham com estas vítimas.

De forma mais específica, o estudo pretende:

- i) Caracterizar as vítimas deste fenómeno, atendendo às circunstâncias, vulnerabilidades e fatores e risco associadas à vitimação;
- ii) Compreender o processo de vitimação, incluindo recrutamento, transporte e exploração;
- iii) Descrever os desafios e barreias existentes no processo de saída da exploração;
- iv) Entender o impacto que a exploração exerceu nas vítimas.

Para tal, o projeto de investigação adotará uma metodologia qualitativa, em que se conduzirá entrevistas semiestruturadas com técnicos que trabalham diretamente com vítimas de tráfico de seres humanos para exploração sexual. Com o devido consentimento, as entrevistas serão gravadas em áudio, exclusivamente para efeitos de posterior transcrição e análise científica.

É importante salientar que a investigação irá cumprir todos os requisitos e procedimentos éticos. Assim, a participação no estudo será totalmente voluntária, sendo que a mesma apenas se efetivará após obtenção de consentimento informado por parte dos participantes. Garante-se, ainda, o anonimato dos participantes e a confidencialidade dos dados recolhidos, visto que em nenhuma parte do estudo constarão dados passíveis de identificação e apenas a investigadora e os seus orientadores terão acesso aos dados. Adicionalmente, todos os dados serão guardados num computador protegido com password, ao qual apenas a investigadora e a equipa de orientação terão acesso. Os dados recolhidos terão como única finalidade os propósitos do presente estudo, sendo que, no final, serão totalmente destruídos, designadamente as gravações áudio.

Assim sendo, venho por este meio solicitar a preciosa colaboração de V. Ex.^a na realização do presente projeto de investigação, através da identificação e facilitação do contacto com profissionais que desempenham funções na área do apoio a vítimas de tráfico para exploração sexual. As entrevistas poderão ser realizadas à distância (e.g., via plataforma Zoom), ou, alternativamente, de um modo presencial nas vossas instalações, deslocando-me para o efeito.

Coloco-me inteiramente ao dispor de V. Ex.^a para prestar eventuais esclarecimentos relativos ao estudo e procedimentos a serem realizados.

Na expectativa de poder contar com a V. colaboração, imprescindível para a concretização desta investigação, aguardo a resposta ao pedido apresentado, agradecendo, desde já, a atenção e o tempo dispensados por V. Ex.^a.

Cumprimentos cordiais,

A handwritten signature in black ink, reading "Joana Sousa". The signature is written in a cursive, flowing style.

Anexo III – Guião de Entrevista

O presente guião de entrevista tem como objetivo operacionalizar a recolha de dados no âmbito de uma investigação qualitativa sobre as experiências de vitimação de vítimas TFS, a partir do conhecimento acumulado por profissionais que as acompanham. Esta pesquisa é desenvolvida no contexto da unidade curricular Dissertação do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, sob a orientação da Professora Doutora Inês Sousa Guedes e do Professor Doutor Samuel Moreira, para fins de produção de uma dissertação académica.

O guião encontra-se estruturado em cinco dimensões temáticas, correspondentes às dimensões de análise definidas para este estudo:

Dimensão I - Apresentação e Pontos Iniciais

- Apresentação da investigadora, dos objetivos do estudo e da entrevista; garantia do anonimato e confidencialidade da participante;
- Solicitação de autorização para gravação da entrevista;
- Questões:
 - Poderia falar-me um pouco sobre o seu trabalho com este tipo de vítimas?
 - Há quanto tempo trabalha com vítimas de tráfico de seres humanos?

Dimensão II - Fatores de Risco e Vulnerabilidades

- Questões:
 - Gostaria de começar por perceber, a partir da sua experiência, quem são estas vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.
 - Que características comuns identifica nas vítimas que acompanha ou acompanhou?
 - Do seu conhecimento, como descreve a rede de apoio social das vítimas antes da exploração? Elas costumam ter um círculo social de confiança ou estão mais isoladas?
 - Caso já tenha trabalhado com outros tipos de vítimas de tráfico, existe alguma particularidade deste tipo de vítima?

Dimensão III – Recrutamento

- Questões:
 - Com base na sua experiência, quais são as táticas de recrutamento mais utilizadas pelos traficantes?

- Do que tem acompanhado, como caracterizaria a relação que os traficantes tinham com as vítimas aquando do recrutamento?

Dimensão IV – Transporte

- Questões:
 - Agora gostaria de questionar sobre como ocorre o transporte das vítimas (meio de transporte; sozinhas/acompanhadas; acompanhantes e facilitadores).
 - Podia falar-me um pouco nas condições que as vítimas enfrentam durante o transporte?
 - Como costumam ser as percepções e reações das vítimas ao chegarem ao destino? Há um momento em que percebem que foram enganadas?

Dimensão V – O momento de exploração

- Questões:
 - Com base no contacto que teve com as vítimas, podia falar-me um pouco sobre a forma como decorria a exploração destas vítimas? (local, as condições, o alojamento, a alimentação, higiene e acesso a pertences)
 - Como costumam ser as relações sociais das vítimas durante o período de exploração (com as outras vítimas, proxenetas, clientes)?
 - Que fatores contribuem para as vítimas manterem-se na situação de exploração (auto percepção, situação financeira, dependências, alojamento, situação imigrante ilegal)?
 - Que estratégias os traficantes utilizam para manter as vítimas na situação de exploração?
 - Durante o período de exploração quais são as possibilidades de sinalização destes casos (circunstâncias e pessoas)?

Dimensão VI – Obstáculos ao Cessar a Exploração

- Questões:
 - Quais são os principais desafios que as vítimas enfrentam ao sair dessa situação?
 - Durante o período de exploração, sabe como costumam pedir ajuda? De que forma geralmente procuram apoio e quais são as dificuldades enfrentadas nesse processo?
 - Na sua experiência, como é que as vítimas costumam conseguir sair desta situação?

- Estas vítimas costumam voltar à situação de exploração anterior? Porquê?

Dimensão VII – Impacto da Exploração nas Vítimas

- Questões:
 - Da sua experiência, como descreveria os impactos que a exploração tem na vida delas? (impacto físico, psicológico e emocional)
 - Como a experiência da exploração alterou a forma como as vítimas percecionam o mundo e as suas relações interpessoais?
 - Que dificuldades sentem estas vítimas na sua integração na sociedade após estes acontecimentos?
 - Quais considera serem os apoios mais importantes para a reinserção e recuperação das vítimas?

Dimensão VIII - Questões finais

- Questão final:
 - Tem alguma informação ou opinião que gostaria ainda de acrescentar sobre este tema?
- Reforço da importância do contributo da participante para os objetivos da investigação.
- Por fim, foi reiterado que a entrevista seria transcrita apenas para fins de análise e que a gravação seria eliminada após a conclusão da investigação, assegurando a confidencialidade de todos os dados recolhidos.

Anexo IV – Parecer da Comissão de Ética

Comissão de Ética

Faculdade de Direito

Universidade do Porto

Porto, 25 de novembro de 2024

Parecer n.º 60/2024

1. Solicitou **Joana Carlota António Sousa** a emissão de Parecer relativo ao projeto de investigação intitulado «**As Experiências de Vitimação: Vítimas de Tráfico de Seres Humanos para Fins Sexuais**», realizado sob a orientação de: Prof.^a Doutora Inês Sousa Guedes e Prof. Doutor Samuel Moreira.
2. Enquadrando-se o objeto da investigação na área científica de **Criminologia**, foi distribuída à Prof.^a Doutora Ana Margarida Santos, Vogal da Comissão de Ética, a responsabilidade de elaborar um Projeto de Parecer.
3. No confronto com os elementos com que o pedido foi instruído, foi apresentado o seguinte Projeto de Parecer:

«Relativamente ao pedido P60/2024, de Joana Carlota António Sousa (“As Experiências de Vitimação: Vítimas de Tráfico de Seres Humanos para Fins Sexuais”), o mesmo visa explorar as experiências vividas pelas vítimas de Tráfico de Seres Humanos para Fins Sexuais, através da condução de entrevistas a uma amostra composta por, idealmente, 15 vítimas, com idade superior aos 18 anos, atualmente alocadas em Portugal e fluentes na língua portuguesa ou inglesa e que serão recrutadas através do contacto com várias associações que trabalham com esta problemática. Os procedimentos propostos para a condução do estudo são conformes aos padrões éticos e deontológicos aplicáveis, na medida em que: i) assegura o consentimento informado, a voluntariedade, o anonimato e a confidencialidade dos dados a recolher junto da amostra; ii) a condução das entrevistas será realizada nas instalações de instituições colaboradoras e garantem um ambiente seguro e acolhedor para as vítimas; iii) o projeto apresenta procedimentos específicos para a recolha de dados sensíveis e que visam garantir um consentimento livre e esclarecido e a privacidade dos participantes, incluindo uma potencial sessão de informação onde os participantes poderão fazer perguntas e esclarecer quaisquer dúvidas sobre o estudo e o processo de recolha de dados; iv) as exigências de armazenamento

Comissão de Ética

Faculdade de Direito

Universidade do Porto

seguro dos dados estão devidamente acauteladas nos procedimentos descritos pela requerente. Neste sentido, não se identifica nenhum obstáculo de natureza ética à realização do projeto.»

4. A apreciação das implicações éticas do projeto de investigação foi realizada pelo plenário da Comissão de Ética, tendo sido votada a emissão de Parecer favorável, por adesão aos fundamentos avançados.

Diante dos fundamentos expostos, a **Comissão de Ética da Faculdade de Direito da Universidade dá, por unanimidade, parecer favorável** à realização do projeto de investigação acima identificado (n.º 1), por, a partir dos elementos instruídos, concluir pela não desconformidade com os padrões éticos e deontológicos aplicáveis.



Prof. Doutor Manuel Carneiro da Frada

(Presidente da Comissão de Ética)

Aprovaram o Parecer, além do Presidente, os seguintes Vogais: Prof. Doutor António Manuel de Almeida Costa, Prof. Doutor Tiago Azevedo Ramalho e Prof.^a Doutora Ana Margarida Amorim dos Santos. A vogal Prof.^a Doutora Inês Sousa Guedes não tomou parte na deliberação.